

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**RIQUEZA E SOCIEDADE NA COMARCA DE ARACAJU: UM ESTUDO
SOBRE A DINÂMICA FAMILIAR DA PRIMEIRA ELITE DE
ARACAJU (1855-1889)**

Bruna Morrana dos Santos

São Cristóvão
Sergipe – Brasil
2018

BRUNA MORRANA DOS SANTOS

**RIQUEZA E SOCIEDADE NA COMARCA DE ARACAJU: UM ESTUDO
SOBRE A DINÂMICA FAMILIAR DA PRIMEIRA ELITE DE
ARACAJU (1855-1889)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em História, na Área de Concentração Relações Sociais e Poder.

Orientador: Prof. Dr. Augusto da Silva

SÃO CRISTÓVÃO
SERGIPE – BRASIL
2018

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S237r Santos, Bruna Morrana dos
Riqueza e sociedade na comarca de Aracaju : um estudo sobre a dinâmica familiar da primeira elite de Aracaju (1855-1889) / Bruna Morrana dos Santos ; orientador Augusto da Silva – São Cristóvão, 2018.

143 f. : il.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, 2018.

1. História social. 2. Elite – História - Sergipe. 3. Riqueza. I. Aracaju (SE). II. Silva, Augusto da, orient. III. Título.

CDU: 94(813.7):316.344.42

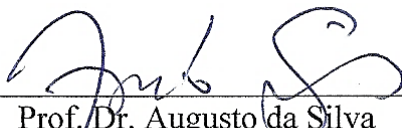
BRUNA MORRANA DOS SANTOS

**RIQUEZA E SOCIEDADE NA COMARCA DE ARACAJU: UM ESTUDO
SOBRE A DINÂMICA FAMILIAR DA PRIMEIRA ELITE DE
ARACAJU (1855-1889)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em História, na Área de Concentração Relações Sociais e Poder.

Orientador: Prof. Dr. Augusto da Silva

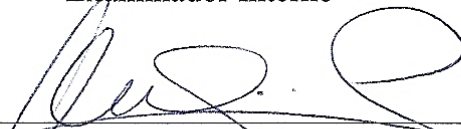
Aprovada em 5 de março de 2018



Prof. Dr. Augusto da Silva
Presidente da Banca Examinadora



Prof. Dr. Edna Maria Matos Antonio
Examinador Interno



Prof. Dr. Tiago Gil
Examinador Externo



Bruna Morrana dos Santos
Mestrando

Aos meus avós, Heraldo e Maria Nadir.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus pela vida e por ter iluminado os caminhos que me fizeram chegar até aqui.

Agradeço imensamente ao meu namorado Glenedy Cavalcante, o maior responsável pela realização deste sonho. Querido, a sua insistência e apoio antes e durante o mestrado, foi o combustível que me fez suportar todas as dificuldades impostas pela vida acadêmica. Te amo!

À minha família, sobretudo, aos meus avós maternos pelo amor e dedicação de uma vida inteira. Apesar de não saberem bem o significado de um título acadêmico, eles sempre valorizaram a educação e fizeram-me acreditar que através do estudo, nós podemos construir um futuro melhor.

Não poderia deixar de agradecer à minha amada mãe, por ser tão importante na minha vida e por sempre estar meu lado em todos os momentos. Mainha, obrigada por fazer o possível e o impossível para me ver alcançando objetivos.

Agradeço, em seguida, ao meu orientador Augusto da Silva por ter acreditado em mim desde a graduação e por ter aceitado a orientação deste trabalho. Sou muito grata pelos ensinamentos e pelas portas que me abriu.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, pelas contribuições dadas à pesquisa em cada disciplina cursada ao longo desses dois anos. Em especial, quero agradecer aos professores Edna Matos e Carlos Malaquias, que estiveram em minha banca de qualificação e deram indicações bibliográficas e colaborações inestimáveis. Agradeço também ao professor Samuel Albuquerque pela disponibilidade e por desde o início ter apostado nesta pesquisa.

Agradeço aos amigos do mestrado pela amizade, especialmente à Fernanda, Selma, Railton, Cléber, Jéssica e Thaíse por terem compartilhado comigo alegrias, angústias e debates que abrilhantaram essa jornada.

Finalmente, gostaria de agradecer aos adoráveis amigos Erisvaldo e Alana pela revisão criteriosa do trabalho.

Obrigada a todos!

“Se as coisas são inatingíveis? / Ora! Não é motivo para não querê-las. / Que tristes os caminhos, se não fora / A presença distante das estrelas”. (Mario Quintana)

RESUMO

No início do Segundo Reinado, a Província de Sergipe mantinha uma estrutura social sustentada, sobretudo, pela agroindústria açucareira. Visando manter posições sociais e ampliar seu patrimônio, as famílias da elite sergipana estreitavam os laços de solidariedade através dos sacramentos católicos do batismo e do matrimônio. Assim, este trabalho contempla o estudo das trajetórias individuais e das estratégias sociais, econômicas e políticas utilizadas pelos agentes deste reduzido grupo para manter ou aumentar a sua posição social em Aracaju, nosso marco espacial. A pesquisa abrange grande parte da segunda metade do século XIX, pois inicia-se com a transferência da capital da província oficializada em 17 de março de 1855 durante a presidência de Inácio Joaquim Barbosa, e termina em 1889, ano em que houve a queda da monarquia. A análise de variadas fontes como inventários, testamentos, jornais, mapas estatísticos, listas de qualificação e registros paroquiais, possibilitou o acompanhamento das doze trajetórias individuais selecionadas, o reconhecimento das redes de relações existentes na sociedade, além de determinar o nível de riqueza do grupo social dominante.

Palavras-chave: Riqueza; Sociedade; Aracaju; Século XIX.

RESUMEN

En el inicio del Segundo Reinado, la Provincia de Sergipe mantenía una estructura social sostenida, sobretudo, por la agroindustria azucarera. Visando mantener posiciones sociales y ampliar su patrimonio, las familias de la elite sergipana estrechaban los lazos de solidaridad a través de los sacramentos católicos del bautismo y del matrimonio. Así, este trabajo contempla el estudio de las trayectorias individuales y de las estrategias sociales, económicas y políticas utilizadas por los agentes de este reducido grupo para mantener o aumentar su posición social en Aracaju, nuestro marco espacial. La investigación abarca grande parte de la segunda mitad del siglo XIX, pues esta se inicia con la transparencia de la capital de la provincia oficializada en 17 de marzo de 1855 durante la presidencia de Inácio Joaquim Barbosa, y termina en 1889, año el cual hubo la caída de la monarquía. El análisis de variadas fuentes como inventarios, testamentos, periódicos, mapas estadísticos, listas de calificación y registros parroquiales, posibilitó el acompañamiento de las doce trayectorias individuales seleccionadas, el reconocimiento de las redes de relaciones existentes en la sociedad, además de determinar el nivel de riqueza del grupo social dominante.

Palabras clave: Riqueza; Sociedad; Aracaju; Siglo XIX.

LISTAS

FIGURAS

Figura 1: A Ocupação do Quadrado de Pirro pela primeira elite (1855-1860).....	54
Figura 2: Ligações Estabelecidas entre os membros da elite.....	90

TABELAS

Tabela 1: Compadrio de Luís Francisco das Chagas e Dona Maria Custódia dos Anjos.....	76
Tabela 2: Valores locativos anuais dos imóveis de José Carlos do Nascimento.....	102

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
I. A CIDADE DE ARACAJU E A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO ESPAÇO DE PODER.....	23
1. O processo de ocupação territorial e os povoadores da nova capital.....	23
2. As trajetórias dos negociantes José Teixeira da Cunha e José Narbone.....	38
3. A criação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Aracaju.....	48
II. “COM A BENÇÃO DE DEUS E DE NOSSOS PAIS...”: A DINÂMICA FAMILIAR DA PRIMEIRA ELITE DE ARACAJU NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	55
1. “A distinção”: as estratégias sociais e familiares a partir dos registros paroquiais da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Aracaju.....	55
2. A trajetória da família Guerra Fontes (1855-1889).....	78
III. RIQUEZA NA COMARCA DE ARACAJU: BENS E FORTUNAS DAS FAMÍLIAS DA ELITE LOCAL.....	91
1. A formação de um patrimônio: os agentes sociais e suas estratégias de ampliação da fortuna.....	91
2. Herança: composição da partilha.....	110
3. Legados deixados a afilhados.....	119
4. A cidade como espaço de legitimação de um <i>habitus</i> de classe.....	121
Considerações finais.....	131
Fontes.....	135
Referências Bibliográficas.....	139

INTRODUÇÃO

Esta dissertação, intitulada “*Riqueza e sociedade na Comarca¹ de Aracaju: um estudo sobre dinâmica familiar da primeira elite de Aracaju (1855-1889)*”, contempla o estudo das trajetórias individuais e das estratégias familiares utilizadas pelos membros da elite em Aracaju, nosso marco espacial. O trabalho abrange grande parte da segunda metade do século XIX, pois inicia-se com a transferência da capital protelada em 17 de março de 1855, durante a presidência de Inácio Joaquim Barbosa, e termina em 1889, ano em que houve a queda da monarquia.

Como era típico dos primeiros anos de consolidação de Aracaju, quase a totalidade das pessoas abastadas ou prestigiadas (pois, riqueza não implica prestígio e vice-versa), que migraram para a nova capital, não nasceram em Aracaju. Isso não é uma novidade, pois alguns historiadores locais que se dispuseram a escrever a história dos primórdios da capital sergipana, como Fernando Porto, José Calasans, Sebrão Sobrinho e Bonifácio Fortes, haviam constatado que, na época da transferência, a região em que se desenvolveria Aracaju era habitada em sua maioria por pescadores e alguns poucos funcionários públicos.

Com a mudança da capital, paulatinamente, o fluxo de pessoas foi aumentando e entre elas estavam os trabalhadores que se envolveram na edificação de prédios públicos, os comerciantes - inclusive estrangeiros, que se sentiram atraídos pelo novo centro urbano em desenvolvimento -, os bacharéis, considerados por Gilberto Freyre como o elemento brilhante do século XIX, e os funcionários públicos.

Dito isso, intelectuais como Fernando Porto² concordam que os primeiros anos de expansão da capital foram marcados pelo favorecimento material e social dos indivíduos mais aquinhoados e bem posicionados socialmente. Nessas circunstâncias, alguns questionamentos direcionam a pesquisa: qual a origem social, geográfica e econômica destas pessoas da elite e onde se estabeleceram ao chegar a Aracaju? Será que a maioria delas vinha da Zona da

¹ Em 1856, segundo o relatório provincial, a comarca de São Cristóvão estava sob a jurisdição do Juiz de Direito Antônio Joaquim da Silva Gomes e compreendia os termos da nova capital, Aracaju, São Cristóvão, Itabaiana e Itaporanga. Neste mesmo ano, houve a transferência dos arquivos da Câmara Municipal de Socorro para Aracaju. Oficialmente, a Comarca de Aracaju foi instituída pela Resolução nº 461, de 20 de fevereiro de 1857 e contava apenas com os termos de Aracaju e São Cristóvão.

² Ver: PORTO, Fernando. *A cidade do Aracaju (1855-1865)* – Ensaio de Evolução Urbana. Aracaju: Livraria Regina, 1945 (Coleção de Estudos Sergipanos, II).

Cotinguiba³, a região mais próspera da província? E ainda, apesar de se deslocarem para Aracaju, comprar terrenos e edificar casas, estes membros da elite permaneciam com propriedades nas suas regiões de origem? Dentro do recorte estabelecido, quais foram as estratégias sociais, econômicas e políticas utilizadas pelos agentes deste reduzido grupo para manter ou aumentar a sua posição social, bem como as fortunas? O trabalho desenvolve-se, portanto, buscando responder a estas questões propostas, porque entendemos que elas nos ajudam a pensar a sociedade que se formou em Aracaju na segunda metade do oitocentos, bem como desvendar o fazer social desses agentes.

A partir dos anos 1980, com a crescente profissionalização do historiador e com a expansão dos cursos de pós-graduação Brasil afora, a história social da família tornou-se um campo específico de pesquisas. A demografia era utilizada como a principal base metodológica dos trabalhos produzidos no país, que por sua vez, seguiam as tendências da história social dos anos pós-70. Nesse contexto, o método de reconstituição familiar do francês Louis Henry e a análise da composição das unidades domésticas de Peter Laslett, do *Cambridge Group*, influenciaram, durante as décadas seguintes, as pesquisas de antropólogos e historiadores no Brasil⁴.

Ao invés de debruçar-se somente sobre a quantificação durante o trabalho com as fontes “clássicas”, como fontes paroquiais e censos antigos, foi na década de 80 do século passado que o historiador passou a problematizar os arranjos familiares, as concepções de família e as estratégias adotadas pelos grupos familiares. Atualmente, existe uma vasta historiografia que trata da relação entre família e riqueza, bem como sobre o estudo das elites no período colonial e imperial. Porém, muitos trabalhos sobre família contemplam a especificidade regional do Sul e Sudeste e pouco do Nordeste. Além disso, a escolha deste objeto justifica-se também pelo fato de existirem inúmeros trabalhos que tratam do estabelecimento de laços de solidariedade entre os cativos, mas para a população livre as pesquisas são poucas.

É interessante perceber de que maneira os registros paroquiais e os judiciários, enquanto fontes históricas, estão sendo utilizados pelos estudiosos do passado. Não temos a intenção de fazer um profundo levantamento bibliográfico, mas apontaremos os principais trabalhos que

³ Neste trabalho, chamamos de “Zona da Cotinguiba”, a Microrregião do Baixo Cotinguiba que atualmente compreende os municípios de Carmópolis, General Maynard, Laranjeiras, Maruim, Riachuelo, Rosário do Catete e Santo Amaro das Brotas.

⁴ Ver: SCOTT, Ana Silvia Volpi. A Historiografia do *Cambridge Group*: contribuições ao estudo da população, da família e do grupo doméstico. *Revista Estudos Amazônicos*, vol. 9, nº 1, 2013, pp. 01-31.

dialogam com as questões presentes neste estudo. Ademais, são obras que introduziram um novo conceito de família, diferente do modelo patriarcal já consagrado historicamente.

Consideramos fundamental discorrer a respeito de duas obras importantes de Katia M. de Queirós Mattoso que tratam do período oitocentista: *Família e Sociedade na Bahia do Século XIX* e *Bahia, século XIX: uma província no Império*. O primeiro deles foi publicado em 1988, num momento em que os estudos na área de história da família estavam crescendo no Brasil. Dispondo de um variado *corpus* documental, nas duas obras de história social, a autora se propôs a desvendar o cotidiano dos baianos do século XIX, principalmente no tocante à vida econômica e aos vínculos sociais estabelecidos no interior da família ou entre as famílias. Na visão de Katia Mattoso, a família era naquele período a base fundamental da organização social da província, por isso, um dos seus objetivos foi tentar definir uma tipologia da família baiana.

Embora o estudo de Katia Mattoso contemple todas as camadas sociais de Salvador no século XIX e o enfoque desta pesquisa recai sobre a primeira elite de Aracaju, o trabalho da historiadora torna-se muito importante quando, no capítulo IV, ela trata dos sistemas de parentesco e das alianças matrimoniais. Inicialmente, foi feita uma discussão sobre a terminologia do parentesco no Brasil e na sequência a autora descreve os parentescos por eleição e a parentela. Katia Mattoso utiliza-se dos conceitos de endogamia – mais especificamente o de endogamia de classe – e de exogamia para examinar as estratégias matrimoniais dos nobres baianos, que estavam divididos em dois grupos: “o dos que, nascidos na província fazem carreira e contraem matrimônio fora dos limites da Bahia e o dos que nascem, se casam e morrem em seu chão natal”⁵. A leitura do capítulo seguinte, “Família e relações sociais”, também é essencial para compreender como o título sugere o papel de “base” que a família desempenha nas relações sociais. A autora entende que na Bahia a família legítima ou natural é um “elemento tanto de coesão social quanto de abertura para o mundo exterior [...]”⁶

Apesar do robusto livro, *Bahia, século XIX: uma província no Império*, ter sido publicado em 1992, poucos anos depois do lançamento de *Família e Sociedade na Bahia do Século XIX*, ele também resultou em mais de duas décadas de pesquisa nos arquivos baianos e, talvez, por este motivo o texto tenha muita semelhança com o da obra citada anteriormente. No livro III, a autora continua investigando a trajetória de algumas famílias da elite do Recôncavo

⁵ MATTOSO, Katia. *Família e Sociedade na Bahia do Século XIX*. São Paulo: Corrupio: Brasília: CNPq, 1988, p. 140.

⁶ Ibidem, p. 180.

Baiano e as suas estratégias de reprodução através dos casamentos, mais precisamente a chamada endogamia de classe. Já para construir o capítulo 31, “*A Fortuna dos Baianos*”, Katia Mattoso utilizou-se sistematicamente de inventários *post mortem* e testamentos do período que vai de 1850 a 1890. Inclusive, a classificação de fortunas em Salvador (1801-1889), feita pela pesquisadora, serviu-nos de parâmetro para proceder o estudo das fortunas da primeira elite aracajuana e compará-las à realidade da capital baiana na segunda metade do século XIX.

Outros textos importantes que tratam do tema da família foram publicados no número 17 da Revista Brasileira de História. Dentre eles, merece destaque o artigo “*A família na Sociedade Brasileira: Parentesco, Clientelismo e Estrutura Social (São Paulo, 1700-1980)*”, escrito por Elizabeth Anne Kuznesof. Em linhas gerais, a autora buscou mostrar a relação existente entre as alterações da estrutura social paulista e as mudanças do papel da família entre o final do século XVIII e a primeira metade do XX. Elizabeth Kuznesof cita vários trabalhos como o de Katia Mattoso e o de Eni Mesquita de Samara, uma das representantes do grupo de historiadores brasileiros que utilizavam nos anos 1980 os métodos da demografia histórica. Assim como Katia Mattoso e Eni Samara, Elizabeth Kuznesof reconheceu que a noção tradicional de família patriarcal e extensa era um dos alvos das críticas dos historiadores que escreveram neste mesmo período.

Chegando à parte que mais nos interessa, a autora explica que, no decorrer do século XIX, “uma série de mudanças jurídicas e/ou institucionais afetou a estrutura social formal brasileira de modos significativos – a maioria delas orientou a sociedade mais para as “classes em oposição aos relacionamentos do tipo “casta ou estamentos”.⁷ Além disso, ao longo do período oitocentista, algumas instituições como a Guarda Nacional, as associações comerciais, as novas câmaras provinciais, a Faculdade de Direito e as escolas primárias surgiram e estimularam a rede familiar de elite a estabelecer relações mais horizontais com outras redes familiares, para que os objetivos, principalmente políticos, fossem alcançados.

Nesse contexto, Elizabeth Kuznesof afirmou que as relações familiares internas também estavam em processo de transformação no século XIX e, para sustentar essa afirmação, dialoga com o livro “*O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*” (2001), escrito por Muriel Nazzari. A autora norte-americana traz como problemática central a investigação a respeito da mudança na prática do dote, vinculada a

⁷ KUZNESOF, E. A. A família na Sociedade Brasileira: Parentesco, Clientelismo e Estrutura Social (São Paulo, 1700-1980). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 9, nº 17, set. 1988/ fev. 1989. p. 54.

transformações sociais mais amplas que tiveram lugar no Brasil, como por exemplo, a passagem de uma sociedade hierárquica para uma sociedade mais individualista.

Para descobrir por que o dote desapareceu na cidade de São Paulo e seus arredores, a pesquisadora consultou os inventários judiciais, documentação muito útil para o estudo da prática do dote, pois possibilitam a comparação entre períodos, parentes e famílias. Depois de analisar um longo período, a autora concluiu que, na segunda metade do século XIX, a prática do dote já havia declinado consideravelmente em decorrência de uma inversão das prioridades dos pais e das mudanças ocorridas no pacto matrimonial, além de outras transformações na família e no casamento, como a diminuição do poder patriarcal.

No início dos anos 2000, Martha Daisson Hameister defendeu, na Universidade Federal do Rio Janeiro, a tese de doutoramento em história social intitulada “*Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1863)*”. Serviu de referência para o segundo capítulo desta dissertação, a análise feita por Hameister da trajetória de algumas famílias de elite, bem como das estratégias sociais e familiares, das alianças e das relações de reciprocidade firmadas na Vila do Rio Grande.

Além disso, através do estudo dessas trajetórias familiares, a autora conseguiu abordar os aspectos da formação da pequena Vila do Rio Grande, uma região de fronteira no extremo-sul do Estado do Brasil. Para tanto, Martha Hameister aproveitou-se intensivamente dos registros batismais e, metodologicamente, experimentou fazer o cruzamento dos registros nominais e analisar as redes sociais. O quarto e o sexto capítulo da tese são os que a historiadora mais se debruça sobre as relações de compadrio. Objetivando entender o ato do batismo e as relações a ele subjacentes, Martha Hameister faz menção à antropologia social de Stephen Gudeman e utiliza-se do aporte da microanálise italiana, representada por Giovanni Levi.

A partir da “Ciranda de Compadrios”, Martha Hameister reconstrói o desenho da rede de compadrio na Vila do Rio Grande, onde algumas famílias da elite, como as de Furtado de Mendonça, faziam uma alternância de compadres “indo buscá-los, senão nas mesmas famílias, ao menos nos mesmos grupos de atividades sociais e econômicas”⁸. Foi constatado que havia entre os ilhéus transmigrados para Rio Grande uma preferência para padrinhos em torno de

⁸ HAMEISTER, Martha. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1863)*. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2006 (Tese de Doutorado), p. 235.

algumas famílias. Até mesmo os escravos dessas famílias de estrato superior, convocavam outros escravos de famílias da elite para serem padrinhos dos seus filhos. Isso implica dizer que os escravos participavam do mesmo “jogo” que os seus senhores.

Já no capítulo seis, intitulado “*As sementes para o futuro: os padrinhos, infantes, a formação de um pecúlio imaterial e a subversão da lógica do dom na vila do Rio Grande*”, devemos chamar a atenção para a utilização dos preceitos da economia do dom, introduzidos pelo antropólogo Marcel Mauss (dar, receber e retribuir) e Maurice Godelier (a quarta obrigação do dom). Sendo o batismo um ato irreversível e que inseria a criança no seio da cristandade, havia uma preocupação das famílias bem posicionadas com o futuro dos filhos, que estrategicamente tornavam-se madrinhas e padrinhos desde cedo com o objetivo de formar um pecúlio imaterial baseado em relações sociais. Neste ponto, conseguimos fazer uma conexão entre a discussão sobre padrinhos infantes, na Vila do Rio Grande, com alguns casos encontrados na documentação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Aracaju.

Finalmente, a autora conclui que a obrigatoriedade de retribuição da dádiva ao aceitar o convite para o compadrio não recaía sobre pessoas de status social inferior, mas sobre os indivíduos mais proeminentes da vila. Para manter e aumentar a sua base de apoiadores, os setores mais aquinhoados deveriam corresponder às expectativas de seus compadres, pois isso geraria novos convites.

Também foi de suma importância consultar o estudo feito por Cristina Donza Cancela sobre as famílias de Belém na segunda metade do século XIX. Durante a pesquisa que resultou na tese “*Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém – 1870-1920)*”, Cristina Cancela tentou compreender como os relacionamentos conjugais e familiares dialogaram com as mudanças econômicas impulsionadas pela economia da borracha. Para isso, a autora utilizou fontes de caráter sistemático e serial que contemplassem os grupos populares e a elite local. Assim como Elizabeth Kuznesof constatou em São Paulo, Cristina Cancela também percebeu que na capital paraense a elite tradicional “procurou tornar as relações mais horizontais abrindo maior espaço aos casamentos exogâmicos.”⁹

Em particular, no capítulo seis “*Configurando perfis e fortunas*”, além de tratar das estratégias de transmissão do patrimônio, a historiadora deu ênfase ao processo de construção

⁹ CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém – 1870-1920)*, 343 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 15.

do espaço urbano de Belém, analisando a formação e configuração dos bairros, dos serviços de infraestrutura, das formas de habitação, de uso e construção das casas. Preocupou-se também em investigar as mudanças e permanências presentes no cotidiano vivido pelos casais e famílias selecionadas. De maneira geral, a parte III da tese de Cristina Cancela serviu como referência para o estudo da riqueza, transmissão e composição da partilha, do espaço da cidade que estava se desenvolvendo, bem como dos hábitos e costumes da “nova elite” de Aracaju.

Outra obra de relevância dentro da historiografia mais recente sobre família é “*As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*” (2008), de Mariana Muaze. No estabelecimento dos acordos matrimoniais, além do fator econômico, Muaze chama a atenção para a importância dos elementos de prestígio, como os títulos nobiliárquicos e dos capitais simbólicos provenientes dessas aquisições. Durante a feitura da pesquisa, a autora lidou com diversos tipos de documentos privados como cartas, diários, cadernos de anotações e fotografias, que possibilitaram o estudo do cotidiano e da intimidade de famílias abastadas da região sudeste do Império.

Tomando como recorte geográfico a Vila de Paty do Alferes, na parte dois do livro, o fio que dirige a narrativa é “o entendimento das estratégias de preservação e ampliação da riqueza utilizadas pelos Ribeiro de Avellar ao longo do século XIX”.¹⁰ Um aspecto importante da obra é que Mariana Muaze defende a mudança nos papéis familiares na segunda metade do século XIX, justamente por causa das influências do individualismo, do romantismo e do discurso médico-científico.

Quanto à amostragem, para o desenvolvimento desta pesquisa, foram escolhidos doze inventariados que viveram na capital entre 1855 e 1889. São eles: Agostinho Rodrigues Braga, Eufemia Pinheiro Guerra, Francisco Xavier Bastos Coelho, Joaquim Martins Fontes, José Carlos do Nascimento, José Moreira Guerra, José Narbone, José Teixeira da Cunha, José Pinto da Cruz, Manoel Pereira Guimarães, Maria Custódia dos Anjos e Thomaz Narciso Ferreira. Além de fazerem parte da “nova elite” que se formou em Aracaju, estes personagens moravam na área mais nobre da cidade – o quadrado de Pirro¹¹ – e estavam inseridos num universo de

¹⁰ MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008, p. 75.

¹¹ Inspirado em um tabuleiro de xadrez e com traços extremamente simétricos, assim ficou conhecido o projeto urbanístico de Aracaju desenvolvido pelo engenheiro Sebastião Basílio Pirro.

sociabilidade através das relações de parentesco (consanguíneo ou por afinidade), vizinhança, vínculos de amizade, sistemas de herança e das estratégias matrimoniais.

A denominação “nova elite” refere-se a um grupo de pessoas detentoras de capital econômico e simbólico, que não eram ligadas exclusivamente à grande lavoura, mas ao comércio e ao funcionalismo público, por exemplo. Em outras palavras, neste trabalho, enxergamos a “elite” a partir do subsídio dado pela teoria de Bourdieu no que diz respeito à definição de classe social, pois segundo ele, quando se reduz o campo social unicamente ao campo econômico, desconsidera-se a existência das demais formas de capital que estão presentes na sociedade: capital político, capital cultural, capital simbólico, etc. Nessa lógica, na obra *A Distinção: crítica social do julgamento*, o francês expõe a sua definição de classe, que foi construída com base nas contribuições de Max Weber e Karl Marx:

A classe social não é definida por uma propriedade (mesmo que se tratasse da mais determinante, tal como o volume e a estrutura do capital), nem por uma soma de propriedades (sexo, idade, origem social ou étnica – por exemplo, parcela de brancos e de negros, de indígenas e de imigrantes, etc. -, remunerações, nível de instrução, etc.), tampouco por uma cadeia de propriedades, todas elas ordenadas a partir de uma propriedade fundamental – a posição nas relações de produção -, em uma relação de causa a efeito, de condicionante a condicionado, mas pela estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que confere seu valor próprio a cada uma delas e aos efeitos que ela exerce sobre as práticas.¹²

Um dos principais critérios de escolha dos inventariados foi a recorrência com que essas pessoas levaram crianças à pia batismal. Reitero que, além deste, considerou-se também outros aspectos importantes para definir a elite com a qual trabalhei, como o privilégio da família, a ocupação de cargos políticos, civis, administrativos e eclesiásticos e o acesso à escolaridade. Vale a pena ressaltar ainda que, por ter estabelecido esses critérios de escolha, não chegamos a analisar os inventários das pessoas mais ricas que viveram em Aracaju na segunda metade do século XIX.

Mesmo trabalhando com doze indivíduos, esperamos obter, através do entrelaçamento de suas trajetórias com as de outras pessoas, informações sobre a estrutura social da época estudada. A escolha da Comarca de Aracaju deu-se por causa da existência de fontes que ainda não haviam sido trabalhadas de forma sistemática. O nosso recorte considerou apenas Aracaju, um dos municípios que esta comarca compreendia, a princípio. Por esse motivo, durante a execução da pesquisa o historiador deve estar atento às mudanças que ocorreram na organização

¹² BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Tradução de Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008, p. 101.

judiciária da província ao longo do século XIX, como por exemplo, a criação da comarca de Aracaju no ano de 1857.

Para traçar a trajetória socioeconômica dos indivíduos e entender como e com quem eles se relacionavam socialmente, realizou-se o cruzamento de diversos tipos de documentos, como inventários, testamentos, fontes paroquiais (assentos de batismo, casamento e óbito) da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Aracaju salvaguardadas pelo site *Family Search*, jornais (principalmente o *Correio Sergipense*, periódico oficial da época), relatórios de presidentes de província e listas de qualificação de votantes de Aracaju.

Quanto às fontes paroquiais, nossa série documental inicia-se no ano de 1864, pois infelizmente não existem livros de batismos de datas anteriores. No que diz respeito aos matrimônios, tivemos contato com uma documentação a partir 1860, levando em consideração que neste período a Freguesia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba tinha como sede a Igreja de São Salvador, localizada em Aracaju. Já os primeiros registros de óbito, da mesma forma que os de batismo, têm como data inicial o ano de 1864.

A fim de realizar o estudo sobre a “nova elite” aracajuana, empregou-se a metodologia de pesquisa prosopográfica, que têm sido uma das mais importantes ferramentas utilizadas pelos historiadores sociais. De acordo com a definição dada por Lawrence Stone, a prosopografia é “a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas.”¹³ Neste método histórico, o interesse maior está no grupo, por isso, diversas informações sobre os indivíduos (nascimento e morte, casamento e família, origens sociais, educação, riqueza pessoal, etc.) são combinadas e examinadas para que seja possível encontrar variáveis significativas.

Assim como em outros estudos de orientação prosopográfica, buscou-se neste trabalho focalizar “as elites em suas ações e relações sociais e econômicas”.¹⁴ Grosso modo, a aplicação de procedimentos prosopográficos, durante a pesquisa, permitiu-nos o entendimento das redes de solidariedade formadas pelos membros de certas categorias de alto *status* dessa “nova elite”, tendo como exemplo os funcionários públicos, oficiais da Marinha, intelectuais e advogados.

Dessa maneira, foram elaboradas fichas no programa Microsoft Word para o recolhimento dos dados das fontes judiciais e a alimentação de um banco de dados referente às informações contidas nos assentos batismais em planilhas do programa Microsoft Excel. Este

¹³ STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 19, n. 39, 2011, p. 115-137.

¹⁴ HEINZ, Flávio. (Org.) *Por outra História das Elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 11.

banco de dados é composto pelas seguintes variáveis: nome da criança, condição social (parda, branca, cabra ou crioula), idade, pais, padrinhos, nome do padre responsável pelo sacramento, data da cerimônia e observações.

O trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro, intitulado “*A Cidade de Aracaju e a construção de um novo espaço de poder*”, consideramos indispensável a apresentação da área estudada, analisando como se deu o povoamento e a expansão da nova capital da província sergipana durante os primeiros governos que sucederam a Inácio Joaquim Barbosa. Demos ênfase ao processo de desenvolvimento da capital durante os cinco anos depois da transferência, ou seja, de 1855 a 1860.

Serviram de aporte para a confecção deste capítulo, obras consagradas da historiografia sergipana, jornais sergipanos e os processos judiciais salvaguardados pelo Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe. Tais processos envolviam disputas por terrenos entre os primeiros povoadores da nova capital. Duas trajetórias ligadas aos primeiros anos de existência de Aracaju foram exploradas ao longo do capítulo: a do comendador argelino José Narbone e a do negociante português José Teixeira da Cunha. Buscando mostrar a importância da relação entre Estado e Igreja para a consolidação da capital, criou-se um tópico com a finalidade de contar como se deu criação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Aracaju.

É no segundo capítulo, “*Com a benção de Deus e de nossos pais...*”: *A dinâmica social da elite aracajuana na segunda metade do século XIX*, que o tema central deste trabalho foi aprofundado. De maneira geral, foi feito um mapeamento da composição social da elite aracajuana. Apoiando-se nas fontes paroquiais, o objetivo foi reconstruir a rede de relações sociais em que estavam envolvidos os doze membros da elite investigados. Nesse sentido, procedeu-se o estudo de caso que reporta à reconstituição de parte da trajetória da família Guerra Fontes, um exemplo típico que ilustra como estas pessoas da elite utilizavam-se de determinadas estratégias sociais.

Levando em consideração que no século XIX a riqueza tornou-se um critério de status muito mais importante¹⁵, o objetivo do terceiro capítulo “*Riqueza na Comarca de Aracaju: bens e fortunas das famílias da elite local*”, foi fazer uma análise da composição da riqueza e de aspectos da cultura material, através do cotejamento de informações presentes em inventários *post-mortem*. Buscamos identificar em que estavam alicerçadas as fortunas destes

¹⁵ KUZNESOF, E. A. A família na Sociedade Brasileira: Parentesco, Clientelismo e Estrutura Social (São Paulo, 1700-1980)... op. cit., p. 60.

membros da elite local e desvendar os laços de dependência financeira firmados entre estes agentes sociais. Em outro momento, os testamentos constituíram-se em uma fonte importante para analisar os legados pelos padrinhos ou madrinhas aos seus afilhados.

Ademais, apropriando-se do conceito de *habitus* de classe, tentou-se desvendar um pouco do cotidiano da elite na cidade de Aracaju oitocentista, através das práticas dos agentes, que eram, por sua vez, presididas pela lógica da distinção. À luz de Bourdieu, partimos do pressuposto de que há uma relação entre a posição que as pessoas ocupam no espaço social e o seu estilo de vida. O objetivo é mostrar que “em todo campo social, os traços distintivos mais prestigiosos são aqueles que simbolizavam mais claramente a posição diferencial dos agentes da sua estrutura. Por exemplo, a roupa, a linguagem, “as maneiras”, o bom gosto e a cultura.”¹⁶

¹⁶ ANDRADE, Péricles. *Sob o olhar diligente do pastor: a Igreja Católica em Sergipe*. São Cristóvão: Editora UFS: 2010, p. 58.

I - A CIDADE DE ARACAJU E A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO ESPAÇO DE PODER

1- O Processo de ocupação territorial e os povoadores da nova capital

*As águas de S. Cristóvão
Só parecem de cristal
As águas de Aracaju
Só parecem rosargal¹⁷*

A partir de meados do século XIX, as profundas transformações que provocaram o desenvolvimento da sociedade urbano-industrial europeia estavam ligadas aos avanços da Primeira Revolução Industrial, como o aceleração dos transportes e das comunicações, o aperfeiçoamento da máquina a vapor, a mecanização da indústria e da agricultura, dentre outros. Foi durante o chamado Gabinete de Conciliação que o Brasil se integrou a esta economia capitalista em ascensão, vivenciou uma fase de modernização e de desenvolvimento da urbanização que propiciou o aparecimento de diferentes camadas urbanas. Caio Prado Júnior¹⁸ assegurou que esse foi o momento de maior transformação econômica da história do Brasil. Porém, ao longo do Segundo Reinado, a economia brasileira foi dependente do capital externo (em especial o inglês), principalmente por causa dos empréstimos tomados pelo Estado junto a casas bancárias deste país para a realização de empreendimentos como estradas de ferro, obras urbanas, etc.

Em nível local, a população da província sergipana caracterizava-se pela presença considerável de escravos, trazidos para trabalhar primordialmente nos pequenos engenhos de açúcar instalados nas terras férteis de massapê. Em 1850, ano da promulgação da Lei Eusébio de Queiroz que proibiu o tráfico de negros escravos para o Brasil, eles representavam 25% da população sergipana¹⁹. De acordo com o primeiro recenseamento feito pelo governo imperial em meados de 1854, o número de escravos da província era de 32.448 indivíduos²⁰. Até então,

¹⁷ SILVA, José Calazans Brandão da. *Aracaju e outros temas sergipanos*. 2. ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013, p. 115.

¹⁸ Ver: JÚNIOR, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 193.

¹⁹ NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II (1840-1889)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006, p. 21.

²⁰ DANTAS, Orlando Vieira. *A vida patriarcal de Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 21.

a província sergipana continuava com uma estrutura social sustentada na monocultura, em que a riqueza estava concentrada nas mãos de quem possuía terras e escravos.

As plantações de cana-de-açúcar começaram a se expandir pelo território sergipano a partir do último quartel do século XVIII e no século seguinte, em que a província experienciou o auge da produção açucareira. Porém, no decorrer do século XIX, várias crises sucederam-se e foram provocadas especialmente pela queda do preço do açúcar no mercado internacional. Depois de uma longa fase de retração, a partir da década de 1860, alavancaram-se as exportações do algodão, que, ao lado do açúcar ou competindo com ele, ocuparam um papel de destaque na economia sergipana.

Outras culturas desenvolvidas nas pequenas propriedades merecem destaque, como a produção de mandioca, feijão e milho, destinada à subsistência da população, e a criação de gado, concentrada nas regiões sudoeste e centro-oeste da província. Também não podemos deixar de considerar o fato de que na segunda metade do século XIX as províncias agrícolas do Norte perderam a primazia econômica para a região Sudeste, que vivenciava o “clímax cafeeiro” caracterizado pela expansão contínua das plantações de café na Baixada Fluminense, no Vale do Paraíba e no Oeste Paulista.

No caso de Sergipe, a dependência que havia deixado de ser política e administrativa continuava a ser econômica, pois, como assinalou Maria da Glória Santana de Almeida, além de fazer parte de uma região periférica, a província de Sergipe era o “satélite do também satélite baiano, situação que a colocou em posição de desigualdade numa mesma estrutura de produção”²¹. Em acréscimo a esta ideia de Maria da Glória, Josué Modesto dos Passos Subrinho concluiu que “[...] a expansão açucareira em Sergipe foi possível, graças aos financiamentos concedidos pelas casas comerciais baianas aos proprietários sergipanos”.²² A principal hipótese que norteia a pesquisa dele é que a economia sergipana, em meados do século XIX, estava organizada sob um complexo mercantil escravista. Concomitantemente, a vida urbana desenvolvia-se na província, principalmente em centros como Laranjeiras, a vila mais rica e centro intelectual da província, Estância e Maruim, esta a vila melhor localizada geograficamente.

²¹ ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984, p. 249.

²² SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. *História Econômica de Sergipe (1850-1930)*. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987, p. 23.

“Quis dar a provincia uma capital maritima, uma praça comercial; - suas vistas se lançarão para o Aracajú!.. Realizou seu pensamento, mudou a capital. Se este pensamento foi ou não feliz, só o futuro o dirá”²³. O trecho citado faz alusão à transferência da capital da província de Sergipe, executada através da Resolução nº 413 de 17 de março de 1855. Esta mudança foi, sem dúvida, um dos temas mais discutidos pela historiografia sergipana no que diz respeito a quem teria sido o mentor da ideia de transferir a capital, se foi o Barão de Maruim ou o presidente da província, Inácio Joaquim Barbosa. Sem deixar de considerar a relevância dos estudos que trataram sobre este assunto, considero que a explicação dada pela historiadora Maria Thetis Nunes para este acontecimento é a mais acertada, porque segundo ela:

A transferência da capital enquadrava-se no momento de transformações político-econômicas vividas pelo país sob o comando do Gabinete de Conciliação, do qual o presidente Inácio Barbosa era um dos colaboradores. Tornava-se importante o desenvolvimento das economias regionais, buscando-se maior produtividade agrícola visando à exportação e aos lucros dela obtidos.²⁴

Dessa maneira, percebe-se que Maria Thetis se opôs ao que Felisbello Freire defendeu na sua célebre obra *História de Sergipe*, principalmente porque a aversão dele à mudança da capital é um claro indício da influência de suas relações familiares e políticas. Para Freire, a transferência da capital foi um “atentado”, que, ao satisfazer interesses individuais e políticos – principalmente do Barão de Maruim -, provocou a diminuição do poder político e econômico da sua família, visto que Aracaju estava fora da zona de influência da mesma.

O médico e historiador criticou, ainda, a falta de reação da população sancristovense, que deixou o administrador da província “atirar na pobreza um sem numero de famílias, annullando os inauditos esforços das gerações passadas.”²⁵ Já no século XX, Epifânio Dória, ao concordar com Felisbello Freire, reitera a ideia de que a mudança da capital foi uma medida tomada às pressas por causa de um capricho político-partidário que era a necessidade de um novo porto:

Esta circunstância, porém, era suficiente para que se mudasse apressadamente toda a aparelhagem da administração pública, sem atender aos problemas corolários, entre eles o da própria população, para atirá-la, displicentemente, numa praia de pescadores, onde faltava tudo, mesmo das mais primitivas, sujeitando-se a população, forçadamente migrada, ao maior desconforto e à dizimação das febres endêmicas

²³ Jornal Correio Sergipense, 17 de outubro de 1855, Edição nº 47, p. 4.

²⁴ NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II...* op. cit., p. 139.

²⁵ FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. *Historia de Sergipe (1575-1855)*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013, p. 371.

mesológicas, das quais, como que por castigo, foi o presidente uma das primeiras vítimas.²⁶

Como se vê, a crítica de Epifânio recai sobre a forma como a mudança da capital foi feita, e não sobre a transferência da Sede do Governo. Mesmo estando muito aquém das outras cidades da província como Laranjeiras e Estância, Aracaju nasceu sob o discurso da modernidade e do progresso, defendido por uma elite política que estava atenta com os acontecimentos nacionais. A nova capital deveria tornar-se, ao mesmo tempo, o eixo político e econômico que a província precisava. Na opinião de Waldefrankly Rolim, “a cidade de Aracaju, criada por decreto, representou a maior obra de engenharia de Sergipe e serviu como termômetro da modernização e desenvolvimento para outras cidades sergipanas”²⁷.

A prova de que a mudança não foi um ato impetuoso, é que, no ano de 1854, Inácio Barbosa já havia transferido para a Barra do Aracaju “repartições essenciais às atividades econômicas, como a Alfândega, o Consulado Geral da Província, a Mesa de Rendas Provinciais [...]”²⁸. É importante ressaltar que, antes mesmo da mudança da capital, a Alfândega foi transferida do Povoado dos Coqueiros (atual Barra dos Coqueiros), a qual estava desde 1843 numa casa alugada, para o lugar chamado de Olaria.

Em 30 de dezembro de 1854, a Mesa de Rendas Provinciais também foi transferida para o dito povoado, porém funcionava precariamente, já que a repartição foi estabelecida “em uma casa acanhada, e sem as devidas condições para a regularidade do serviço, por não encontrar outra disponível que melhor fosse”²⁹. Houve, ainda, a criação de uma agência dos correios e de um distrito de Delegacia de Polícia.

Na visão do padre Aurélio Vasconcelos, biógrafo de Inácio Joaquim Barbosa, a mudança da localização da capital atendia aos anseios de expansão agrícola, industrial e comercial de Sergipe. Afirma também que a lei de 17 de março de 1855 não deu limites geográficos precisos à nova capital, pois a expressão “Povoado de Santo Antônio do Aracaju” compreendia uma extensa região cheia de sítios e salinas. Aurélio tentou mostrar que o marco inicial da cidade não era o alto de Santo Antônio, “pois não satisfazia os requisitos técnicos

²⁶ DÓRIA, Epifânio. *Efemérides Sergipanas*. v. 1. Organização de Ana Maria Fonseca Medina. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 2009, p. 322.

²⁷ SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. Modernidade e moradia: aspectos do pensamento sobre a habitação popular no processo de modernização das cidades sergipanas (1890-1955). *Revista do IHGSE*, Aracaju, nº. 40, 2010, p. 96.

²⁸ NUNES, Maria Thetis, *Sergipe Provincial II...* op. cit., p. 137.

²⁹ BARBOZA, Inácio Joaquim. Relatório com que foi aberta a sessão ordinária no dia 1º de março de 1855. Sergipe: Typografia Provincial, 1855. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1050/>> (Acessado a 18/06/2017)

para tais fins, se unicamente a ele se reduzisse o plano da nova capital”³⁰. Como é comum em todo núcleo populacional que surge, uma outra providência a ser tomada era a delimitação da área do novo município e de seu termo. No final do ano de 1856, houve a discussão na Câmara Municipal do projeto, que logo foi aprovado, sobre a criação de uma cerca na cidade de Aracaju e em seus arredores.

Em anúncio publicado no *Correio Sergipense* de 1855, o rico empresário e proprietário rural do Vale do Japarutuba, Antônio José da Silva Travassos (1804-1872), divulgou a abertura de uma hospedaria na Vila de Santo Amaro para os viajantes que partiam para Aracaju. Isso nos leva a supor que houve um aumento significativo de pessoas de diferentes classes sociais que saíam da região da Cotinguiba para Aracaju:

José da Silva Travassos acaba de apromptar no Sitio das Pedras Municipio de S. Amaro um estabelecimento, q’offerece todos os commodos de estada, e transporte as pessoas q’ quizerem transitar para esta Cidade do Aracajú, Barra dos Coqueiros, e outro qualquer Porto da Cotinguiba, sendo ali o lugar mais proprio para embarque dos moradores das Comarcas de Maroim e Villa-nova, e parte dos de Laranjeiras. Tem hospedaria para toda a qualidade de pessoas, coxeira, Cavallarice, e pasto para animaes, pagando os Cavallos de estribaria 320 rs. por dia, e outro tanto por noite, e os do pasto cem réis na mesma razão; e tambem tem Cavallos de aluguer. As passagens vem a ser em Escaller bem acondicionado com toldo, e em canôas a remos, pelo preço que se ajustar conforme o numero de pessoas. Em qualquer hora do dia ou da noite se presta o estabelecimento a todas as pessoas que o procurarem.³¹

Outra estrada foi aberta, ainda durante o governo de Inácio Barbosa, para estabelecer a ligação entre o povoado de Santo Antônio e o centro da cidade, a fim de “facilitar o tranzito não só dos habitantes d’esse povoado, pela maior parte empregados públicos, como tambem de passageiros do recôncavo, que por ahi tranzitão”³². No entanto, a nova estrada só foi finalizada no governo seguinte. Também foram abertas ligações terrestres com a cidade de Laranjeiras e com a Vila do Socorro. O discurso revelado através dos jornais, por exemplo, mostra que um dos principais objetivos naquele momento era a melhoria das estradas, proporcionando, assim, mais a ligação da capital com outros núcleos da Província.

Os presidentes que sucederam a Inácio Barbosa deram sequência ao seu projeto de construção de Aracaju. Como já foi consagrada pela historiografia local, a falta de casas era uma constante na nova capital e as habitações que já existiam eram precárias. O quartel da força de linha, por exemplo, funcionou provisoriamente num barracão de palha. Noutra situação, em

³⁰ ALMEIDA, Pe. Aurélio Vasconcelos de. *Esboço Biográfico de Inácio Barbosa*. v. 3. Aracaju: J. Andrade, 2003, p. 200.

³¹ Jornal Correio Sergipense, 06 de junho de 1855, Edição nº 26, p. 4.

³² Jornal Correio Sergipense, 18 de fevereiro de 1857, Edição nº 10, p. 2.

maio de 1856, o governo ordenou que fosse transferida da Vila do Socorro para Aracaju a professora de instrução primária, porém o inspetor da Tesouraria provincial alegou que ela:

Achava-se todavia impossibilitada de assim o fazer pela falta absoluta de casa onde podesse ella habitar, o que fazendo a dita Professora chegar ao meo conhecimento, tratei immediatamente de fazer procurar uma casa onde se estabelecesse a respectiva escola reclamada com toda a urgência à vista do não pequeno nº de Meninas que se achão n'esta Capital privadas da educação que tem de servir de base de sua futura posição na sociedade.³³

Diante do problema, foi alugada a casa pertencente a Domingos Rodrigues Ningão. As aulas da professora foram iniciadas no dia 06 de maio de 1856. Um outro trecho da mesma notícia faz inferirmos que a procura por casas em Aracaju era grande: “[...] me vi forçado a tomar a chave da unica que havia disponivel pertencente a Domingos Rodrigues Ningão pelo aluguel de 20\$000 rs. mensaes sendo 6 meses adiantados, proposta esta que já tinha sido feita ao dito Ningão por um particular.”³⁴

Para a construção dos principais prédios públicos da capital – como o da Alfândega, a Cadeia Pública e o da Mesa de Rendas -, foram celebrados contratos entre o governo e particulares. Durante o governo do Bacharel Salvador Correia de Sá e Benevides, tido como o consolidador da capital, foi iniciada a construção da segunda fonte de água potável, a “Fonte dos Barris”, que abasteceria Aracaju e os navios ancorados no porto da cidade. O governo promovia a vigilância da fonte, a fim de evitar que a população retirasse a água com baldes e vasilhas sujas, a título de exemplo.

Sobre este assunto, encontram-se na imprensa local da época diversos registros que evidenciam a existência de uma preocupação com a higiene e a limpeza das ruas da cidade. Tal preocupação com o embelezamento da cidade, o traçado urbano e a concepção de limpeza estão ligadas ao pressuposto do Higienismo como ideologia³⁵. O aterro dos pântanos e o tratamento do esgoto eram essenciais “não só para o areio [*sic*] e limpeza da Cidade, como para livrar os habitantes dos funestos miasmas exalados pelas aguas estagnadas e podridas que rodeiavão quase todas as casas [...]”³⁶ A resolução nº 458 de 03 de setembro de 1856 instituiu as posturas

³³ Jornal Correio Sergipense, 10 de maio de 1856, Edição nº 27, p. 1.

³⁴ Idem, p. 1

³⁵ “Conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir o país ao “verdadeiro”, à “civilização”, implicam a despolitização da realidade histórica, a legitimação apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano.” (CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 35).

³⁶ Jornal Correio Sergipense, 09 de agosto de 1856, Edição nº 41, p. 2.

da Câmara Municipal de Aracaju, as quais materializaram a ideia de implantação de regras de organização da sociedade.

O primeiro artigo do código estabelecia que ninguém poderia edificar casas ou prédios sem a devida licença da Câmara Municipal, porque, antes da resolução, os indivíduos construíam as casas “livremente”. Em julho de 1857, o governo entrou com uma ação de desapropriação das casas de José Narbone, Maria Francisca de Borja, Rufina de tal, José Gomes Ribeiro e Luiz Francisco, porque estes proprietários haviam construído as casas fora do alinhamento das ruas e praças, o que acabava atrapalhando o livre trânsito³⁷. Caso alguém desobedecesse a essa determinação, ficava sujeito à multa e poderia correr o risco de ter a casa demolida.

O segundo artigo dizia respeito ao tamanho das residências, que deveriam obedecer a um certo “padrão”, exceto os prédios públicos. Os proprietários também assumiriam a responsabilidade pela construção de muros, calçamentos, cercas, além da limpeza de suas casas. Um outro artigo que chama a atenção é o número 10, que trata da proibição de fazer “vozerias, alaridos e dar gritos nas ruas sem ser para objeto de necessidade, assim como é proibido aos trabalhadores andarem gritando pelas ruas [...]”³⁸. Havia uma preocupação também com a moral e os bons costumes, evidenciada pelos artigos 12 e 16 que vedavam a qualquer pessoa se lavar nas praias ou rios sem que estivesse vestida adequadamente, ou andar indecentemente trajado pelas ruas da cidade. O objetivo era evitar tudo aquilo que pudesse prejudicar a salubridade pública, por isso, determinou-se que os trapiches, armazéns, fábricas de sabão e etc. seriam edificadas longe do centro da capital.

Diante da dificuldade em se operar a cobrança da décima urbana, principalmente pela relutância do povo em pagar o imposto, o governo provincial decidiu que todos os edifícios construídos em Aracaju até o final do ano de 1861 estariam isentos da cobrança. Porém, o benefício só seria concedido àqueles que apresentassem os edifícios prontos até o mês de dezembro de 1857³⁹. De acordo com a resolução nº 458 de 03 de setembro de 1856, ninguém poderia construir prédios sem a licença da Câmara a qual “mandará dar o arruamento e alinhamento das casas pelos seus Fiscaes, devendo este trabalho ser dirigido na capital por algum dos Engenheiros a serviço da Província [...]”⁴⁰.

³⁷ Jornal Correio Sergipense, 15 de julho de 1857, Edição nº 34, p. 3.

³⁸ PORTO, Fernando. *A cidade do Aracaju...* op. cit., p. 60.

³⁹ Jornal Correio Sergipense, 27 de agosto de 1856, Edição nº 45, p. 1.

⁴⁰ Jornal Correio Sergipense, 15 de outubro de 1856, Edição nº 58, p. 1.

Muitos funcionários públicos acompanharam a transferência da máquina administrativa para a nova capital, mas houve algumas exceções, como o caso do Bacharel Francisco da Silva Freire, que acabou sendo exonerado do cargo que ocupava na Tesouraria Provincial pelo 1º vice-presidente Barão de Maruim:

Cabe aqui significar a V. Ex. que não querendo o Bacharel Francisco da Silva Freire servir o lugar de Procurador Fiscal d'esta Repartição, salvo se o deixassem residir em São Christóvão, estando a mesma Repartição nesta Capital do Aracajú (7 legoas de distancia, mais ou menos) o que sendo impraticavel, todavia se tolerou por quasi dez meses, em cujo periodo viria o dito Bacharel a capital duas ou tres vezes, por dous ou tras dias, procedimento este que V. Ex. bem pode avaliar seria prejudicial [ilegível] o exonerei do indicado Emprego, depois de lhe haver officiado por duas vezes, uma por intermedio da Thesouraria, e outra directamente por mim, chamando-o ao desempenho de seus deveres, e ameaçando-o com a exoneração, que afinal fiz effectiva, visto como a nada quiz aquelle Bacharel attender, conservando-se inabalavel em São Christóvão".⁴¹

Também por causa da insuficiência de habitações e de serviços, após um ano da transferência da capital, o Juiz Municipal ainda residia na cidade de São Cristóvão, o que consequentemente provocava o retardamento das atividades judiciárias.

Tratando da divisão judiciária da província, que sofreu várias alterações ao longo da década de 1850, houve no ano 1857 a criação da Comarca de Aracaju através da Resolução nº 461. Esta resolução alterou a denominação da Comarca de São Cristóvão para Comarca de Aracaju, que passou a compreender os municípios de São Cristóvão, Aracaju, Itaporanga e seus respectivos termos.

Apesar do pequeno número de habitantes, aos poucos, outros profissionais liberais foram se fixando em Aracaju, como, por exemplo, os bacharéis, que abriam os seus escritórios nas principais ruas da cidade, como a Rua de São Cristóvão. Em outro caso, no ano de 1856, o provedor de saúde pública e comissário vacinador da província, Dr. Joaquim José de Oliveira, também recebeu ordens para transferir, em caráter de urgência, a sua residência para a nova sede do governo.⁴²

É importante ressaltar que nesse período a maioria dos que passavam pela cidade eram os operários que trabalhavam na edificação da mesma. Esta mão de obra oriunda da zona rural da província foi empurrada para fora do geométrico quadrado de Pirro, estabelecendo-se, dessa maneira, nos subúrbios desestruturados da capital. A disposição geográfica era simples: os ricos

⁴¹ Jornal Correio Sergipense, 12 de julho de 1856, Edição nº 37, p. 3.

⁴² Jornal Correio Sergipense, 19 de março de 1856, Edição nº 14, p. 3.

ficavam na parte plana da cidade e os pobres na parte elevada, ou seja, instalavam-se no Povoado de Santo Antônio.

No dia 03 de novembro de 1856, o funcionário público Pedro de Alcântara Salles entrou com um requerimento solicitando receber o adiantamento de um ano de salário para construir uma residência e se fixar na nova capital, mas seu pedido foi indeferido⁴³. No entanto, este foi um caso isolado, porque, de acordo com a Lei nº 444, os funcionários públicos poderiam receber pelo menos um ano de vencimentos para a construção de casas⁴⁴. Funcionários como João Batista de Sales, João Manuel de Souza Pinto, José Alves Nogueira, dentre outros, foram beneficiados por esta concessão.

Ademais, com a abertura dos trabalhos da Assembleia Provincial em Aracaju, muitos políticos de várias regiões da província passaram a frequentar a capital por causa das sessões. A princípio, a Assembleia Legislativa funcionava em casa alugada a Joaquim Teixeira da Cunha pelo valor mensal de quarenta mil réis (40\$000). O português também alugou uma outra casa para o funcionamento da capitania dos portos. Sobre essa época, o professor Fernando Porto alegou que “apenas o Barão de Maruim e os srs. João Teixeira da Cunha e José Narbone se animaram a este emprêgo de capitais. “E mais ninguém” [...]”⁴⁵.

Observou-se através dos requerimentos publicados no Jornal *Correio Sergipense* que, a partir de 1856, intensificaram-se os pedidos de aforamento⁴⁶ de terrenos da Marinha. A concessão de terrenos foi uma medida pensada pela Câmara de Aracaju visando aumentar a receita municipal, que naquele tempo era exígua. Mas, esta atitude não era lícita, uma vez que as Câmaras teriam direito aos terrenos da marinha com a condição de que eles se destinassem aos logradouros públicos, e não para fazerem das terras um meio de engrossar as suas respectivas rendas municipais⁴⁷.

Além disso, alguns indivíduos, ao conseguirem o despacho do aforamento, não promoviam a demarcação, retardando, na visão do governo, o aproveitamento dos terrenos. Então, as autoridades declararam que só seriam passados os títulos de aforamento quando as

⁴³ Jornal Correio Sergipense, 19 de novembro de 1856, Edição nº 65, p. 1.

⁴⁴ Jornal Correio Sergipense, 20 de setembro de 1856, Edição nº 51, p. 1.

⁴⁵ PORTO, Fernando. *A cidade do Aracaju...* op. cit., p. 45.

⁴⁶ **Aforamento**, s.m. Ação e efeito de aforar. § O contexto do contracto de aforamento. § Avaliação segundo o fóro, ou foral. *Art. das Cisas.* (SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portuguesa*. 8. ed. Rio de Janeiro: Lisboa: Emp. Litteraria Fluminense, 1890, p. 104) Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242523>> Acessado em 10/09/2017.

⁴⁷ Jornal Correio Sergipense, 7 de maio de 1856, Edição nº 26, p. 2.

formalidades fossem efetuadas pelo pretendente. Categoricamente, a respeito dos aforamentos, pode-se dizer que esses quinhões de terra representaram:

[...] um primeiro tipo de ocupação que, embora esparso, moroso e pouco definido, não foi menos decisivo como forma de assentamento inicial, forma essa que geralmente, ou quase sempre, por maiores que tenham sido as transformações do lugar, tendeu a perdurar por muito tempo. Realmente, prosperando o lugarejo, enriquecendo a comunidade, só ganharam valor esses chãos ocupados mais antigos e centrais.⁴⁸

Neste sentido, muitos terrenos foram aforados ao médico sergipano Antônio da Silva Daltro⁴⁹ (1833-1888), um dos capitalistas que mais se empenhou na construção de prédios em Aracaju. Além dele, havia outros proprietários que também investiram suas fortunas nesta fase de construção, como o “Sr. Barão de Maruim, que manda levantar doze [...], dr. Guilherme Pereira Rabelo, que vai levantar dous sobrados, e o comandante superior Trindade, que se propõe à construção de 12 moradas”.⁵⁰ Bonifácio Fortes, através da obra *Evolução da Paisagem Humana do Aracaju*, trouxe-nos a informação de que João Gomes de Melo, o Barão de Maruim, foi “um dos primeiros proprietários a construírem casas de alvenaria em Aracaju na clássica rua do Barão, no tempo chamada da Conceição”.⁵¹ Nessa conjuntura, também solicitaram o aforamento de terrenos indivíduos como Bernardo Bispo da Costa⁵², Clemente Francisco do Vale, Marcos Schenker, Jacinto Correia de Andrade⁵³, Antônio Pedro Machado de Araújo⁵⁴, Rufina Francisca de Araújo, dentre outros.

Naquele período, pensava-se que a construção de “casas de comoda habitação”⁵⁵ seria um dos meios para resolver o problema da salubridade pública. Na sua dissertação de mestrado, a arquiteta Dora Diniz⁵⁶ afirmou que, por seguirem um estilo colonial, as casas construídas em Aracaju diferenciavam-se daquelas vistas nos grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro, que se enquadravam no estilo neoclássico. Os materiais empregados nas construções da nova cidade eram produzidos nas diversas olarias existentes na região.

⁴⁸ MARX, Murillo. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Nobel, 1991, p. 44.

⁴⁹ **Antonio da Silva Daltro, Doutor** – Filho do capitão Antonio Agostinho da Silva Daltro e D. Eugênia Maria da Silva Daltro, nasceu a 25 de novembro de 1833 no município do Socorro e faleceu na cidade do Rio de Janeiro a 9 de novembro de 1888. (GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Biobibliográfico Sergipano*. Edição do Estado de Sergipe, 2003, p. 64)

⁵⁰ ALMEIDA, Pe. Aurélio Vasconcelos de. *Esboço Biográfico de Inácio Barbosa*. v. 2, Aracaju: FUNCAJU/Sercore, 2002, p. 242.

⁵¹ FORTES, Bonifácio. *Evolução Humana da Paisagem do Aracaju*. Aracaju, 1955, p. 17.

⁵² Jornal Correio Sergipense, 11 de junho de 1856, Edição nº 34, p. 1.

⁵³ Jornal Correio Sergipense, 31 de maio de 1856, Edição nº 32, p.

⁵⁴ Jornal Correio Sergipense, 21 de junho de 1856, Edição nº 36, p. 1.

⁵⁵ Jornal Correio Sergipense, 21 de fevereiro de 1857, Edição nº 11, p. 2.

⁵⁶ Ver: DINIZ, Dora Neuza Leal. *Aracaju: a construção da imagem da cidade*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP, 2009 (Dissertação de Mestrado).

No entanto, o processo de desenvolvimento de Aracaju foi interrompido, pois a jovem cidade foi atingida pela cólera durante os seus primeiros meses de vida. A epidemia de *Cholera Morbus* que grassou a província entre 1855⁵⁷ e 1856 era mais uma das doenças que espalhavam terror e morte. Ao longo do século XIX, além da cólera, Sergipe também sofreu com as chamadas doenças pestilenciais, que “se sucediam anualmente, diante de uma Medicina perplexa e de um poder público despreparado para enfrentá-las”.⁵⁸

Durante a fase de combate à doença em Aracaju, o capitão dos Portos, José Moreira Guerra, integrou ao lado do engenheiro Sebastião José Basílio Pirro uma comissão filantrópica para o “socorro humanitário” dos coléricos da capital. Guerra ficou responsável por distribuir gêneros alimentícios à população de indigentes de Aracaju⁵⁹. José Calasans chegou a afirmar que, por causa das epidemias, o capitão Guerra abandonou Aracaju e foi morar na cidade de Laranjeiras com sua família e que este só retornava a Aracaju para despachar o expediente da sua repartição⁶⁰. É importante assinalar que o inspetor dos portos foi um dos que apoiou Inácio Barbosa na mudança da Capital. O intelectual sergipano Epifânio Dória certificou que o presidente Inácio Barbosa não teve medo da situação, ao contrário de outros seus amigos que “não se sentiram com coragem de fixar-se na então praia de Aracaju, mas em Laranjeiras uns e em Santo Amaro das Brotas, outros”⁶¹.

Já no povoado de Santo Antônio, o outro núcleo de povoamento, o auxílio aos doentes ficou por conta do também funcionário público José Pinto da Cruz. Dessa forma, as ações sanitárias voltavam-se aos pobres, mais vulneráveis à doença. Pensou-se no estabelecimento de cemitérios e consequentemente a proibição de enterramentos nas igrejas, ao mesmo tempo em que se efetivou na capital a transferência do matadouro, localizado no centro, para os arredores da cidade. A crença na aparição das febres e da cólera fez com que muitas pessoas desistissem de morar e até mesmo frequentar a capital.

No ano de 1857, verificou-se um aumento do número de anúncios de estabelecimentos publicados no *Correio Sergipense*, periódico oficial da época. Na loja aberta por Martins & Irmão, na Rua de São Salvador, a variedade de produtos vendidos pelo estabelecimento dá indícios de que o número de moradores abastados da nova capital só crescia. Como reiterava o

⁵⁷ No mesmo ano, na Corte, uma epidemia de cólera provocou altas taxas de mortalidade e trouxe à tona uma discussão sobre a salubridade pública da cidade. (CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril...* op. cit., pp. 29-30.

⁵⁸ SANTANA, Antonio Samarone. *As Febres do Aracaju*: dos miasmas aos micróbios. Aracaju, 2005, p. 23.

⁵⁹ Jornal Correio Sergipense, 12 de dezembro de 1855, Edição nº 58, p. 4.

⁶⁰ CALASANS, José. *Aracaju*: Contribuição à História da capital de Sergipe. Aracaju, 1942, p. 75.

⁶¹ DÓRIA, Epifânio. *Efemérides Sergipanas*. v. 2. Organização de Ana Maria Fonseca Medina. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 2009, p. 123.

anunciante, “quem tiver bom gosto venha vêr munido de dinheiro para comprar”⁶². Nesta loja, encontravam-se produtos vindos da Bahia como miudezas, fazendas finas, sarja espanhola, coletes, paletós, lenços de seda para gravata, rendas, luvas, etc. Também eram comercializados vinhos do porto, champanhe, licores, presuntos, charutos, dentre outros.

Na Rua de São Cristóvão, que até então era a segunda rua mais cheia de edifícios, Luís José Ramos comandava, ao lado do filho José Maria Ramos, uma casa de negócio, onde eles comercializavam chapéus, castiçais de vidro, jarros, manteiga inglesa, ferragens, etc⁶³. Havia, ainda nesta rua, a casa de negócio de Adolfo Becke⁶⁴, um dos fundadores da Loja Maçônica Cotinguiba de Aracaju em novembro de 1872. Natural de Hamburgo, Alemanha, Becke vendia fazendas e miudezas e, além de comerciante de gêneros alimentícios, foi Despachante-Geral da Alfândega de Aracaju⁶⁵. Nas palavras de Maria da Glória Santana de Almeida, aos poucos Aracaju passou a abrigar “os mais importantes prédios públicos, a rua do comércio, a praça dos comícios e das retretas as oficinas de objetos e as lojas de comércio. Fábricas de fundição de ferro, de sabão, de tecidos. Lojas atacadistas. Templos”.⁶⁶

No ano seguinte, em 13 de março de 1858, durante a presidência do Dr. João Dabney D’Avellar Brotero, a repartição da polícia foi transferida para uma das casas do Barão de Maruim, localizada perto da Igreja de São Salvador, possivelmente na Rua da Conceição. A decisão foi tomada por causa da pouca verba destinada às despesas da polícia, e então foi acertado que o valor do aluguel a ser recebido mensalmente pelo Barão seria de trinta e seis mil réis (36\$000)⁶⁷.

Foi também durante a gestão do paulista Dr. Brotero, mais especificamente em 18 de fevereiro de 1858, que os restos mortais de Inácio Barbosa foram transferidos para Aracaju, após a exumação ter sido feita na Matriz da cidade de Estância. Ao chegar à capital, os despojos do ex-presidente foram colocados em um túmulo de mármore no cemitério⁶⁸ construído especialmente no fundo da Igreja de São Salvador⁶⁹. Outras medidas foram tomadas como a construção de novas estradas e a regularização do fornecimento de água potável. Em 3 de

⁶² Jornal Correio Sergipense, 11 de julho de 1857, Edição nº 31, p. 31.

⁶³ Jornal Correio Sergipense, 09 de outubro de 1857, Edição nº 45, p. 4.

⁶⁴ Jornal Correio Sergipense, 23 de fevereiro de 1859, Edição nº 9, p. 4.

⁶⁵ BARRETO, Luís Antonio. *Estrangeiros em Aracaju I*. Disponível em: <http://clientes.infonet.com.br/serigysite/ler.asp?id=3&titulo=Estrangeiros_Sergipe> (Acessado a 30/09/2017).

⁶⁶ ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente...* op. cit., p. 225.

⁶⁷ Jornal Correio Sergipense, 13 de março de 1858, Edição nº 11, p. 1.

⁶⁸ Em 1862, foi instalado em Aracaju o cemitério de Nossa Senhora da Conceição do Aracajú.

⁶⁹ Jornal Correio Sergipense, 27 de fevereiro de 1858, Edição nº 10, p. 2.

dezembro de 1858, o contrato para tal fornecimento da água do Rio Pitanga para a cidade foi feito junto a Horácio Urpia, o vice-cônsul português, que ofereceu as melhores vantagens⁷⁰.

Além das posturas municipais que foram apresentadas anteriormente, por motivos de segurança, a Câmara Municipal também proibiu a construção de casas com cobertura de palha dentro da área da cidade. No início de 1859, houve um incêndio que acabou atingindo a cobertura de palha de uma olaria de adobe do Barão de Maruim e a situação agravou-se porque as chamas passaram para as casas próximas que também possuíam a cobertura de palha⁷¹. Mesmo com a proibição, as pessoas continuavam construindo tais habitações que “ahi estão se reproduzindo em quantidade, e o que mais é fora da direcção das ruas projetadas na planta de maneira que uma cidade nova que poderia ser talvez a mais linda e regular do Brasil, vai-se tornando defeitosíssima”.⁷²

A resolução nº 544, publicada em 16 de maio deste mesmo ano, determinou que as olarias existentes na capital deveriam ser removidas para o subúrbio da cidade num prazo de 90 dias. Aqueles que contrariassem esta determinação seriam condenados ao pagamento de multa e até a demolição das oficinas. Ainda nesta resolução, determinava-se também a proibição para soltar fogos de artifício, com exceção das festas religiosas que aconteciam à frente da Igreja de São Salvador⁷³. Uma outra proibição, referente à extração de barro no centro da cidade, já havia sido instituída em 1856 pela resolução nº 458, pois, segundo as autoridades, as escavações dentro dos limites da cidade afetavam a salubridade pública.

O período de consolidação da nova capital também foi marcado por conflitos que envolveram, principalmente, a posse de terrenos. No dia 14 de agosto de 1868, o capitão dos portos José Moreira Guerra entrou com uma ação contra D. Clara de Faro Montes, viúva de Teodorico Rodrigues Montes. Segundo o autor do libelo cível⁷⁴, José Moreira Guerra, ele teria comprado em 18 de maio de 1855 uma porção de terras no Sítio da Olaria a Clemente Francisco do Vale e a sua mulher Francisca Clementina de Almeida, que dividiam o domínio destas terras com outros “heréos” (herdeiros). Na presença de Antônio Martins Fontes, que serviu de testemunha, o valor de vinte mil réis (20\$000) foi pago ao casal depois de ter sido entregue a José Moreira Guerra o título das referidas terras.

⁷⁰ Jornal Correio Mercantil, e Instrutivo, Político e Universal (RJ), 27 de dezembro de 1858, Edição nº 350, p. 1.

⁷¹ Jornal Correio Sergipense, 23 de março de 1859, Edição nº 17, p. 4.

⁷² Jornal Correio Sergipense, 23 de março de 1859, Edição nº 17, p. 4.

⁷³ Jornal Correio Sergipense, 21 de maio de 1859, Edição nº 33, p. 1.

⁷⁴ Ver: AJU/C. 1º OF. Libelo Cível. Cx. 01/2139.

Concluída a compra, José Moreira Guerra mandou demarcar as suas terras e aforou-as a diversas pessoas que edificaram casas. Até mesmo um escravo africano de D. Maria da Glória Lemos Mascarenhas⁷⁵, chamado Germano, construiu a mando da sua senhora, nas terras de José Moreira Guerra, uma casa de taipa e telha na Rua da Conceição. Ao mesmo tempo, Josepha, outra escrava de Maria Mascarenhas, também edificou uma casa de taipa e telha nesta rua. Como alegou Guerra, o registro dos terrenos foi feito em setembro de 1858 de acordo com os autos do processo:

O abaixo assignado vem merecer de V. S. R. o registro de seus terrenos n'esta Capital, que constam de cinquenta e tres braças de terra que faz o 3º quarteirão da Cidade entre as ruas de S. Salvador e S. Christóvão; e bem assim igual numero de braças, que faz o 4º quarteirão entre as mesmas ruas; e tambem vinte e cinco braças no 3º quarteirão entre a rua de S. Christóvão, e a praça da Alfandega; cujos terrenos fazião parte das terras – pro indiviso – pertencentes aos eréos Clemente Rodrigues do Valle, João Barbosa Cabeça-molle, Nicolau Jose de Almeida, e outros, os quaes na qualidade de eréos de taes terras, fizeram venda legal ao Supp^e que as possui como suas [...]⁷⁶

A demarcação feita pelo engenheiro Sebastião José Basílio Pirro foi solicitada pelo capitão de fragata em fevereiro de 1859. Só que anteriormente, em 1857, o capitão deu o consentimento para que o Tenente Coronel Teodorico Rodrigues Montes⁷⁷ também edificasse uma casa, já que o oficial da Guarda Nacional era recém-chegado na capital, vindo da cidade de São Cristóvão. Depois da permissão, as partes envolvidas concordaram que, anualmente, Teodorico pagaria o respectivo foro do terreno, onde ele edificou uma casa de palha em frente à residência de José Moreira Guerra, que por sua vez, a comprou em 1855 ao casal João Barbosa “Cabeça Mole” e Maria Magdalena do Espírito Santo.

De acordo com o depoimento de Guerra, algum tempo depois, Teodorico obteve um registro de compra das mãos de Clemente do Vale, passando a não reconhecer o direito de posse que o capitão dos portos tinha sobre as 50 braças de terras (o que equivalia a aproximadamente 91,44 metros) com fundos de 94 braças. Até então o impasse entre eles já havia começado, mas agravou-se quando Teodorico resolveu não pagar o foro ao tutor e ainda começou a incentivar os demais foreiros a não pagarem também.

⁷⁵ Em 1869, a professora de primeiras letras Maria da Glória casou-se com José Moreira Guerra, que tinha acabado de ficar viúvo. Porém, esta informação a respeito das terras, nos mostra que possivelmente eles já se conheciam na época em que ele ainda era casado com Eufemia Pinheiro.

⁷⁶ Ver: AJU/C. 1º OF. Libelo Cível. Cx. 01/2139, p.18.

⁷⁷ Antes da mudança da capital, Teodorico Montes já havia sido comandante do batalhão da Guarda Nacional da Vila do Socorro. Mais tarde, já residindo em Aracaju, Teodorico tornou-se funcionário da Secretaria de Polícia de Sergipe, da Tesouraria Provincial e da Mesa de Rendas da capital. (Ver: Jornal Correio Sergipense, 13 de setembro de 1851, Edição nº 66, p. 2; Jornal Correio Sergipense, 30 de janeiro de 1858, Edição nº 6, p. 4; Jornal Correio Sergipense, 23 de outubro de 1858, Edição nº 52, p. 4; Jornal Correio Sergipense, 11 de maio de 1859, Edição nº 30, p. 4.)

Mesmo depois da morte do marido, em 1863, a viúva Clara Montes continuou a declarar que o casal era dono daquelas terras, pois o referido terreno, que se localizava em frente à chácara de José Moreira Guerra, foi comprado legitimamente a Clemente Francisco do Vale. O terreno foi avaliado no auto de partilha do inventário de Teodorico pelo valor de um conto de réis (1:000\$00), sendo que uma parte desta quantia seria utilizada para o pagamento de dívidas do casal a Benedito Gonçalves Monteiro (600\$000) e a outra (400\$000) deveria ser dividida igualmente entre os órfãos Alfredo, José Antônio, Juvêncio e Ângelo.

Aberta a petição por José Moreira, Clara Montes, a esposa do Tenente Coronel, foi citada pela justiça em agosto de 1868 através do seu filho, o professor Alfredo de Siqueira Montes. No dia 09 de março de 1869, na Câmara Municipal de Aracaju, foi realizada a primeira audiência pública do caso, presidida pelo Juiz Municipal Francisco Sabino Coelho de Sampaio, primeiro suplente em exercício.

Porém, em maio do mesmo ano, antes da realização da segunda audiência prevista, José Moreira Guerra acabou solicitando a desistência da ação de reivindicação do domínio das terras que movia contra a ré, a que também precisava consentir com a desistência. Mas, Clara de Faro Montes alegou que só daria o consentimento se o capitão dos portos abrisse mão dos terrenos e se comprometesse a não mover nenhuma outra ação contra ela ou seus filhos. Então, Guerra concordou com as condições da ré e a ação foi encerrada. Até o momento não se sabe o porquê da desistência de José Moreira Guerra.

Posteriormente, em 14 de agosto de 1873, José Moreira Guerra contestou a posse sobre terras e entrou com outra ação cível⁷⁸, desta vez contra Francisco Clemente de Almeida e sua mulher Francisca Clementina de Almeida. De acordo com os foreiros do terreno:

Fisemos venda ao senhor Capitão Tenente José Moreira Guerra, de uma porção de terras que o mesmo senhor occupa, cercada com malhadas e plantações e casa de taipa, pelo preço e quantia de vinte mil réis, os quaes recebemos ao entregar o presente título, sedendo todo o dominio e mesmo posse das mesmas terras ao mesmo senhor que fica na qualidade de heréo com todas as garantias da ley igual a nós e os mais heréos [...] ⁷⁹

As terras que foram vendidas a José Moreira Guerra, em 28 de maio de 1855, localizavam-se no antigo sítio Olaria⁸⁰, onde mais tarde seria a Rua de Santo Amaro, na época

⁷⁸ Ver: AJU/C. 1º OF. Libelo Cível. Cx. 01/2139.

⁷⁹ Idem, p. 6.

⁸⁰ “A parte central da região aracajuana era conhecida com o nome de Olaria, denunciadora da atividade industrial do lugar. A presença de olarias na praia do Aracajú é um fato que causa espécie, atenta a falta de mercado consumidor. Cremos que se tratava de uma olaria primitiva, empregada na fabricação de adobes simplesmente secos ao sol”. (PORTO, Fernando, *A cidade do Aracaju...* op. cit., p. 31).

chamada de Independência. Por que, depois de alguns anos, José Moreira Guerra decidiu requerer a posse das terras? Talvez porque os terrenos em disputa estavam se valorizando com o desenvolvimento da cidade. Além do mais, essa porção de terras ficava numa área próxima à residência do capitão, que morava na Rua Geru ou na “rua do Guerra” como era popularmente conhecida. Analisando o imposto predial de 1877⁸¹, por exemplo, constatou-se que o valor locativo dos imóveis da Rua de Santo Amaro estava entre seiscentos mil réis (600\$000) e quatrocentos mil réis (400\$000). No entanto, mais uma vez Guerra desistiu da ação movida contra o casal e abriu mão de qualquer direito que ele poderia ter sobre os terrenos. Esses casos aqui apresentados são interessantes, pois tratam de questões que envolvem terras onde parte da cidade de Aracaju foi edificada e permitem-nos perceber que a apropriação do solo na nova capital já estava baseada no regime de compra e venda.

Seguindo o pensamento do sociólogo francês Pierre Bourdieu, a nova capital Aracaju deve ser vista como um *espaço de posições*, sendo que, no âmago deste, tais posições se diferenciam a partir de uma distribuição desigual de bens e recursos escassos, que podem ser do dinheiro ao poder político, da autoridade científica ao carisma religioso. Tais recursos (formas de capital), portanto, são disputados pelos agentes que ocupam as diferentes posições no espaço (conceito de campo).

2- As trajetórias dos negociantes⁸² José Teixeira da Cunha e José Narbone

Ao longo da segunda metade do século XIX, a província sergipana foi o destino de alguns estrangeiros. O Mapa estatístico⁸³ da população livre e escrava de Aracaju, publicado no Relatório presidencial do Dr. Benevides em 1856, já apontava a existência de quatro estrangeiros na capital, sendo que três habitavam o quarteirão nº 1 e um outro que morava no quarteirão nº 6. E este número só tendia a crescer, pois o recenseamento oficial da população

⁸¹ Jornal do Aracaju, 22 de agosto de 1877, Edição nº 831, p. 4.

⁸² “Parece referir-se aos que entravam no negócio de exportação/importação, e “comerciante” aos grossistas e retalhistas”. (GANDON, Tania Risério d’Almeida. *Portugueses na Bahia na segunda metade do século XIX – Emigração e comércio*. Salvador: Eduneb, 2010, pp. 75-76).

⁸³ Ver: BENEVIDES, Salvador Correia de Sá e. Relatório com que foi aberta a 1ª sessão da undécima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe. Bahia: Typ. Carlos Poggetti, 1856. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1051/>> (Acessado a 24/06/2017)

brasileira, feito vinte anos depois, em 1872⁸⁴, constatou que havia 62 deles morando em Aracaju entre franceses, italianos, portugueses e “chins”. A presença estrangeira em terras sergipanas demonstra que estes estavam “em busca de transações comerciais e que havia uma movimentação de pessoas, circulação de ideias, atividades comerciais com outros países”.⁸⁵

Como já foi dito no tópico anterior, alguns capitalistas empenharam-se em edificar casas para atender à demanda dos funcionários públicos que chegavam à nova capital. Dentre estes, daremos destaque ao argelino⁸⁶ José Narbone e ao português José Teixeira da Cunha, estrangeiros que se dedicaram ao comércio e que alcançaram boas condições econômicas e sociais.

Por falta de informações concretas, o que se sabe até o momento é que José Narbone nasceu em Argel, capital da Argélia, em 1811⁸⁷. A participação de Narbone não se restringiu só à construção de casas, pois, na condição de negociante, vendeu o mobiliário que serviu para a ornamentação do Palácio provisório do Governo⁸⁸. Além disso, pela quantia de duzentos e vinte e oito mil réis (228\$000), realizou o frete de diversos objetos que estavam no Palácio em São Cristóvão para Aracaju⁸⁹. Seus negócios com o governo da província eram extensos, pois Narbone era um dos agentes da Companhia de navegação, a vapor Santa Cruz, que possuía uma sede em São Cristóvão e outra em Aracaju⁹⁰. Dessa forma, através do agenciamento das viagens, o negociante mantinha o contato com diversas pessoas da elite que moravam tanto na capital quanto nas demais regiões da província de Sergipe. Conforme afirmou Maria da Glória

⁸⁴ Ver: IBGE. *Censo Demográfico 1872*. Província de Sergipe, Parochia de N. S. da Conceição do Aracajú, IBGE, 1872. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf> (Acessado a 17/05/2017)

⁸⁵ SILVA, Valdinei Santos. “*Written in black and White*”: O ensino de língua inglesa no Atheneu Sergipense (1870-1877). (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. São Cristóvão, 2017, p. 56.

⁸⁶ Não há certeza quanto à nacionalidade de José Narbone. Apareceu num registro como israelita, talvez porque ele era natural de Argel, uma colônia judaica. Já Sebrão Sobrinho (1955) atribuiu ao negociante a nacionalidade italiana.

⁸⁷ Equivocadamente Luiz Antonio Barreto afirmou no artigo “*Um argelino em Aracaju – o comerciante José Narboni*”, que o estrangeiro teria nascido no dia 4 de abril de 1806, mas através do seu registro de óbito constatamos que ele nasceu no ano de 1811. Ver: <http://clientes.infonet.com.br/serigysite/ler.asp?id=441&titulo=Estrangeiros_Sergipe> (Acessado a 07/05/2017).

⁸⁸ BENEVIDES, Salvador Correia de Sá e. Relatório com que foi aberta a 1ª sessão da undécima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe. Bahia: Typ. Carlos Poggetti, 1856. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1051/>> (Acessado a 01/10/17).

⁸⁹ Jornal Correio Sergipense, 23 de maio de 1855, Edição nº 22, p. 3.

⁹⁰ Jornal Correio Sergipense, 30 de maio de 1855, Edição nº 24, p. 2.

de Almeida, “somente em 1852 seriam incluídos os portos sergipanos como escalas de linha de navegação das Companhias Baiana e, um pouco mais tarde, da Pernambucana”.⁹¹

Na época em que a cólera atingiu a província, José Narbone participou do combate à doença na região do Vaza-Barris, mais especificamente na cidade de São Cristóvão. De acordo com Amâncio Cardoso Neto, estudioso do cólera-morbus em Sergipe, “o juiz de direito, o pároco, o negociante José Narbone, e o juiz municipal e delegado Pedro Leão Velloso, uniram esforços e fizeram uma subscrição para manter um “ponto sanitário” – hospital improvisado de atendimento aos coléricos”.⁹² Em fins de 1855, o *Correio Sergipense* deu ênfase à ação prestativa de Narbone: “[...] o negociante Narboni não para: o hospital é quasi sua morada, carrega a seos hombros doentes a elle – abre sua bolça largamente á caridade.”⁹³

Ao que tudo indica, a benevolência do argelino não parou, porque ele emprestou ao delegado de São Cristóvão a quantia de cinquenta mil réis (50\$000), que seria utilizada para as despesas dos enterramentos dos coléricos na antiga capital. Para o governo, Narbone inspirava muita confiança e prestígio, uma vez que “não exigiria premios pelos dinheiros que para o indicado fim fosse adiantado, premios a que os Cofres publicos senão sujeitavão”⁹⁴, e assim, o governo provincial tomou junto a Narbone outro empréstimo no valor de cento e cinquenta mil réis (150\$000). As notícias do seu espírito bondoso extrapolaram as fronteiras da província sergipana e repercutiram na Corte do Império: “[...] e menção especial merece o Narboni, que, exhausta a subscrição, continua a fazer as despezas á sua custa e dá esmolas continuamente; agora está elle mandando cortar semanariamente quatro rezes para distribuir com a classe desvalida; tem sido um *Judeu* caridoso.”⁹⁵

Até então, José Narbone morava na cidade de São Cristóvão num sobrado (nº 5) com cinco janelas localizado à Rua São Francisco, em frente ao teatro “Philodramatico Sergipense”⁹⁶. Pela localização privilegiada desse imóvel, infere-se que o estrangeiro possuía certo prestígio na antiga capital. Com certa frequência, ele retirava-se desta cidade para tratar dos seus negócios na Província da Bahia⁹⁷.

⁹¹ ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente...* op. cit., p. 55-56.

⁹² NETO, Amâncio Cardoso. *Sob o signo da peste: Sergipe no tempo do cholera (1855-1856)*. (Dissertação de Mestrado). Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 2001, p. 80.

⁹³ Jornal Correio Sergipense, 29 de dezembro de 1855, Edição nº 61, p. 3.

⁹⁴ Jornal Correio Sergipense, 07 de maio de 1856, Edição nº 26, p. 2.

⁹⁵ Jornal Correio Mercantil e Instrutivo, Político, Universal (RJ). 31 de dezembro de 1855, Edição nº 359, p. 1.

⁹⁶ SOBRINHO, Sebrão. *Laudas para a História de Aracaju*, Aracaju: Prefeitura Municipal de Aracaju, 1955, p. 129.

⁹⁷ Jornal Correio Sergipense, 18 de dezembro de 1847, Edição nº 97, p. 4.

Posteriormente, no mês de agosto de 1856, Narbone estabeleceu residência em Aracaju⁹⁸, onde se tornou comendador da Rosa⁹⁹. Primeiramente, o argelino foi agraciado com o grau 5 de Oficial da Rosa através do decreto de 2 de dezembro de 1858 do Ministério do Império¹⁰⁰. Algum tempo depois, por causa do decreto de 14 de março de 1860, Narbone recebeu, em 1861, o grau 4 correspondente ao de Comendador¹⁰¹. Assim como ele, muitos outros indivíduos prestigiados da antiga capital, construíram casas e mudaram-se também. Foi feito ainda, em setembro do mesmo ano, com a participação do argelino, um contrato para o fornecimento de lampiões para iluminação pública da capital¹⁰².

Além de ser proprietário de cinco casas na Rua da Aurora, onde mantinha o seu escritório, José Narbone possuía outras cinco na Rua de São Cristóvão e mais um terreno na Rua de Japarutuba. A maioria dos seus imóveis foram construídos em terrenos foreiros ao médico Antônio da Silva Daltro, ou seja, o negociante não era o dono daquele local, mas tinha direito sobre imóveis e terrenos através de contrato. Por cada palmo, Narbone pagava anualmente a Daltro a importância de 200 réis referente ao foro. Da mesma forma, era dono de uma posse de terra na praia do Mosqueiro, localizada no termo de São Cristóvão onde criava gado vacum e cavalos. Seria dono também de um sítio no Quissamã, mas os documentos que comprovavam a posse não foram encontrados. Fora os bens de raiz, Narbone também possuía três escravos crioulos, sendo que um deles, Evaristo, foi designado como “artista”¹⁰³.

Em uma de suas casas na Rua de São Cristóvão, funcionava o armazém de fazendas e molhados de Zeferino Alves Dias Torres e Manoel José Rodrigues¹⁰⁴. Um anúncio publicado no periódico *Correio Sergipense*, em 1858, evidencia que as casas de José Narbone serviram, por exemplo, de “parada provisória” para negociantes vindos da Bahia, como se vê abaixo:

QUEM DUVIDAR VENHA VER

Rua de S. Christóvão, casas do Sr. Narbone.

Um completo e variado sortimento de fazendas, chegado pelo ultimo vapor da Bahia, charutos panitellas, artilheiros, aprasiveis, lisboetas, regalia-imperial, lanceiros, varetas, regal-os, regalia e vista-faz-fe, milho arros, feijão preto e branco, caffè pilado,

⁹⁸ Jornal Correio Sergipense, 02 de agosto de 1856, Edição nº 40, p. 4.

⁹⁹ “Esta ordem servia para premiar militares e civis, nacionais e estrangeiros, que se distinguissem por sua fidelidade à pessoa do imperador e por serviços prestados ao Estado, e comportava um número de graus superior às outras ordens brasileiras e portuguesas, então existentes”. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/htms/museu-espacos/condecoracoes/ImperioRosa.asp>> (Acessado a 11/06/2017)

¹⁰⁰ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ), 1859, Edição nº 16, p. 1325.

¹⁰¹ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ), 1861, Edição nº 18, p. 1196.

¹⁰² Jornal Correio Sergipense, 03 de setembro de 1856, Edição nº 47, p. 1.

¹⁰³ Inventário de José Narbone, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2329, nº 346.

¹⁰⁴ Jornal Correio Sergipense, 4 de setembro de 1858, Edição nº 45, p. 4.

em saccas, azeite dôce e manteiga, em barriz, genebra em frasqueiras, assucar refinado, arroba, vidros em caixas: vende-se por menos do que qualquer parte, por ter de retirar-se seu dono no seguinte vapor.

André Ramos Roméro, acha-se pelo Tribunal de commercio da Bahia, matriculado negociante de grosso tracto.

Aracajú 1 de Setembro de 1858.¹⁰⁵

Diante do desenvolvimento comercial de Aracaju, no ano de 1872, Narbone entrou com uma petição junto à Câmara Municipal solicitando permissão para edificar um trapiche em terrenos da marinha, localizados em frente à sua casa na Rua da Aurora. No entanto, os vereadores da Câmara mostraram-se contrários à construção que no entender deles acabaria “tirando a bellesa e a formosura das vistosas quadras de S. Christovam e Aurora!”¹⁰⁶ Os trapiches serviam para armazenamento dos gêneros até o embarque nos vapores das companhias.

Nos anos 1860, Narbone, que era vice-cônsul do Estado Oriental do Uruguai e da França na província de Sergipe, também participou da comissão que organizou a recepção das majestades imperiais em Aracaju¹⁰⁷. Não se sabe quando Narbone iniciou as atividades consulares em Sergipe, mas, a partir da análise da documentação, constatamos que o seu nome apareceu como Vice-Cônsul nas listas do Ministério dos Estrangeiros até 1874¹⁰⁸.

Narbone, que se encontrava bastante doente e impossibilitado de escrever, teve seu testamento feito na madrugada do dia 18 de junho de 1876 na casa do professor Geminiano Paes d’Azevedo, aproximadamente à 1:00h da madrugada. Além do professor, na hora em que José Narbone, deitado numa cama, declarou a sua última vontade, estavam presentes os funcionários públicos Antônio Alves Ramos e Antônio da Motta Rabello, José Lourenço da Costa, o negociante Antônio Teixeira Mendes e o amigo do comendador, Manoel Ângelo Ramos¹⁰⁹. Sofrendo constantemente com a doença, Narbone faleceu no dia 27 de outubro de 1876, como consta no seu registro de óbito:

Aos vinte e oito d’ Outubro de mil oitocentos setenta e seis sepultou-se no Cemiterio de Nossa Senhora da Conceição do Aracajú a José Narboni, branco, natural d’ Argel, filho de Paes incognitos e viuvo de mulher tambem incognita, com sessenta e cinco

¹⁰⁵ Jornal Correio Sergipense, 18 de setembro de 1858, Edição nº 47, p. 4.

¹⁰⁶ Jornal do Aracaju, 26 de outubro de 1872, Edição nº 320, p. 4.

¹⁰⁷ Jornal Correio Sergipense, 21 de janeiro de 1860, Edição nº 9, p. 1.

¹⁰⁸ Ver: Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ) – 1844 a 1885.

¹⁰⁹ Inventário de José Narbone, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2329, nº 346.

anos d'idade, e morreo de uma anasarca¹¹⁰. Para constar faço este, que assigno. O Vigário José Luiz d'Azevêdo.¹¹¹

Narbone deixou uma fortuna considerável¹¹² de vinte e cinco contos, novecentos e um mil e seiscentos réis (25:901\$600) para os seus herdeiros que eram: Fortunata Narbone de Figueiredo – 25 anos, Rachel Esther Narbone – 21 anos, Maria Narbone – 17 anos, Anna Narbone – 15 anos, Clara Narbone – 11 anos e Luís Napoleão Narbone – 9 anos. Já na condição de viúvo, constatou-se que Narbone vivia com Felipa Josefa da Conceição, com quem teve outros filhos. A partir da leitura do inventário do argelino, pudemos constatar que o mesmo vivia com Felipa Josefa da Conceição, a qual morava na mesma rua que ele (São Cristóvão), mas numa outra casa avaliada em um conto e quinhentos mil réis (1:500\$000) em que o proprietário era o negociante¹¹³.

Outro personagem que se destacou, durante os primeiros momentos da nova capital, foi o negociante José Teixeira da Cunha. Filho legítimo de José Teixeira da Cunha e Dona Josefa de São José da Silveira, nasceu na cidade açoriana de Angra¹¹⁴, no reino de Portugal, no início do século XIX (aproximadamente em 1802 ou 1803). Foi batizado na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Clérigos, na mesma cidade de Angra. Em seu testamento, Cunha relatou como e quando foi a sua chegada ao Brasil:

Declaro que vim como já dice, este Imperio do Brazil, tendo desenove para vinte anos de idade, no anno de mil oito centos e vinte e dois, para a Companhia de meu Irmão Joaquim Teixeira da Cunha, que então se achava na cidade da Bahia, mas que faleceu na cidade de Estancia desta Provincia de Sergipe d'ElRei.¹¹⁵

José Teixeira da Cunha chegou muito jovem ao Brasil, talvez motivado pela esperança de enriquecimento e ascensão social do outro lado do Oceano. Provavelmente, ele veio ao Novo

¹¹⁰ **Anásarca**, s. f. (do Gr. *Anasarca*, de *aná*, entre, e *sarc*, carne) (t. med.) Inchação de todo o corpo, que procede de sorosidade infiltrada no tecido celular, cedendo a carne á impressão dos dedos. *Corr. Do Ab.* 2.3.218. (SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portuguesa...* op. cit., p. 171. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242523>> Acessado em 10/09/2017.

¹¹¹ Banco de dados *Family Search*, Óbitos (1874-1877). Livro 3. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 2881, p. 84.

¹¹² Sharyse Piroupo do Amaral fez um profundo levantamento documental nas comarcas de Maruim, Laranjeiras e Aracaju entre os anos de 1860 e 1888 para fazer uma comparação das fortunas dos inventariados. A historiadora estabeleceu oito faixas de fortuna de Aracaju, Laranjeiras e Maruim, sendo que as três últimas faixas correspondiam aos inventariados mais ricos. Pelo tamanho da sua fortuna, José Narboni encaixava-se na sexta faixa (20:001 a 50:000). (AMARAL, Sharyse Piroupo. *Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888*. 273 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007, p. 56.)

¹¹³ “Que o resto dos seus bens, pagas as dividas declaradas, fossem igualmente divididos entre os filhos de Felippa Josepha da Conceição, que com elle morava, os quaes são os já declarados”. (Inventário de José Narbone, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2329, nº 346, p.12).

¹¹⁴ O nome da cidade é Angra do Heroísmo localizada no arquipélago dos Açores em Portugal.

¹¹⁵ Inventário de José Teixeira da Cunha, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2323, nº 222, p. 11.

Mundo para trabalhar como caixeiro em alguma casa comercial do irmão Joaquim Teixeira da Cunha. Quanto a isso, a historiadora Tânia Gandon confirmou que “o fato de existirem no século XIX ricos comerciantes na Bahia que voltavam à terra natal para férias ou definitivamente, despertava, pois, esperanças e ilusões nos seus jovens patrícios”¹¹⁶. Cunha desembarcou na Bahia em 1822, justamente no momento em que se acirravam as lutas pela Independência do Brasil. Ao tratar de maneira sucinta da emigração de portugueses para a província sergipana, a historiadora Maria Thetis Nunes observou que os lusitanos:

Encaminharam-se para a região rural onde existiam terras disponíveis, situadas além das grandes propriedades dominadas pelos senhores, estabelecendo-se em pequenas áreas principalmente nas vilas de Itabaiana e Lagarto, na região sanfranciscana, e nos centros urbanos, em desenvolvimento: Estância, Laranjeiras e Maruim.¹¹⁷

Assim como outros portugueses que saíram de Salvador para Sergipe, mais tarde, nosso personagem veio com seu irmão para Estância, cidade que beneficiava o comércio, e, depois da morte de Joaquim, José Teixeira da Cunha mudou-se para Laranjeiras. Nesta cidade, estabeleceu laços, pois casou-se sob as bênçãos da Igreja Católica com Dona Anna Delmira Rosa da Silveira, filha de um major chamado Nicolau.¹¹⁸ O matrimônio de José Teixeira da Cunha é um exemplo comum à época em que muitos imigrantes portugueses esposavam mulheres de boa família. Ainda não temos a data precisa do enlace, mas o que se sabe é que em maio de 1840 eles já estavam casados, porque batizaram uma criança de nome Anna no final deste mês.

Dessa união nasceram dois filhos: Maria Teixeira da Cunha e Nicolau Teixeira da Cunha, homônimo do avô materno. Mais tarde, a filha mais velha de Cunha contraiu as primeiras núpcias com Antonio Alfonso Ribeiro. Não tendo filhos com o primeiro cônjuge, Maria Teixeira da Cunha casou-se outra vez e foi morar com o seu segundo marido, Francisco Pereira Novaes, na província da Bahia¹¹⁹, um dos principais centros comerciais do Império. Supõe-se que o casal morava na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, porque Silvana, a filha deles, foi batizada no ano de 1855 nesta Freguesia. Talvez por este motivo, além dos comerciais, José Teixeira da Cunha realizava viagens para a província baiana.

O outro filho do capitão, Nicolau Teixeira da Cunha, morava na cidade de Laranjeiras onde seu pai possuía oito casas, dentre elas a que estava instalada a loja. Em 1856, títulos de

¹¹⁶ GANDON, Tania Risério d’Almeida. *Portugueses na Bahia na segunda metade do século XIX...* op. cit., p. 87.

¹¹⁷ NUNES, Maria Thetis. *Sergipe provincial II...* op. cit., pp. 48-49.

¹¹⁸ Inventário de José Teixeira da Cunha, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2323, nº 222, pp. 11-12

¹¹⁹ Ibidem, p. 12.

aforamento de terrenos da marinha localizados no largo da feira, onde ele possuía tais propriedades, foram concedidos ao negociante. Segundo Maria da Glória Santana de Almeida, naquela cidade “até o final do século, as casas de exportação estrangeiras se estabeleceram nas cidades de Maruim e Laranjeiras, então os mais importantes centros comerciais e financeiros da província.”¹²⁰

No ano da mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, José Teixeira da Cunha já possuía uma casa de palha na Rua da Aurora, considerada o coração da cidade. No *Correio Sergipense*, de 27 de junho de 1855, foi publicada uma notícia a respeito de um arrombamento realizado na casa do negociante:

Ao amanhecer do dia 25 do corrente foi achada a parede da pequena casinhola coberta de palha em que atualmente reside nesta Cidade o Sr. José Teixeira da Cunha, rico negociante de Laranjeiras; por esse arrombamento abrirão a porta de detraz, e roubarão huns vinte e tantos mil réis em cobre, diversos papeis de pouca importância, julgando talvez, ser letras ou créditos de valor e deixando tudo o mais intacto os generosos rateiros, que se suppoem ser algum fingido camarada que a titulo de patrício visita e sabe dos cantos da casa d’aquelle negociante.¹²¹

Na mesma edição do jornal, foram dados mais detalhes a respeito do arrombamento:

[...] roubarão de dentro do quarto de dormida cerca de 30\$000 réis em cobre, huma porção de vellas de Carnaúba, e hum maço de pais que não podem utilizar a quem os levou, e só a seo dono o annunciante que por meio deste annuncio roga a essa pessoa queira restituir os referidos papeis, e se para o fazer precisar ser recompensado, o annunciante declara a quem roubou, que em baixo de sua cama tem outro sacco com dinheiro para recompensar a restituição dos papeis, e mesmo a habilidade com essa Pessoa poz em prática o arrombamento. Cidade do Aracajú 26 de junho de 1855.¹²²

Observe que, apesar de terem sido levados outros bens da casa, a preocupação maior em recuperar recai sobre os “papéis”, possivelmente contratos de aluguel, letras e promissórias do negociante. Sem dúvida, ter uma casa naquela rua era um privilégio desfrutado apenas pelos mais abastados como José Teixeira da Cunha, homem de posses e que tinha muitos negócios na nova capital da província.

Além de possuir propriedades na Rua da Aurora, o negociante também tinha terrenos e casas edificadas em terrenos foreiros na Rua de São Salvador e na Rua de São Cristóvão, uma das mais importantes da cidade¹²³. Durante a fase de consolidação de Aracaju, Cunha alugou

¹²⁰ ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. Atividades Produtivas. In: DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (Coord.) *Textos para a História de Sergipe*. 2. ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013, p. 141.

¹²¹ Jornal Correio Sergipense, 27 de junho de 1855, Edição nº 32, p. 02.

¹²² Ibidem, p. 04.

¹²³ Inventário de José Teixeira da Cunha, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2323, nº 222, p. 37.

algumas de suas casas para o funcionamento das principais repartições públicas. Por exemplo, na época, a Assembleia Provincial funcionava numa casa alugada pelo valor de quarenta mil réis (40\$000) pagos mensalmente ao negociante¹²⁴.

Em 1857, José Teixeira da Cunha foi nomeado para ocupar o cargo de tenente da 3ª companhia do 1º Batalhão Reserva da Guarda Nacional dos municípios de Aracaju, Itaporanga e São Cristóvão¹²⁵. Esta corporação paramilitar foi criada em 1831 durante o período regencial. Isso quer dizer que, além de ter status por ser negociante, Cunha ainda possuía uma patente de oficial que também lhe conferia prestígio. A respeito da composição da Guarda Nacional, o historiador José Murilo de Carvalho salientou que “o oficialato era retirado das notabilidades locais, fazendeiros, comerciantes e capitalistas, e o contingente se compunha de quase toda a população masculina adulta livre”¹²⁶.

Um fato interessante é que, em fins de 1859, o nome de José Teixeira da Cunha foi incluído pelo periódico oficial *Correio Sergipense* na lista “dos mais ricos proprietários e negociantes da Província convocados por Sua Excellencia o Sr. Presidente da Província para se reunirem em Palacio – no dia 24 de setembro para tratarem da recepção de Suas Magestades Imperiais”.¹²⁷ Assim como José Narbone, José Teixeira da Cunha também se dispôs a oferecer à presidência da província a quantia de um conto de réis (1:000\$000) como contribuição para o recebimento das majestades imperiais. Nessa mesma lista figuravam outros nomes importantes da Província como Sebastião Gaspar de Almeida Boto, Barão da Cotinguiba, João Gonçalves de Siqueira Maciel e Antonio Luiz de Araújo Maciel – irmão e pai de Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, respectivamente -, Felisberto de Oliveira Freire, José da Trindade Prado, Gonçalo de Faro Rollemberg, dentre outros.

D. Pedro II e a imperatriz D. Tereza Cristina de Bourbon desembarcaram na capital no dia 11 de janeiro de 1860. A visita aconteceu durante a presidência do Dr. Manuel da Cunha Galvão, que reuniu as mais distintas famílias para a recepção dos augustos viajantes. Acompanhado de várias pessoas, o imperador visitou repartições públicas como a Alfândega, a Tesouraria Provincial, a Mesa de Rendas e a Capitania dos Portos, obras em andamento, além da Barra dos Coqueiros e do povoado de Santo Antônio. Neste mesmo mês e ano, o capitão

¹²⁴ Jornal Correio Sergipense, 05 de novembro de 1856, Edição nº 62, p. 3.

¹²⁵ Jornal Correio Sergipense, 31 de outubro de 1857, Edição nº 48, p. 3.

¹²⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem / Teatro de sombras: a elite política imperial*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 158.

¹²⁷ Jornal Correio Sergipense, 08 de outubro de 1859, Edição nº 65, p. 4.

José Teixeira da Cunha foi agraciado como Oficial da Ordem da Roza, juntamente com outros 26 nomes da província sergipana.¹²⁸

Já viúvo e doente, o abastado comerciante passou os últimos momentos de vida em Laranjeiras na sua casa localizada à rua direita do comércio. José Teixeira da Cunha faleceu¹²⁹ no mar durante uma viagem à Bahia, em 12 de novembro de 1861, e foi sepultado em Salvador na Freguesia do Santíssimo Sacramento da Rua do Passo, como consta no assento a seguir:

Aos doze de Novembro de mil oito centos e secenta e um nesta Freguesia da Rua do Passo falleceu José Teixeira da Cunha português, e morador na Cidade do Aracajú, viúvo, de idade cinquenta e dois annos, sendo sepultado no Cemitterio dos Quintas dos Lasaros: do que para constar mandei faser este acento e por verdade assignei. O Vigr.º A. da Rocha Vianna¹³⁰

O português deixou uma fortuna ainda mais expressiva que a do argelino José Narbone, já que os seus bens foram avaliados em setenta e dois contos, setecentos e vinte e cinco mil, setenta e um réis (72:725\$071), sendo o monte partilhável de sessenta e dois contos, oitocentos e cinquenta mil, setecentos e cinquenta e quatro réis (62:850\$754). A presença de bens, como pedras de alvenaria, soleiras de pedra, portas, madeira, tijolos, milhares de pregos, terra roxa e cal no inventário¹³¹, evidenciam que provavelmente o português estava envolvido no negócio de edificação de casas e prédios, ou seja, tanto pela venda destes materiais, como pela sua própria iniciativa em construir. Após a sua morte, estes bens foram levados ao leilão público.

Depois de resolvido o conflito de jurisdição entre o juiz de órfãos de Laranjeiras e o juiz de órfãos de Aracaju, coube ao juízo da capital, por decisão superior do Tribunal da Relação do Distrito, a tramitação do processo de inventário *post-mortem* de José Teixeira da Cunha. Durante a divisão dos bens, transcorrida em 1862, os herdeiros beneficiados foram Nicolau Teixeira da Cunha, de 17 anos, e a neta, órfã de mãe, Silvana Leocádia Novaes, que representou a mãe Maria Teixeira da Cunha, falecida na Bahia. Após a morte do pai, Nicolau Teixeira da Cunha continuou morando em Laranjeiras no sobrado localizado na Rua Cangaleixo, juntamente com os escravos Marcela, Manoel, Vicente e Maria da Piedade. No próximo capítulo, daremos mais destaque ao enlace matrimonial entre Nicolau e Leocádia, os herdeiros de José Teixeira da Cunha.

¹²⁸ NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II...* op. cit., p. 307.

¹²⁹ A respeito disso, constatou-se que as informações não convergem, pois Sebrão Sobrinho na obra *Laudas para a História de Aracaju* (1955) nos faz entender que o negociante voltou rico para Portugal e, no entanto, as fontes até aqui consultadas não fazem menção ao retorno de José Teixeira da Cunha ao seu país de origem.

¹³⁰ Banco de dados *Family Search*, Óbitos (1844-1877). Itens 3-4. Santíssimo Sacramento do Paço. Salvador, Bahia, p. 84.

¹³¹ Inventário de José Teixeira da Cunha, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2323, nº 222, p. 35.

3- A criação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Aracaju

Ao longo do século XIX, a Igreja Católica sergipana sofreu uma forte influência do chamado pensamento reformista. Buscava-se o alinhamento com as novas diretrizes do Vaticano, especialmente o Concílio de Trento, que pregava, por exemplo, o distanciamento do catolicismo popular e o condenamento de certas práticas do clero e dos leigos consideradas “ímorais”.

Outro traço marcante foi a expansão das unidades eclesiásticas em Sergipe, pois durante o período oitocentista novas freguesias foram sendo criadas, totalizando 33 ao final do Império. Algumas destas freguesias surgiram de paróquias que acabaram sendo subdivididas. Mas, além dessas características, é importante lembrar que a Igreja, enquanto peça fundamental da união “trono e altar”, esteve intimamente ligada ao processo de consolidação das cidades, já que a expansão e o adensamento urbano aconteceram em torno principalmente dos prédios religiosos.

Ao elevar o povoado de Santo Antônio do Aracaju à condição de cidade, o presidente Inácio Barbosa instituiu Nossa Senhora da Conceição como a padroeira da cidade. Nos primeiros anos, a nova capital tornou-se um canteiro de obras e nesse contexto também foi iniciada, sob a responsabilidade do engenheiro da província Francisco Pereira da Silva¹³², a construção da primeira “Casa de Oração” da nova capital, que seria a Igreja de São Salvador¹³³.

A primeira pedra da obra foi colocada durante uma solenidade realizada no mês de maio de 1856. A urgência para a construção desse templo e consequentemente o reconhecimento daquela comunidade em ascensão e em rápido crescimento podem ser demonstrados pelo fato de alguns funcionários da Alfândega terem doado 600 pedras de alvenaria para a obra. Ao mesmo tempo, uma outra preocupação do governo era a manutenção dos demais templos espalhados pela província, já que muitas matrizes encontravam-se em estado precário.

O fator geográfico deve ser considerado, pois, antes da construção da Igreja de São Salvador, os fiéis que moravam no centro da cidade precisavam se deslocar até a Capela localizada no povoado de Santo Antônio. Obedecendo a quase uma “regra” imposta pelo relevo

¹³² Francisco Pereira da Silva, um dos engenheiros chegados da Corte, também esteve à frente do serviço de esgoto, aterramento dos pântanos da capital e da construção do Palácio do Governo.

¹³³ “Invocação onomástica do Presidente e evocativa de sua fecunda administração em Sergipe como digno e capaz continuador da obra de um Inácio Joaquim Barbosa”. (ALMEIDA, Pe. Aurélio Vasconcelos de. *Esboço Biográfico de Inácio Barbosa*. v. 3... op. cit., p. 22).

do nosso território para a construção de igrejas de todo porte, esta capela localizava-se numa colina. Nesse ínterim, mesmo com a construção da Igreja de São Salvador, pensava-se num templo maior que correspondesse à importância que a nova capital da província teria no futuro.

Em 23 de outubro de 1857, foi inaugurada e benzida a Igreja de São Salvador, mesmo estando com as obras inacabadas. A missa inaugural da matriz provisória da capital foi celebrada pelo Vigário Elisiário Vieira Muniz Teles, no Natal do mesmo ano, e contou com a presença de 500 pessoas, entre sacerdotes, autoridades e populares. “Toda ladrilhada de mármore branco, foi ela a primeira da Província, dizem as crônicas da época, que teve semelhante pavimentação.”¹³⁴

Mesmo depois de transferida a capital da Província no ano de 1855, Aracaju continuava a fazer parte da Freguesia de N. Sra. do Socorro. Dessa maneira, durante a administração de Salvador Correia de Sá e Benevides (27/02/1856 a 10/04/1857), foi feita a transferência formal da sede da Freguesia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba para a nova capital. A ligação espiritual entre a antiga povoação do Aracaju e a Freguesia de Nossa Senhora do Socorro já existia desde 1718, quando foi criada a referida Freguesia, originada a partir do desmembramento da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória de Sergipe del Rey. O presidente da província enviou um ofício ao Arcebispo Metropolitano da Bahia tratando da transferência da sede da Freguesia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba:

Tornando-se de instante necessidade à numerosa população desta cidade que não esteja por mais tempo privada da cura das almas, resolvi por ato de hoje, em cumprimento ao artigo 1º da Lei provincial nº 473, de 28 de março de 1857, e acordo do Exm. Arcebispo desta diocese, que fosse transferida a sede da freguesia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba para a Capela de São Salvador, nesta capital, com a denominação de Freguesia de Salvador do Aracaju e neste sentido haja V. Excia, de acordo com o Revmo. Pároco o que for por hora somente indispensável para semelhante fim, nomeando-se logo o coadjutor que deva servir de capelão na igreja da antiga Matriz com a obrigação de celebrar propopulu nos domingos e dias santos, com a gratificação de... 300\$000, segundo o disposto no artigo 1º da citada lei¹³⁵.

Esta denominação de Freguesia de São Salvador teria sido dada pelo presidente da província, já que a resolução nº 473 de 28 de março de 1857 não criou tal freguesia. O governo decidiu tomar essa medida por causa do crescente número de fiéis católicos em Aracaju, e no entanto, o pedido foi atendido com uma ressalva: só seria feita a transferência assim que estivessem terminadas as obras da Capela de São Salvador. O que importava não era somente o acesso à assistência religiosa, porque, segundo Péricles Andrade, “A oficialização do templo

¹³⁴ DÓRIA, Epifânio. *Efemérides Sergipanas*. v. 2... op. cit., p. 376.

¹³⁵ DÓRIA, Epifânio. *Efemérides Sergipanas*. v. 1... op. cit., pp. 477- 478.

significava a ascensão de toda uma região inóspita ou de ocupação mais antiga e em expansão, ao novo *status* de freguesia, assim como, a institucionalização da vida na comunidade perante as autoridades”¹³⁶.

A partir de então, sendo a cidade de Aracaju a sede da Freguesia, Socorro passou a ser uma filial curada por um coadjutor e isso quer dizer que a antiga matriz passou a ser visitada regularmente por um padre, que deveria celebrar nos domingos e dias santos, recebendo para isso uma gratificação de trezentos mil réis (300\$000). Dessa maneira, “a cidade de Socorro deixou de ser freguesia, tornando a ser de novo em 09 de julho de 1864, mas uma nova freguesia e não mais a antiga Freguesia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba”.¹³⁷

Portanto, em 25 maio de 1858, Aracaju tornou-se oficialmente a sede da Freguesia instalada na Igreja de São Salvador. Os limites da Freguesia da capital eram “de três léguas de Norte a Sul, e de quatro de Leste a Oeste: confina com as paróquias de N. Senhora da Victoria de Sergipe, com a SS. Coração de Jesus de Laranjeiras”¹³⁸. Neste caso, é interessante perceber que a área de atendimento de uma Freguesia não se restringia somente a um único município.

Aproveitando o ensejo da mudança, o primeiro vigário da capital, Elisiário Teles, efetivou também a remoção da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Socorro para a nova capela. De maneira geral, segundo Murillo Marx, esta Irmandade era composta por fregueses ricos e destacados socialmente, isto é, “tratava-se de irmandade privilegiada pelo culto e responsável pela paróquia, como que a confraria oficial”¹³⁹.

As freguesias eram “o espaço privilegiado para o vigário praticar a pregação, a admoestação dos fregueses e o ensino da doutrina cristã”¹⁴⁰ e, além disso, o pároco da freguesia era o responsável pela obrigatoriedade dos registros de batismo, casamento e óbitos, já que no Brasil não existia registro civil nessa época. No tocante a isso, o estudioso da Igreja Católica em Sergipe, Péricles Andrade, declarou que:

O aparelho eclesiástico exercia o papel de registro civil, conferindo aos indivíduos o reconhecimento social por seu estado. Eram o batismo, o Matrimônio e o funeral religioso que davam reconhecimento social ao nascimento, ao casamento e à morte do indivíduo. Do nascimento até a morte, a vida tinha que passar pela Igreja,

¹³⁶ ANDRADE, Péricles. *Sob o olhar diligente do pastor...* op. cit., p. 50.

¹³⁷ ARAÚJO, Ricardo Teles. *Genealogia Sergipana*. v. 1. Aracaju: Typografia Editorial, 2010, p. 21.

¹³⁸ BROTERO, João Dabney d’Avellar. Relatório com que foi aberta a 1ª sessão da duodécima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe. Bahia: Typografia de A. Olavo de França Guerra, 1858. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1053/>> (Acessado a 20/06/2017)

¹³⁹ MARX, Murillo. *Cidade no Brasil terra de quem?*... op. cit., p. 27.

¹⁴⁰ ANDRADE, Péricles. *Sob o olhar diligente do pastor...*, op. cit., p. 19.

independentemente da fé do indivíduo. Mesmo um “não-crente” tinha que comportar-se como católico para viver em sociedade.¹⁴¹

Ao mesmo tempo em que entrou em funcionamento a Igreja de São Salvador, já se pensava numa matriz da padroeira de Aracaju. Porém, somente em 21 de setembro de 1862, durante a gestão do Dr. Joaquim Jacinto de Mendonça, foi lançada a primeira pedra e a posteriori foram iniciadas as obras da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Aracaju, atual Catedral Metropolitana. Em caráter de urgência, a obra, que foi chefiada por uma comissão, passou a depender da filantropia dos fiéis e de loterias (que não deram um bom resultado), pois foi orçada pelo governo em oitenta contos de réis (80:000\$000), quantia muito alta para os cofres provinciais. Entretanto, o valor arrecadado só serviu para as primeiras obras.

Além do mais, para a construção da Matriz, que representou um marco para a história da capital, foram angariadas, inclusive, doações dos deputados provinciais. Um dos fatores que causava incômodo e pressa para a edificação da nova matriz eram as pequenas dimensões da Igreja de São Salvador que não serviam “decentemente” aos ardentes votos dos fiéis aracajuanos.

A localização da matriz também foi alterada, porque pelo planejamento inicial ela seria construída ao lado do Palácio do Governo, mas acabou sendo erigida na praça detrás do Palácio. Tal mudança está relacionada à posição de destaque que a nova matriz teria naquele ponto geográfico, já que a praça é um espaço privilegiado por causa do seu significado social. Há de se considerar também que o entorno da matriz seria hipoteticamente a área de maior concentração populacional da capital. Aracaju não resultou do crescimento de uma vila, mas da criação de uma capital e, novamente, Murillo Marx merece ser invocado quando ele diz que:

A capital sergipana, de sua parte, expressa também o encontro dos novos com os velhos tempos, não somente pela sua disposição viária em xadrez como pelo destaque conferido aos principais prédios públicos, de interesse não só para a vida da nova cidade como para toda a província de Sergipe. Mas, ainda pelo fato de que a catedral se situa no eixo de seu conjunto de praças centrais e palácios. É que em Sergipe, como no Piauí, e de resto em todo o império, a Igreja continua ligada ao Estado...¹⁴²

As fontes paroquiais analisadas nesta pesquisa mostram que em 1864, nove anos antes da inauguração da Matriz, os registros de batismo já se referiam à “Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Aracajú”. Podemos tomar como uma possível explicação para isso, a relação

¹⁴¹ ANDRADE, Péricles apud OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. *Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 91.

¹⁴² MARX, Murillo. *Cidade no Brasil terra de quem?*... op. cit., p. 102.

que o Padre Aurélio Vasconcelos fez entre o anseio pela criação da nova matriz com a designação da Freguesia:

O fundador de Aracaju, chefe do Governo da Província, com o apoio efetivo dos deputados provinciais, representantes oficiais do povo e também com os aplausos diretos do povo havia determinado, ao consagrar a cidade à Virgem Imaculada Conceição, a construção da futura Matriz da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Aracaju. Desde então no pensamento do Governo da Província, da Assembléia Legislativa e no querer do povo, com o assentimento das autoridades eclesiásticas, firmou-se a convicção de que a Freguesia e a Matriz de Aracaju seriam intituladas N. Sra. da Conceição, tão logo se achasse pronta para esse fim a grande igreja iniciada.¹⁴³

Apenas no final de 1875, após treze anos de obras, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição foi inaugurada. A diocese de Aracaju só foi criada na primeira década do século XX, mais especificamente em 1910, através da Bula *Divina Disponente Clementia* do Papa Pio X. A matriz de outrora passou a ser denominada de Catedral de Nossa Senhora da Conceição do Aracaju.

Ao longo do período estudado, estiveram à frente do paroquiato da capital o cônego Elisiário Vieira Muniz Teles¹⁴⁴ (1855 a 1864), que tinha como coadjutor nomeado em 1855 o padre Agostinho Rodrigues Braga¹⁴⁵, morador no povoado de Santo Antônio, o Cônego José Alberto de Santa Anna¹⁴⁶ (1864 a 1866), depois o vigário colado José Luiz de Azevedo¹⁴⁷ (1866-1879) e por fim, a partir de 1880, o Padre Olímpio de Souza Campos.

É importante salientar que em Sergipe não existia um seminário, por isso os membros do clero sergipano eram educados na Bahia. A título de exemplo, o Cônego José Alberto de Santa Anna e o vigário José Luiz de Azevedo, formaram-se no Seminário Arquiepiscopal da Bahia, presidido por Dom Romualdo Antônio Seixas.

Outro fato interessante, é que os sacerdotes eram considerados empregados da secretaria do governo, por isso recebiam ordenados e gratificações. Ou seja, dentro do setor eclesiástico, os párocos eram os agentes do governo em nível local. Por exemplo, de acordo com o relatório

¹⁴³ ALMEIDA, Pe. Aurélio Vasconcelos de. *Esboço Biográfico de Inácio Barbosa*. v. 3..., op. cit., pp. 40-41.

¹⁴⁴ Durante a terrível epidemia de cólera que atingiu a província, o Cônego Elisiário Teles prestou serviços à população assolada pela doença. Em 1860 foi agraciado como Cônego Honorário da Capela Imperial.

¹⁴⁵ Foi deputado provincial na Legislatura 1854-1855 que votou a mudança da capital. Posteriormente, assumiu a presidência da Câmara Municipal de Aracaju e na década de 1860, foi o juiz de paz mais votado na paróquia da capital. Era Presbítero secular do Hábito de São Pedro, Cônego Honorário da Catedral do Rio de Janeiro e Cônego Honorário da Capela Imperial em 1860.

¹⁴⁶ Natural da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, José Alberto de Santa Anna aparece nas fontes como Vigário da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Aracajú em 1864. Dez anos antes, o cônego foi Capelão da Guarnição de São Cristóvão.

¹⁴⁷ José Luiz de Azevedo nasceu em junho de 1821 na Freguesia de Santa Luzia do Rio Real. Em 1865, foi aprovado no concurso para a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Aracajú.

provincial de 1858¹⁴⁸, o Cônego José Alberto de Santa Anna tinha o vencimento de oitocentos mil réis (800\$000), mais o adicional de duzentos mil réis (200\$000), totalizando o valor de um conto de réis mensais (1:000\$000), evidentemente uma cifra considerada alta.

Em resumo, os primeiros anos de existência da nova capital foram marcados por um intenso deslocamento populacional e pela execução de várias melhorias na infraestrutura do espaço citadino, empreendidas pelos presidentes de província que governaram depois de Inácio Barbosa. Vimos também que houve uma preocupação do poder público com a organização da cidade, através da instituição de posturas municipais. Além disto, discorreu-se sobre as pessoas da “nova elite”, como o capitão dos portos José Moreira Guerra, que se envolveram em conflitos pela posse de terrenos na capital entre os anos de 1855-1873.

Noutro momento do capítulo, foi feita a reconstrução das trajetórias de dois negociantes estrangeiros que tiveram uma presença ativa nos primeiros anos de Aracaju: José Narbone e José Teixeira da Cunha. Por fim, buscamos contar como se deu a criação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Aracaju, as transformações pelas quais passou durante o processo de consolidação da nova capital e a construção dos principais templos da cidade.

¹⁴⁸ BROTERO, João Dabney d'Avellar. Relatório com que foi aberta a 1ª sessão da duodécima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe. Bahia: Typografia de A. Olavo de França Guerra, 1858. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1053/>>

II - “COM A BENÇÃO DE DEUS E DE NOSSOS PAIS...”: A DINÂMICA FAMILIAR DA PRIMEIRA ELITE DE ARACAJU NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

1 – “A distinção”: As estratégias sociais e familiares a partir dos registros paroquiais da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Aracaju

O recorte temporal deste trabalho recai sobre uma época que Gilberto Freyre definiu como sendo de declínio ou desintegração do sistema patriarcal, o qual deixa de ser quase inteiramente agrário. Nesse sentido, ocorreu uma espécie de transição do patriarcalismo absoluto, para o semipatriarcalismo que se desenvolveria nos sobrados das cidades¹⁴⁹. No entanto, isso não significa dizer que o patriarcalismo – entendido como forma de organização dominante da família, sociedade e economia – desapareceu do Brasil e da província sergipana. Além disso, o crescimento do individualismo, característico do século XIX, também propiciou o enfraquecimento do caráter corporativo e patriarcal da família.

Assim, a casa-grande, símbolo do sistema patriarcal brasileiro, foi sendo sucedida pelo surgimento de casas térreas médias que passaram a congregar membros de grandes famílias atingidas pelo processo de fragmentação. Na segunda metade dos Oitocentos, presume-se que houve uma diversificação no perfil da elite sergipana, graças ao aparecimento do comércio, da burocracia estatal e das profissões liberais. O fato é que encontramos nesse grupo social que se consolida em Aracaju e estabelece laços entre si, uma presença considerável de bacharéis, comerciantes, funcionários públicos e militares.

O sociólogo Pierre Bourdieu assinalou que, a fim de se manter na estrutura social ou aumentar a sua posição, os agentes utilizam-se de estratégias de reprodução que podem ser definidas como “conjunto de práticas, do ponto de vista fenomenológico, bastante diferentes, pelas quais os indivíduos ou as famílias tendem, inconsciente e conscientemente, a conservar ou aumentar o seu patrimônio [...]”¹⁵⁰. No entanto, tais estratégias dependem do volume e estrutura do capital a ser reproduzido. Por isso, as famílias da elite estreitavam os laços de solidariedade através dos batismos e dos casamentos, sacramentos sancionados pela Igreja

¹⁴⁹ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. 15. ed. rev. São Paulo: Global, 2004.

¹⁵⁰ BOURDIEU, Pierre. *A Distinção...* op. cit., p. 122.

Católica. No caso das “escolhas” dos padrinhos entre agentes que possuem o mesmo *habitus*¹⁵¹, este vai operar no sentido de favorecer àquelas pessoas que ocupam posição igual ou superior à dos pais. A obrigação moral e os vínculos afetivos surgidos a partir do batismo são alimentados e criados pelo dom generoso, porque aquele que dá também espera ser retribuído. Então, “o dom que não é retribuído pode se tornar uma dívida, uma obrigação durável; e o único poder reconhecido, o reconhecimento, a fidelidade pessoal ou o prestígio, é aquele que se assegura quando se dá”.¹⁵²

Como foi explicado antes, contemplamos neste estudo doze inventariados, tendo em vista que a Comarca de Aracaju possui 290 inventários. Percorreremos as trajetórias destas pessoas que aparecerão ao longo do capítulo, a fim de identificar as relações sociais por elas estabelecidas. Tentando responder às questões levantadas no início da pesquisa, é interessante pontuar que a maioria desses inventariados vieram da região da Cotinguiba ou firmaram vários tipos de ligações com as localidades que compreendiam tal região, como negócios ou laços de parentesco ritual.

De acordo com o levantamento feito, concordamos quando o historiador Carlos Malaquias diz que “o compadrio era uma relação mais localizada, tecida no âmbito da vizinhança [...]”¹⁵³, uma vez que a maioria dos padrinhos eram da própria Freguesia de Nossa Senhora da Conceição. Porém, é importante pontuar que alguns pais também ultrapassavam os limites da Freguesia e buscavam padrinhos que se inserissem nas cadeias de reciprocidade do compadrio em outras cidades ou vilas da província de Sergipe, e até em outras províncias do Império. Além de Aracaju, São Cristóvão, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro e Maruim eram as localidades que mais “forneciam” pais espirituais. Dentre os 2.255 assentos analisados referentes ao período que vai de 1864 a 1874, encontramos 66 (2,93 %) padrinhos ou madrinhas provenientes destes locais situados, com exceção da cidade de São Cristóvão, na região da Cotinguiba. Por causa da proximidade, treze padrinhos escolhidos foram registrados como sendo da província da Bahia.

¹⁵¹ “Sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizada de um maestro”. (BOURDIEU, Pierre. *O Senso Prático*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009, p. 87).

¹⁵² Ibidem, pp. 210-211.

¹⁵³ MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. *Remediados senhores: pequenos escravistas na Freguesia de São José do Rio das Mortes (c. 1790 - c. 1844)*. (Tese de Doutorado). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2014, p. 243.

Oito crianças tiveram como padrinhos pessoas que moravam ou eram naturais da província do Rio de Janeiro, sendo que em grande parte dos casos estas eram representadas por procuradores. Em 24 de abril de 1870, foi realizado o batismo de Hanibal, branco, filho de Jacinto Martins de Almeida Figueiredo e Maria Joaquina Pinto de Figueiredo¹⁵⁴. Esta foi a única ocorrência encontrada de padrinho residente fora do Brasil, pois Antonio Maria de Azevedo, o escolhido para batizar o menino, era morador na cidade do Porto, Portugal. No dia da cerimônia, Antonio Maria foi representado por Jacinto Martins de Almeida Júnior.

Os registros batismais da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição eram feitos pelos párocos seguindo um padrão e continham algumas informações, tais como o nome dos pais, a procedência dos padrinhos, residência atual dos envolvidos no ato batismal, em alguns casos a data de nascimento da criança, as condições de “escravo” ou “liberto” e a designação da qualidade social: “pardo”, “branco”, “crioulo”, “cabra”. Também era determinada a situação legal do batizando: legítimo ou natural, não sendo encontradas as palavras “bastardo” ou “exposto”. Foram localizadas 4 crianças com madrinha pertencente à esfera sagrada, como Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora de Santa Ana e Nossa Senhora da Freguesia de Laranjeiras. A preferência pela manifestação de Nossa Senhora da Conceição relacionava-se ao fato de ser esta a padroeira de Aracaju e do Império do Brasil.

Em especial, os registros de batismo são, na opinião de Martha Hameister, mais “democráticos”, porque “apesar de deixarem “escapar” parte dos nascimentos, incluem neles todos os setores da sociedade. Assim pobres como ricos, assim livres como escravos”.¹⁵⁵ Num primeiro exemplo, temos o batismo de Maria, filha legítima de Dionísio Pereira Rabello e Maria Violante Carneiro de Leão, em 31 de julho de 1859 na Matriz de São Salvador do Aracajú. O padrinho escolhido para Maria foi o comerciante e oficial da Guarda Nacional José Teixeira da Cunha:

Aos trinta e um dias do mez de Julho do anno de mil oitocentos e cincoenta e nove nesta Matriz de São Salvador da Cidade de Aracajú o Reverendo Vigario Elizario Vieira Muniz Telles Baptizou e pôs os Santos oleos á Maria, branca com idade de dois mezes, filha legitima do Capitão Dionizio Pereira Rabello, e Dona Maria Violante Carneiro Leão, forão Padrinhos o Capitão Jozé Teixeira da Cunha, e Dona Jozefina Le Roi: do que para constar mandei fazer este assento, em que me assigno: Nada mais se continha no referido assento, que finalmente copiei, e me assigno.¹⁵⁶

¹⁵⁴ Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1194, p.131.

¹⁵⁵ HAMEISTER, Martha. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1863)*. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2006, p. 188.

¹⁵⁶ Inventário de José Teixeira da Cunha, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2323, nº 222, p. 204.

A partir de então, estava firmado o laço entre José Teixeira da Cunha e o Capitão Dionísio Pereira Rabello, que na época do batismo atuava como oficial da Secretaria da Tesouraria Provincial. Na família de Cunha também foi registrado um casamento entre os seus herdeiros, Nicolau Teixeira da Cunha, seu filho, e Silvana Leocádia, sua neta, que se casaram sob as bênçãos da Igreja Católica. Além de neta, Silvana também era afilhada de José Teixeira da Cunha, pois foi batizada pelo capitão no ano de 1855:

Aos vinte oito de janeiro de mil oito centos e cinquenta e cinco baptisei solenimment^e e pus os Santos Oleos a Silvana, branca, nascida a quatorze de Dezembro pp, filha legitima de Francisco Pereira Novaes, e D. Maria Teixeira da Cunha: forão padr.^{os} Jose Teixeira da Cunha, viúvo, d'esta Freg.^a, e pos a corôa de N. Snr Nicolão Teixeira da Cunha, soltr.^o da Freg.^a do Coração de [?] das Laranjeiras: do q' m^{dei} faser este assento, que assignei Conego Francisco Per.^a de Sousa, Vigr^o Coll^o.¹⁵⁷

Um fato que não deve ser desprezado é que esse batismo foi realizado na paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, localizada no centro da vida comercial da cidade de Salvador. Então, anos mais tarde aconteceu um enlace matrimonial endógamo entre tio e sobrinha e, a respeito disso, a historiadora Maria Thetis Nunes afirmou que “dominava na sociedade sergipana a endogamia, atesta o grande número de casamentos consanguíneos existentes nos constantes pedidos de licença para realizá-los, encontrados na relação Eclesiástica da Bahia.”¹⁵⁸

Este enlace matrimonial seria útil para ambos os lados, uma vez que evitaria a dissipação da riqueza, já que, durante a partilha de bens de José Teixeira da Cunha, executada em 1862, cada um herdou a fortuna de vinte contos, novecentos e cinquenta e um mil, novecentos e dezoito réis (20:951\$918). Assim, estaria garantida a reprodução dessa classe como um todo, mesmo que esse não seja o objetivo claro dos cônjuges.

No entanto, depois de dadas as dispensas do impedimento de 2º grau de consanguinidade, o casamento, que foi celebrado em de 03 de março de 1867 na casa de Nicolau Teixeira da Cunha, não durou muito tempo, pois a jovem Silvana, de 13 anos, solicitou ao Tribunal Eclesiástico da Arquidiocese da Bahia um pedido de divórcio, que posteriormente foi

¹⁵⁷ Inventário de José Teixeira da Cunha, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2323, nº 222, p. 126, 17/12/1861.

¹⁵⁸ NUNES, Maria Thetis. Sergipe Provincial II... op. cit., p. 61.

concedido¹⁵⁹. De acordo com a pesquisadora Sheyla Faria Silva, que teve contato com a documentação referente a este processo de ação de divórcio e tantos outros, a justificativa utilizada pela esposa foi a de que no “primeiro jantar dos recém-casados, o seu esposo solicitou a presença de Maria – sua amásia, para compartilhar esse primeiro momento de intimidade do casal”¹⁶⁰.

São exíguos os registros batismais da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição em que o comerciante Cunha aparece, fato que pode ser explicado pela sua constante mobilidade geográfica entre a capital e a cidade de Laranjeiras, onde também mantinha negócios. Esta é uma importante questão, pois o argelino José Narbone, o outro negociante que se destacou na nova capital, também não aparece nos assentos. Por que, mesmo estabelecidos em Aracaju e participando ativamente dos primeiros anos da cidade, esses homens que viviam do comércio não eram convidados para apadrinhar crianças? Não podemos oferecer respostas imediatas para tais questões, uma vez que os registros paroquiais que cobrem os primeiros cinco anos de Aracaju não foram encontrados.

No entanto, devemos evitar generalizações ao pensar que os comerciantes não apadrinhavam crianças, pois outros exemplos mostraram-nos o contrário. É só analisarmos o caso dos irmãos e negociantes José Rodrigues Bastos Coelho e Francisco Xavier Bastos Coelho, que num período de dez anos, mais especificamente entre 1864 e 1874, batizaram 66 (2,93%) crianças. Francisco Xavier Bastos Coelho casou-se com Maria Victoria do Sacramento, em 17 de setembro de 1865, na Capela de Santo Antônio do Aracaju.¹⁶¹ Foram testemunhas do casamento o tenente-coronel Luiz Freire da Trindade Ludovice, dono de um sobrado e marido de D. Joanna Freire Ludovice, e o Comandante Superior da Guarda Nacional e Oficial da Ordem da Rosa, Paulo Freire de Mesquita Barreto, ambos moradores da Vila do Socorro. Desta união nasceram quatro filhos: Josefina, Antônio Coelho de Sousa, José e Pedro Xavier Coelho. Das 16 (0,70%) crianças que Francisco Xavier levou à pia batismal, 8 ele batizou sozinho e 3 delas, todas legítimas, foram batizadas junto com a esposa.

Francisco e Maria Victoria moravam na Rua de Santo Amaro e, além desta residência, o negociante possuía também uma casa comercial na Rua da Aurora¹⁶². O casal escolheu bem os pais espirituais da sua prole e, apesar de terem tido 4 filhos, encontramos os registros de

¹⁵⁹ Ver: SILVA, Sheyla Faria. *Notas sobre divórcios em Sergipe oitocentista*. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300872854_ARQUIVO_NotassobredivorcioemSergipe.pdf> (Acessado a 27/05/2017)

¹⁶⁰ Ibidem, p. 05.

¹⁶¹ Banco de dados *Family Search*, Casamentos (1864-1883). Livro 2. São Salvador. Aracaju, Sergipe, nº 48, p. 7.

¹⁶² Jornal do Aracaju, 26 de setembro de 1874, Edição nº 521, p. 4

batismo de apenas 3 deles. Josefina, branca, foi batizada em perigo de vida no dia 29 de julho de 1866, pelo Cônego Agostinho Rodrigues Braga, que era tio da mãe da criança, e por Josefina Leroy Salles¹⁶³. Pelo que se constatou, Josefina morreu aos 03 anos e 05 meses vítima de doença maligna¹⁶⁴, mas teve como padrinhos pessoas influentes, visto que, além de sacerdote, o Cônego Agostinho Braga também era político e a madame Josefina Leroy, comerciante.

Já o padrinho do menino Antônio, branco, batizado em 1868, foi Domingos de Oliveira Santos, abastado comerciante.¹⁶⁵ Domingos, que era casado com Rosa Policiana de Oliveira Santos, morava num sobrado na cidade de Laranjeiras, onde era dono de um armazém¹⁶⁶. Além disso, era proprietário de imóveis na cidade de Maruim e na Rua da Aurora, em Aracaju. Podemos supor que esta escolha para padrinho foi influenciada por causa dos negócios comerciais que ele deveria ter com o pai da criança.

Ao mesmo tempo, objetivando manter a coesão familiar, os irmãos negociantes utilizaram-se da estratégia de eleger padrinhos da mesma família para os seus filhos. Por exemplo, em 26 de dezembro de 1869, José, branco, filho de Francisco Xavier e Maria Victoria, foi batizado aos três meses de idade pelo tio, José Rodrigues Bastos Coelho¹⁶⁷. Talvez para prestar alguma homenagem, o menino recebeu o mesmo nome do tio e padrinho. José Rodrigues Bastos Coelho também batizou, no dia 10 de novembro de 1873, outro sobrinho, Pedro, branco, na época com três meses e três dias de idade¹⁶⁸.

Ao lado da cunhada Maria Victoria, José Rodrigues foi padrinho de Emília, parda, filha de João Antônio da Fonseca e Maria Valéria da Conceição. Como se vê, muitas famílias escolheram os comerciantes para apadrinharem seus filhos, porque “na cidade que crescia rapidamente, estabelecer um bom relacionamento com o dono do armazém era estratégia de sobrevivência fundamental.”¹⁶⁹ Isso nos leva a supor que, caso um compadre de Francisco Xavier estivesse passando por dificuldades financeiras, este poderia ajudá-lo na alimentação da família, por exemplo.

¹⁶³ Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 355, pp. 32-33.

¹⁶⁴ Banco de dados *Family Search*. Óbitos (1864-1872). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº, 885, p. 90.

¹⁶⁵ Banco de dados *Family Search*. Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 801, p. 86.

¹⁶⁶ AJU/C. 1º OF. Embargo. Cx. 01/2066.

¹⁶⁷ Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1116, p. 122.

¹⁶⁸ Banco de dados *Family Search*. Batismos (1871-1874). Livro 2. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 2030, p. 83.

¹⁶⁹ SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila (orgs.) *O Brasil Imperial*, volume III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 186.

Uma informação interessante encontrada durante a análise da documentação paroquial revelou-nos que o “inteligente e conceituado comerciante¹⁷⁰” José Rodrigues Bastos Coelho, solteiro, de 30 anos, teve um filho legitimado por escritura pública passada pelo Tabelião Luiz Pereira França, em 28 de maio de 1873. Além do casamento e do testamento, o batismo era outra forma de reconhecimento de paternidade. Augusto, pardo, filho de José Bastos com a liberta Maria dos Anjos do Espírito Santo¹⁷¹, foi batizado na Matriz de Nossa Senhora da Conceição com 1 mês e 24 dias, em 24 de junho do mesmo ano, e o padrinho escolhido foi Evaristo Antonio de Freitas¹⁷². No entanto, esse filho “partilhado” com Maria dos Anjos faleceu em decorrência da varíola, doença que fez muitas vítimas em Aracaju naquela época. O menino Augusto foi sepultado envolto em hábito de cor¹⁷³, em 22 de agosto de 1873, no cemitério de Nossa Senhora da Conceição¹⁷⁴.

Nos registros constam também que os irmãos batizaram filhos de escravas. No primeiro caso, em 1865, Francisco Xavier Bastos Coelho, apadrinhou sozinho Jerônima, parda, filha de Efigênia, escrava de Maria Lourença¹⁷⁵. Depois, foi a vez de José Rodrigues Bastos Coelho batizar Felipe, pardo, filho de Florência, escrava de José Ângelo dos Santos¹⁷⁶. Três anos depois, batizou também Eleutério, pardo, filho da escrava Maria, propriedade de Thomaz Narciso Ferreira¹⁷⁷, que em 1881 fora nomeado vice-cônsul de Portugal na província de Sergipe. Ambos eram agentes de Companhias de Navegação a vapor, sendo que José era da companhia baiana e Thomaz da companhia Pernambucana.

Nesse contexto, o historiador Carlos de Oliveira Malaquias afirma que atualmente existem duas “pontas” na historiografia, pois de um lado está a compreensão de que o compadrio “era uma aliança para cima, ou seja, com segmentos situados na hierarquia social em patamares mais elevados do que os pais da criança”¹⁷⁸. E do outro lado da ponta, a historiografia passou a mostrar que também era interessante para a elite escravista apadrinhar,

¹⁷⁰ DÓRIA, Epifânio. *Efemérides Sergipanas*. v. 2... op. cit., p. 236.

¹⁷¹ Ver: Ref. Arq. AJU/1ª V. CRI. Processo Crime: Responsabilidade. Cx. 01/2603.

¹⁷² Banco de dados *Family Search*. Batismos (1871-1874). Livro 2. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1953, p. 73.

¹⁷³ Peça do vestuário fúnebre escolhida para acompanhar o defunto à sepultura.

¹⁷⁴ Banco de dados *Family Search*. Óbitos (1872-1874). Livro 2. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 2133, p. 85.

¹⁷⁵ Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 212, p. 20.

¹⁷⁶ Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 434, p. 41.

¹⁷⁷ Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 926, p. 100.

¹⁷⁸ MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. *Remediados senhores...* op. cit., p. 247.

porque dessa forma conseguiriam construir uma rede de clientes. Em resumo, Malaquias diz que os estudos recentes buscam compreender os laços de compadrio enquanto estratégias de ascensão social e domínio tanto dos escravos, quanto dos membros da elite. E, como se percebeu, as relações sociais dos irmãos negociantes estavam alicerçadas na aproximação com pessoas que pertenciam ao mesmo grupo de atividades sociais e econômicas e que, conseqüentemente, possuíam vultoso capital econômico. É importante destacar que a diferenciação entre os indivíduos não é determinada somente pelo poder econômico, mas pela forma como esse produz distinção simbólica.

Na lista dos “padrinhos de muitos afilhados”, expressão criada por Silvia Brügger¹⁷⁹, o português José Thomaz Narciso Ferreira figurava como um dos mais procurados, já que, em uma década, batizou 23 (1,01%) crianças. Thomaz foi casado com Henriqueta, nascida no seio de uma família importante de Aracaju. Juntos tiveram 6 filhos: Maria Inácia Ferreira, Anna Carolina Ferreira, Izabel Carolina Ferreira, Nuno Alvares Ferreira, Alzira Carolina Ferreira e Henrique Elísio Ferreira. Interessante é que a sua esposa, Henriqueta Carolina Ferreira, três anos depois de ficar viúva, mudou-se definitivamente para o Rio de Janeiro e, ao partir, não foram poupados elogios na imprensa ao falecido vice-cônsul e à sua viúva:

O embarque de D. Henriqueta foi muito concorrido, e assim devia ser, por isso que ella representa seu finado marido, o typo mais perfeito do homem prestimoso, serviçal, do cavalheiro a quem muita gente deve hoje o seu bem estar e que talvez negasse á sua viuva o dever da despedida [...] A´quellas qualidades, que fizeram do finado Thomaz Narciso o idolo dos pobres e dos necessitados, deve se juntar a mais elevada ainda: não se lembrar no dia seguinte do beneficio feito na véspera. Desejamos a d. Henriqueta e suas dignas filhas bôa viagem e muitas felicidades na terra em que vão habitar.¹⁸⁰

Talvez essa “idolatria” estivesse ligada ao relacionamento que Thomaz Narciso, “um português de ótimo coração que tanto honrava as boas tradições dos filhos do seu velho Portugal”¹⁸¹, teve com as pessoas mais pobres da cidade e também por ele ter sido vice-diretor do Asilo de Nossa Senhora da Pureza durante dez anos. Uma prova disso é que, entre os seus compadres, encontramos pessoas que não apresentavam nenhum distintivo social ou que ocupavam um cargo importante. Ao lado da filha Anna Carolina Ferreira, Thomaz batizou duas crianças e a primeira delas, Senhorinha, parda, filha de José Pedro dos Santos e Flávia Maria Isabel, recebeu os santos óleos no dia 26 de agosto de 1872, na Matriz de Nossa Senhora da

¹⁷⁹ Ver: BRÜGGER, S. M. J. *Minas Patriarcal: família e sociedade* (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

¹⁸⁰ Jornal A Reforma, 24 de março de 1889, Edição nº 114, p. 2.

¹⁸¹ DÓRIA, Epifânio. *Efemérides Sergipanas*. v. 1... op. cit., p. 369.

Conceição¹⁸². Dois anos depois, em 15 de novembro de 1874, pai e filha batizaram Teodorico, pardo, filho natural de Anna Rita da Conceição¹⁸³.

Durante o tempo em que morou com o marido em Aracaju¹⁸⁴, nas Ruas de São Cristóvão e Aurora, Henriqueta Carolina Ferreira também foi convidada nos anos de 1869 e 1870 para ser madrinha de duas crianças, além daquelas que batizou ao lado de Thomaz Narciso. No total, ela foi madrinha de quinze crianças. Em via de regra, os homens apareciam mais do que as suas mulheres nos registros de batismo, por causa das obrigações femininas com o lar e com a maternidade. No ano de 1873, Henriqueta e Thomaz chegaram a batizar duas crianças no mesmo dia, fato que ocorreu no mês de junho. Isso mostra que o casal possuía prestígio perante a sociedade e, dessa maneira, era convidado reiteradamente à pia batismal.

Dos 6 filhos de Henriqueta e Thomaz, só foram localizados os assentos de batismo de dois deles, sendo o primeiro registro o de Isabel, batizada em 02 de fevereiro de 1870 pelo tenente José Antônio Gomes Ribeiro, que na época morava em Salvador, e por Benvinda Rosa de Barros¹⁸⁵. Note-se que a família Ferreira optou por escolher um padrinho de outra província, evidenciando que as opções existentes onde eles moravam naquele momento não eram suficientes. Em 29 de janeiro de 1873, foi batizado Nuno, branco, que teve como padrinhos Manoel Inácio de Vasconcelos e o Dr. Antônio Serafim de Almeida, representado pelo comerciante Guilherme José Vieira¹⁸⁶. Os impostos prediais da época auxiliaram-nos a concluir que a escolha de Guilherme José para procurador foi influenciada pela proximidade espacial, já que ambos moravam na Rua da Aurora, sendo o padrinho Guilherme Cavaleiro da Ordem da Roza e dono de três sobrados¹⁸⁷.

O comendador Thomaz Narciso Ferreira, que veio do distrito de Aveiro (Portugal), naturalizou-se brasileiro por causa “da liberalidade da nossa Constituição que estabeleceu a naturalização automática, de quantos, filhos de outros países, não fizessem a declaração de

¹⁸² Banco de dados *Family Search*, Batismos (1871-1874). Livro 2. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1772, p. 51.

¹⁸³ Banco de dados *Family Search*, Batismos (1872-1877). Livro 4. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 2236, p. 11.

¹⁸⁴ Verificou-se também, que em 1858, o nome de Thomaz Narciso figurava na lista dos proprietários que pagariam a décima urbana referente ao primeiro semestre daquele ano. O imóvel lançado localizava-se no Povoado do Socorro. Porém, não se sabe até o momento, se o português chegou a morar lá. (Ver: *Jornal Correio Sergipense*, 15 de dezembro de 1858, Edição nº 61, p. 3).

¹⁸⁵ Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1152, p. 126.

¹⁸⁶ Banco de dados *Family Search*, Batismos (1871-1874). Livro 2. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1866, p. 62.

¹⁸⁷ *Jornal do Aracaju*, 09 de outubro de 1873, Edição 418, p. 4.

conservar a sua nacionalidade de origem”¹⁸⁸. Gravemente afetado pela moléstia que o acometia, o vice-cônsul foi para a Corte em companhia da filha Maria Inácia Ferreira para tratar da saúde.

Mas, Thomaz acabou falecendo aos cinquenta e quatro anos em decorrência de uma pneumonia, no dia 03 de setembro de 1886¹⁸⁹. O seu sepultamento aconteceu com toda a pompa na Freguesia de São João Batista de Niterói, no Rio de Janeiro, província que era visitada com frequência por ele. No que concerne a este momento, Epifânio Doria afirmou que Thomaz Narciso, o *Dom Bosco de Portugal*, era “um espírito profundamente caridoso, constituindo a sua morte um desastre para a pobreza de Aracaju”¹⁹⁰. O português era maçom e, em vida, contribuiu ativamente para a regularização da Loja Maçônica Cotinguiba, como se vê no trecho seguinte:

Os irmãos Francisco José Martins Penna Junior, Manoel Pereira Guimarães e Thomaz Narciso Ferreira regularizaram, com todas as solemnidades do ritual, a loja *Cotinguiba*, em 16 de fevereiro, sendo proferidos dous discursos, entusiasticamente applaudidos, e patenteando todos os obreiros o maior zelo maçônico e a mais decidida vontade de fazerem progredir a nossa Ordem na província de Sergipe.¹⁹¹

A historiadora Maria Thetis Nunes afirmou que a referida Loja Maçônica foi criada “sob os auspícios do Grande Oriente do Brasil, sendo eleito seu patrono São João Batista. A Loja era integrada por nomes representativos da sociedade aracajuana – comerciantes, professores, magistrados, intelectuais¹⁹². Como já foi dito, depois da morte do chefe da família, Henriqueta estabeleceu-se de vez na corte e lá tratou da criação dos filhos. Através da leitura dos jornais da imprensa carioca, conseguimos identificar que rumo tomou alguns dos descendentes do português: Isabel Ferreira diplomou-se professora na Escola Normal de Sergipe, casou-se com o engenheiro Salles Queiroga e junto com ele gozou de prestígio no meio social carioca, porém faleceu jovem, em 02 de julho de 1921. Henrique Elísio Ferreira tornou-se funcionário da Alfândega, Maria Inácia Ferreira foi casada com o Capitão Salomão, morto na Guerra de Canudos, e Alzira Ferreira contraiu núpcias com Victorino da Silva, funcionário do Tesouro Nacional. Henriqueta, a matriarca da família, faleceu no dia 12 de dezembro de 1922 em sua residência localizada na Rua Humaitá. Segundo o Jornal *Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro*, “D. Henriqueta Ferreira contava com mais de 70 annos de idade e gosava de muita estima e conceito em nosso meio social, sendo a sua morte bastante sentida”,¹⁹³

¹⁸⁸ DÓRIA, Epifânio. *Efemérides Sergipanas*. v. 1... op. cit., p. 369, p. 553.

¹⁸⁹ Banco de dados *Family Search*, Óbitos (1885-1889). Livro 1. São João Batista. Niterói, Rio de Janeiro, p. 30.

¹⁹⁰ DÓRIA, Epifânio. *Efemérides Sergipanas*. v. 2... op. cit., p. 24.

¹⁹¹ Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil. Edição 02-03, 1873 a 1877, p. 115.

¹⁹² NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II*... op. cit., p. 237.

¹⁹³ Jornal *Gazeta de Notícias*, 13 de dezembro de 1922, Edição nº 293, p. 4.

Ao que parece, um outro aspecto intrigante a respeito dos membros dessa elite é que eles transitavam entre espaços em comum, localizados na região mais nobre da cidade, o quadrado de Pirro, além de encontrar-se frequentemente nas festas religiosas. Gilberto Freyre assinalou na obra *Sobrados e Mucambos* que a festa de igreja, a procissão e o entrudo representavam um momento de confraternização entre os extremos sociais. Neste sentido, os inventariados citados até aqui certamente conheciam também o capitão José Pinto da Cruz, residente na Rua de São Cristóvão.

Filho de Joaquim Pinto da Cruz e de Maria Genoveva de Santa Anna, José Pinto da Cruz nasceu provavelmente no ano de 1808, na Vila de Rosário do Catete. Casou-se em primeiras núpcias com Dona Maria José da Lapa, com quem teve 3 filhos: Elisiário Prudêncio da Lapa Pinto¹⁹⁴, Maria dos Prazeres Pinto e Anna Angélica da Lapa Pinto. Ao ficar viúvo, José Pinto da Cruz contraiu matrimônio pela segunda vez com Dona Joanna Maria de Mattos, em 02 de setembro de 1858. Estiveram presentes na cerimônia, que foi realizada na casa da nubente, o vigário geral da província e, como testemunhas, João Batista da Lapa Trancoso, ex-cunhado do noivo, e José Carlos do Nascimento, seu genro, casado com Maria dos Prazeres Pinto¹⁹⁵. Com Joanna de Mattos, o capitão teve apenas um filho, Cícero Terêncio de Mattos. Antes do segundo casamento, José Pinto da Cruz tinha uma loja de fazendas secas situada à Rua do Carmo, em São Cristóvão. Esta loja funcionava por causa da sociedade existente entre ele e o seu cunhado e advogado João Batista da Lapa Trancoso¹⁹⁶.

O comparecimento frequente de membros da família de José Pinto da Cruz à pia batismal torna clara a ideia de que esta era uma das melhores famílias aracajuanas da época. O chefe da família foi convidado 14 (0,62%) vezes para batizar crianças, sendo que em 9 delas tiveram como madrinha a sua filha, Anna Angélica da Lapa Pinto. Juntamente com a esposa Joanna Maria de Mattos Pinto, batizou apenas uma criança, Rosa, parda, filha de José Antônio dos Santos e Josefa Romana de Santa Ana¹⁹⁷. No batismo de José, branco, filho de Manoel Inácio de Vasconcelos e Carolina Rosa do Nascimento, o padrinho escolhido foi Thomaz Narciso Ferreira e coube a José Pinto da Cruz deitar a Coroa de Nossa Senhora da Conceição¹⁹⁸.

¹⁹⁴ Assim como Tobias Barreto, Constantino José Maria Gomes de Souza, Pedro Calazans e José Jorge de Siqueira, Elisiário da Lapa Pinto contribuiu para o desenvolvimento da vida literária na província de Sergipe. Na ocasião da visita de D. Pedro a Aracaju, o poeta Elisiário, proferiu na presença das majestades a poesia criada por ele que se chamava “Estrela do Norte”.

¹⁹⁵ BR SEAPES EFD, Vol. 25, Documento 4106.

¹⁹⁶ Jornal Correio Sergipense, 27 de julho de 1842, Edição nº 31, p. 04.

¹⁹⁷ Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 369, p. 34.

¹⁹⁸ Banco de dados *Family Search*, Batismos (1871-1874). Livro 2. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1757, p. 49.

Uma prova de que o prestígio de José Pinto da Cruz passava para os filhos é que no ano de 1870, por exemplo, Anna Angélica e o irmão caçula, Cícero Terêncio, batizaram Pedro, branco, filho do Major Manoel Paes de Azevedo e Felismina Emília Dantas¹⁹⁹. Na década de 1840, Manoel Paes de Azevedo foi subdelegado da Vila do Rosário do Catete, de onde José Pinto da Cruz era natural, sendo assim, podemos supor que ambos nutrissem uma amizade de longa data. Em outra ocasião, dois anos mais tarde, os irmãos Cícero e Anna foram convidados para batizar Minervina, cabra, filha de José Rufino e Francelina Maria²⁰⁰. Pela condição social da criança e de seus pais, infere-se que esta família pertencia a um grupo que estava abaixo daquele o qual os padrinhos da menina faziam parte.

Ao lado do genro, o tenente coronel José Carlos do Nascimento, José Pinto da Cruz testemunhou vários enlances matrimoniais de pessoas distintas, como o do seu vizinho, João Martins Fontes com Maria Saturnina de Jesus Góis, realizado em 1863²⁰¹. Dentre as treze cerimônias em que o capitão esteve presente, uma em particular nos chamou a atenção. Na Matriz de Nossa Senhora da Conceição foi realizado, no dia 23 de outubro de 1866, o casamento de João, escravo de José Pinto da Cruz, com uma mulher livre chamada Maria José dos Santos²⁰². No inventário²⁰³ do capitão, esse escravo, descrito como crioulo de 38 anos e trabalhador da lavoura, foi avaliado em um conto e duzentos mil réis (1:200\$000).

A realização deste tipo de sacramento pela Igreja Católica demandava um custo que certamente não poderia ser pago pelo escravo João, que neste caso, teve o apoio do seu dono e padrinho de casamento. O outro indivíduo que presenciou esta união foi o capitão da Guarda Nacional José Agostinho do Nascimento. Durante os primeiros anos de consolidação de Aracaju, José Agostinho, que também era amigo e compadre de José Pinto da Cruz, foi um dos vários foreiros que solicitaram terrenos na nova capital. Na condição de negociante, também comercializou objetos para a ornamentação da capitania dos Portos e para o Palácio da Presidência.

Tratando ainda da relação entre essa família e os seus escravos, encontramos na documentação um registro de alforria concedida na pia batismal por Anna Angélica da Lapa

¹⁹⁹ Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1307, p.142.

²⁰⁰ Banco de dados *Family Search*, Batismos (1871-1874). Livro 2. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1887, p. 64.

²⁰¹ Banco de dados *Family Search*, Casamentos (1860-1865). Livro 1. São Salvador. Aracaju, Sergipe, nº 76, p. 11.

²⁰² Banco de dados *Family Search*, Casamentos (1864-1883). Livro 2. São Salvador. Aracaju, Sergipe, nº 55, p. 08.

²⁰³ Ver: Inventário de José Pinto da Cruz, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2328, nº 336.

Pinto. No entender de João Luís Fragoso, “a alforria de escravos recém-nascidos era relativamente comum ao longo do período escravista e os respectivos assentos trazem informações variadas acerca dos atos de libertação”.²⁰⁴ Sendo assim, no trecho abaixo, temos a transcrição de um desses registros de alforria infantil envolvendo os membros da elite aqui estudados:

Aos desesete de Março de mil oitocentos secenta e sete baptisei solenemente como liberta, por authorisação de sua Senhora Anna Angélica da Lapa Pinto, a Maria, parda, com dous meses d’idade, natural desta Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Aracajú, em cuja Matriz foi celebrado o acto, filha de Magdalena, escrava da mesma Senhora: foi Padrinho Herminio Paes d’Almeida, desta Freguesia, a qual apresentou me a authorisação, que aqui copio = Authoriso ao Reverendissimo Senhor Vigario José Luiz d’Azevedo para levar á Pia Baptismal como forra a mulatinha, que tem de chamarse Maria, filha da minha escrava Magdalena; podendo a referida mulatinha gosar d’ora em diante de sua liberdade, como se de ventre livre nacesse, em virtude da presente authorisação por mim somente assignada. Aracaju desesete de Março de mil oitocentos e secenta e sete = Anna Angelica da Lapa Pinto = Como testemunha que esta escreve José Pinto da Cruz = Jeremias Roberto de Carvalho = Para constar faço este, que assigno. O Vigario José Luiz d’Azevêdo²⁰⁵

Presenciaram este ato de “generosidade”, promovido pela proprietária Anna Angélica, José Pinto da Cruz e Jeremias Roberto de Carvalho. Talvez a motivação da senhora em tornar a concessão da alforria pública fizesse parte “de uma espécie de rito de cunho paternalista, no qual cabia aos senhores se vangloriarem de suas benesses e à comunidade reconhecer as mesmas”²⁰⁶. Assim como este, foram identificados entre os anos de 1867 a 1874 mais 7 registros de alforria durante o batismo e a ausência de registros, anteriores a 1867, confirma que não houve nenhuma alforria associada ao rito do batismo naqueles dois anos. A questão do gênero também deve ser considerada, pois 6 registros foram de meninas escravas, entre dois e seis meses de idade, e apenas um do sexo masculino.

Raros eram os casos de alforrias compradas, mas, em 17 de fevereiro de 1867, a pequena Leopoldina, filha de Antônia, escrava de José Domingues de Sousa Brandão, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, foi alforriada mediante o pagamento de cem mil réis (100\$000). Como os clérigos não detalhavam as informações, não foi possível determinar quem pagou pela alforria e que relação teria com o batizando, a mãe e o proprietário. É certo que o pagamento conduziu à concessão da liberdade de Leopoldina, mas outras motivações difíceis de identificar podem ser levadas em consideração já que a menina é designada por José

²⁰⁴ GUEDES, Roberto; FRAGOSO, J. L. R. (Org.). *História social em registros paroquiais (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX)*. 1. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, p.12.

²⁰⁵ Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 477, p. 46.

²⁰⁶ GUEDES, Roberto; FRAGOSO, J. L. R. (Org.). *História social em registros paroquiais...* op. cit., pp. 18-19.

Domingues de Sousa Brandão como “cria minha”, fazendo-nos supor que Antônio deveria ser uma escrava doméstica, por isso, a rebenta e ela seriam consideradas “da família”.

Já em 29 de setembro do mesmo ano, Francelina, parda, filha da crioula Arsênia, escrava de Cypriano de Almeida Sebrão, recebeu a carta de liberdade no ato do batismo após a sua própria mãe ter efetuado o pagamento de cem mil réis (100\$000) ao proprietário²⁰⁷. Com base nos assentos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, podemos afirmar que, até então, a maioria das alforrias exigiram o desembolso de um pecúlio para a sua aquisição. Em outro caso específico, uma das alforrias foi concedida à Francolina, mestiça, filha de Rita, escrava de Manoel Agostinho da Silva Moreira, em 06 de janeiro de 1872²⁰⁸, ou seja, bem depois da Lei do Ventre Livre, que foi promulgada em 28 de setembro do ano anterior por iniciativa da Coroa. Neste momento, a questão a abolição do regime servil no Brasil estava no centro dos debates.

Visando o fortalecimento das relações familiares, em 05 de novembro de 1865, José Pinto da Cruz batizou, junto com João Batista da Lapa Trancoso, a neta Maria, branca, filha de José Carlos do Nascimento e Maria dos Prazeres da Lapa Pinto²⁰⁹. A historiadora Mariana Muaze alega que “essa duplicação da função avós-padrinhos é um bom exemplo da autarquia familiar, característica do modelo patriarcal brasileiro”.²¹⁰ Observe que, mais uma vez, membros da elite buscaram padrinhos dentro do próprio círculo familiar.

Assim como o sogro, José Carlos, além de dono de escravos, proprietário de vários imóveis, era oficial da Guarda Nacional e este, sem dúvida, foi um fator determinante para o acontecimento do matrimônio. Filho legítimo de Antônio Francisco dos Passos e D. Anna Rosa do Sacramento, José Carlos Nascimento nasceu em 1820, ano da independência da Capitania de Sergipe. Mesmo sem ter certeza, acreditamos que José Carlos seja natural de São Cristóvão, já que aparece residindo naquela cidade nos anos 1840. Pode ter sido a antiga capital o palco do enlace entre ele e Maria dos Prazeres do Nascimento, que lá morava com a família. Desta união nasceram 5 filhos: Filinto Elísio do Nascimento²¹¹, Elvira Dejanira do Nascimento, Maria Júlia do Nascimento, Margarida Maria do Nascimento e Maria Leonor do Nascimento.

²⁰⁷ Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 597, p. 61.

²⁰⁸ Banco de dados *Family Search*, Batismos (1871-1874). Livro 2. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1636, p. 33.

²⁰⁹ Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 225, p. 21.

²¹⁰ MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa...* op. cit., p. 165.

²¹¹ Nasceu em 11 de setembro de 1860 no Sítio Buira, em São Cristóvão. Estudou no Rio de Janeiro, foi poeta, jornalista e dedicou-se ao magistério particular. Exerceu também os cargos de inspetor da Alfândega de Aracaju, Secretário da Diretoria da Instrução Pública e de deputado no biênio 1886-1887. (GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Biobibliográfico Sergipano...* op. cit., pp. 164-165)

Além do avô José Pinto da Cruz, outros filhos de José Carlos e Maria dos Prazeres tiveram padrinhos de “patente”, como o capitão Simões da Silva Samango, escolhido para batizar Nicéias, branco, em 14 de dezembro de 1866²¹², e o tenente Luiz Freire de Resende, padrinho de Margarida, branca, batizada em 10 de dezembro de 1867²¹³. Para o apadrinhamento de Glicério, branco, realizado em 26 de janeiro de 1870²¹⁴, o eleito foi Salvador de Góes e Sousa Brandão, residente na cidade de Laranjeiras. No período que vai de 1864 a 1874, José Carlos do Nascimento foi escolhido 18 (0,79%) vezes para apadrinhar neófitos.

Vítima de hipertrofia no baço, José Carlos do Nascimento faleceu em 11 de abril de 1883, aos 63 anos²¹⁵. Já o seu sogro, José Pinto da Cruz, aos 67 anos deixou a vida terrena em 1875²¹⁶ em consequência de um cancro. Ambos foram sepultados no cemitério de Nossa Senhora da Conceição.

Outro indivíduo que compõe o grupo dos doze inventariados analisados nesta pesquisa é o advogado Manoel Pereira Guimarães. Filho legítimo de Antônio José Pereira Guimarães e D. Izabel Maria de Medeiros Guimarães, Manoel Pereira Guimarães nascera em Propriá a 14 de março 1840, poucos meses antes do início do Segundo Reinado no Brasil. Seu pai era filho legitimado do sargento-mor Hermenegildo José Teles de Menezes, integrante de uma das mais nobres famílias da província²¹⁷. Tempos depois, essa informação referente ao passado familiar foi utilizada de maneira virulenta pelos inimigos políticos dos Guimarães. Ainda em Propriá, Manoel começou os estudos, passando depois para Capela, onde viveu até transferir-se para a província da Bahia em 1857.

Naquela época, apenas os filhos de famílias com recursos tinham acesso às escolas de direito. Terminada a preparação na província baiana, viajou para Recife e lá ingressou na Faculdade de Direito em 1859. Passados os três primeiros anos do curso, Manoel Pereira partiu para São Paulo, onde fez o quarto ano do curso, na Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1863, a fim de cursar o quinto ano, regressou novamente a Recife e só saiu da cidade com o grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. A respeito dessas idas e vindas, Gilberto Freyre afirmou que:

²¹² Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 420, p. 40.

²¹³ Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 636, p. 66.

²¹⁴ Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1148, p. 125.

²¹⁵ Banco de dados, *Family Search*, Óbitos (1882-1887). Livro 7. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 4949, p. 60.

²¹⁶ Banco de dados *Family Search*, Óbitos (1874-1877). Livro 3. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 2568, p. 43.

²¹⁷ Jornal O Conservador. 18 de fevereiro de 1873. Edição nº 195, p. 2.

Era já de costume, entre a mocidade brasileira dedicada ao estudo do Direito, o estudante fazer parte dos seus estudos numa Academia e parte na outra. Excelente costume: dava ao brasileiro do Sul do Império a oportunidade de, em idade ainda plástica, familiarizar-se com a sociedade, com os hábitos e com as condições de vida do Norte; e ao Norte de, ainda moço, preparar-se para a vida pública, para a magistratura, para a diplomacia, conhecendo os costumes do Sul.²¹⁸

Já formado, Manoel Pereira Guimarães regressou a Sergipe e, ao longo da carreira profissional, ocupou os cargos de Procurador Fiscal da Tesouraria Provincial, promotor público da comarca da capital e de presidente da Câmara Municipal de Aracaju. Na década de 1870, integrou também a comissão administrativa do Hospital de Caridade da capital, atuando, inclusive, como diretor da instituição. Na legislatura de 1874-1875, ocupou uma das cadeiras de deputado na Assembleia Provincial. Homem das letras, foi diretor da Escola Normal, redator do jornal *O Conservador*, em 1873, e também acionista da Associação Sergipense. Na Corte do Império, atuou como deputado geral e colaborador de vários periódicos como o *Jornal do Comércio*.

A passagem por todos esses cargos pelo inventariado comprova aquilo que o historiador José Murilo de Carvalho afirmou: de que um dos grupos que mais se destacavam em termos de proximidade do Estado “eram os profissionais liberais. Incluimos aí advogados, médicos, engenheiros, professores de ensino superior, jornalistas”²¹⁹.

Ao lado de Thomaz Narciso Ferreira, Manoel Pereira Guimarães teve participação na inauguração do Club de Regatas, em 19 abril de 1874. No ato da inauguração, foi eleita a primeira diretoria e o bacharel foi escolhido para presidir o Club, que contemplava a prática do esporte náutico em Aracaju. Maçom e morador no quarteirão da Rua da Conceição e do Palácio, entre 1865 e 1874, 32 (1,41%) crianças legítimas ou ilegítimas e de diferentes condições sociais foram batizadas pelo jovem advogado, que ocupava o terceiro lugar no *ranking* dos padrinhos com maior número de afilhados da Freguesia, ficando atrás apenas do Vigário José Luiz de Azevedo e de Canuto Severino de Araújo, médico, dentista e parteiro das classes humildes de Aracaju.

Alguns atributos do bacharel, como a juventude e a influência, sem dúvida foram levados em conta na hora da sua eleição para ser o pai espiritual de tantas crianças. Deve-se considerar também que ter um diploma de uma universidade de prestígio conferia aos intelectuais e aos profissionais liberais a posse do capital cultural, que neste caso possuía um maior peso frente ao capital econômico.

²¹⁸ FREYRE, Gilberto. *Vida Social no Brasil nos meados do século XIX*. 4. ed. revista. São Paulo: Global, 2009, p. 102.

²¹⁹ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem/Teatro de sombras...* op. cit., p. 100.

Por ser também político, ter uma vasta parentela era muito importante para Manoel manter-se nos cargos que ocupava, uma vez que a proteção possivelmente oferecida por ele às pessoas humildes configurava-se como um tipo de relação clientelista. A título de exemplo, em 28 de fevereiro de 1869, Manoel batizou, ao lado de Mathilde Rosa Guimarães, Marcolina, branca, filha do jovem marinheiro José Joaquim Geminiano e Maria Francisca de Oliveira²²⁰, moradores da Rua da Jabotiana. Obviamente, os compadres não pertenciam ao mesmo grupo do bacharel, mas as relações de compadrio fizeram esses dois mundos entrecruzarem-se. Cinco dos 32 afilhados tiveram como madrinha Maria da Glória Guimarães, que supomos ser uma das irmãs de Manoel, já que ele era solteiro e permaneceu assim até o fim da vida. Primeiramente, conseguimos a confirmação de que Maria das Dores Guimarães Chaves, com quem ele batizou duas crianças, era sua irmã. Depois, constatamos através da imprensa que o médico José Hermenegildo Pereira Guimarães também era seu irmão.

O inventário²²¹ de Manoel Pereira Guimarães revelou-nos que ele teve dois filhos legitimados: Manoel Pereira Guimarães F. e José da Trindade Prado Guimarães. Os dois meninos foram frutos de um relacionamento do advogado com a jovem Rachel Ester Narbone. Só para lembrar, Rachel era filha do negociante José Narbone, que já teve sua trajetória apresentada no primeiro capítulo. Observe que mesmo entre membros da elite havia uniões “não-oficiais” que acabavam gerando filhos naturais, só que neste caso, a não oficialização da união perante a Igreja Católica pode ter sido causada pela inscrição de Manoel Pereira numa Loja Maçônica. Os princípios da maçonaria eram inconciliáveis com o catolicismo, e, portanto, este casamento não poderia ser realizado.

Em função do prestígio que possuía e da aproximação com a família Narbone, Manoel Pereira também foi testemunha de alguns matrimônios celebrados na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, inclusive o do português, comerciante e maçom Antonio Joaquim de Figueiredo com a sua “cunhada” mais velha, Fortunata Gomes Narbone, celebrado em 15 de novembro de 1871²²². Mas, quando consultamos o registro deste matrimônio feito pelo Vigário José Luiz de Azevedo, verificou-se que apenas o nome de Felipa Josefa da Conceição, mãe de Fortunata, consta no documento, dando a entender que seu pai ainda não havia a reconhecido como filha legítima. No entanto, apesar disso, os filhos utilizavam o sobrenome do negociante.

²²⁰ Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 923, p. 100.

²²¹ Ver: Inventário de Manoel Pereira Guimarães, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2331, nº 379.

²²² Banco de dados *Family Search*, Casamentos (1864-1883). Livro 2. São Salvador. Aracaju, Sergipe, nº 204, p. 37.

A mesma situação aconteceu com Maria Narbone, que se casou em Oratório Particular com o caixeiro Permínio Couto, no dia 09 de junho de 1877. As testemunhas da cerimônia foram o “cunhado” Manoel Pereira Guimarães e Claudiano Francisco do Nascimento²²³. Maria casou quase um ano depois da morte de seu pai, mas mesmo assim no registro somente consta o nome da mãe Felipa Josefa da Conceição. No caso de Anna Roza Narbone, uma das filhas mais novas e que contraiu núpcias em 16 de janeiro de 1882 com o Dr. José Cândido de Farias, a paternidade também não foi reconhecida porque a nubente foi declarada “filha natural” da mesma Felipa Josefa da Conceição²²⁴.

No seu testamento, que era uma das formas de legitimação, Narbone reconheceu todas essas filhas como herdeiras, porém na documentação paroquial o “silêncio” quanto a sua paternidade prevaleceu em todos os casos. Uma explicação já levantada anteriormente e que pode explicar isso, é o fato de José Narbone ter com Felipa Josefa outro tipo de arranjo familiar mantido por vários anos, chamado de concubinato. O relacionamento entre Narbone e Josefa enquadrava-se no concubinato simples, aquele “praticado por pessoas solteiras ou viúvas, podendo configurar uniões fortuitas, usuais ou duradoras. Essa modalidade circunscreveu-se a indivíduos que não possuíam impedimentos de natureza religiosa ou civil, ou seja, pessoas que não estavam casadas”.²²⁵ Deste modo, essa prole foi fruto de uma relação considerada não formal pela Igreja e pelo Estado. Os casos apresentados evidenciam que em Aracaju oitocentista se constituíram famílias com dinâmicas diferenciadas.

Voltando a falar das ligações estabelecidas por Manoel Pereira Guimarães, dentre os seus compadres, pais de filhos legítimos, estavam nove funcionários públicos, um professor, um advogado e militares como José Agostinho do Nascimento e Vicente Lopes de Medeiros Chaves, seu cunhado. Manoel também foi padrinho de quatro crianças naturais. Contudo, a sua trajetória foi interrompida prematuramente, pois em consequência de uma hemorragia o advogado veio a falecer às 10 horas da manhã do dia 27 de outubro de 1879, aos 39 anos. O periódico *Jornal de Sergipe* lamentou profundamente a morte do ilustre bacharel:

Bem moço ainda ceifára a morte aquella preciosa existencia. Chora-o a familia de quem era elle o unico e desvelado amparo, a pobreza prantêa o seu protector e o partido conservador enlucta-se pelo desaparecimento de um de seus mais valentes soldados. Occupára o illustre finado nas assembléas provincial e geral uma cadeira

²²³ Banco de dados *Family Search*, Casamentos (1864-1883). Livro 2. São Salvador. Aracaju, Sergipe, nº 400, p. 71.

²²⁴ Banco de dados *Family Search*, Casamentos (1864-1883). Livro 2. São Salvador. Aracaju, Sergipe, nº 541, p. 93.

²²⁵ NETTO, Rangel Cerceau. *As formas do concubinato diante do viver de “portas adentro” na antiga Comarca do Rio das Velhas*. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A021.pdf> (Acessado a 20/06/2017)

que honrou, e, por diversas vezes, fôra distinguido com honrosos cargos de eleição popular. Era actualmente procurador fiscal da thesouraria provincial, presidente da camara municipal e gerente da companhia sergipana. Talento robusto, fortalecido por um estudo acurado, trabalhador infatigável, era considerado o dr. Guimarães como um dos melhores advogados da provincia. O sentimento causado por sua morte é indiscrepível. Attesta-o o silencioso prestito que seguia o feretro de tão conspicuo cidadão, uma cidade inteira em movimento para acompanhá-lo ao derradeiro pouzo, a tristeza escripta em todos os semblantes. A`s 9 horas da manha de hontem era o seu cadaver entregue á voragem do tumulto, deixando uma familia e numerosos amigos immersos no mais profundo sentimento. Não seremos, pois, nós quem irá avivar as suas magoas.²²⁶

Manoel Pereira Guimarães foi sepultado no cemitério de Nossa Senhora da Conceição²²⁷ e a encomendação da alma ficou sob a responsabilidade do padre João Ponciano dos Santos, que cobrou o valor de quarenta e um mil e oitocentos réis (41\$800) para realizá-la. Pela análise do inventário, conseguimos perceber que o advogado não conseguiu converter “capital cultural” em capital econômico, pois não deixou para os seus herdeiros posses materiais, mas, apesar disso, legou um capital social (os contatos) e um capital simbólico, já que possuía prestígio dentro da elite aracajuana. Este capital determina a posição dentro do campo, pois está relacionado ao prestígio ou honra que permite identificar os agentes no espaço social.

A elite eclesiástica também merece destaque neste trabalho, pois a Igreja, enquanto instituição bastante influente, fazia parte da burocracia estatal. Ao longo do período estudado, constatou-se que religiosos batizavam crianças com muita frequência. Segundo as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, não podem ser nomeados padrinhos “[...] nem Frade, Freira, Conego Regrante, ou outro qualquer Religioso professo de Religião approvada, (excepto o das Ordens Militares) por si, nem por procurador”²²⁸. Mesmo assim, dentre os religiosos, os campeões de batismo da Freguesia foram o Vigário José Luiz de Azevedo e o já citado Cônego Agostinho Rodrigues Braga.

José Luiz de Azevedo nasceu no ano de 1821 na Freguesia de Santa Luzia do Rio de Real e, em 1865, passou no concurso para a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Aracaju. O vigário colado faleceu, repentinamente, em 20 de julho de 1879. Em dez anos, o primeiro sacerdote chegou a batizar 103 (4,5%) crianças, sendo 47 delas filhos (as) naturais, ou seja, frutos de uniões não sacramentadas pela Igreja Católica. Esta alta taxa de ilegitimidade é um dado interessante, já que a Igreja preconizava o estabelecimento de uniões legítimas entre os seus fiéis. A solidariedade do compadrio poderia fornecer a essas crianças de paternidade

²²⁶ Jornal de Sergipe, 29 de outubro de 1879, Edição nº 104, p. 02.

²²⁷ Banco de dados *Family Search*. Óbitos (1879-1886). Livro 5. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 3851, p. 15.

²²⁸ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Feitas e Ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor... 1720, Liv. I, Tit. XVIII, p. 26.

não declarada um futuro melhor. Mesmo estando na lista dos padrinhos com mais afilhados, o Cônego Agostinho Rodrigues Braga batizou um número bem menor de crianças, apenas 16 (0,70%).

Sergipano, Agostinho Rodrigues Braga era filho legítimo de Felipe Rodrigues Braga e Dona Joanna Maria da Conceição. Como já foi dito anteriormente, Agostinho ocupou os cargos de deputado provincial, inclusive na legislatura de 1854-1855 que votou a mudança da capital, de presidente da Câmara municipal de Aracaju – por ordens do presidente da província- e de Juiz de paz²²⁹ desta paróquia. Como-cônego também era empregado da Fazenda, acabou tendo os seus vencimentos referentes ao cargo de tesoureiro da alfândega de Sergipe descontados, pois apresentou muitas faltas em razão de ter exercido as duas funções ao mesmo tempo.

Durante a passagem das Majestades Imperiais por Aracaju, o padre Agostinho, na condição de presidente da câmara municipal, fez um breve discurso de despedida, pois os visitantes seguiriam para Estância, e, em seguida, entregou as chaves da cidade a D. Pedro II. Após a demissão do cargo de Inspetor da Alfândega de Aracaju, solicitada pelo Tenente-Coronel Francisco Félix de Freitas Barreto, o cônego Agostinho Rodrigues foi nomeado para substituí-lo em 1863, mas não chegou a assumir a nova função.

Assim como os bacharéis, os padres tinham formação superior e, dessa forma, Agostinho, sendo um homem letrado, participou da comissão de instrução pública da Vila do Socorro e do conselho literário da capital. Por ter sido presidente da assembleia paroquial, o cônego teve contato com os eleitores através das juntas de qualificação que demarcavam a importância da posição social. Estes homens distintos eram membros da elite local e, para organizar as listas daqueles que estavam aptos a votar, os eleitores precisavam comparecer à Igreja de São Salvador quando solicitados. A respeito disso Richard Graham declarou que “a realização das eleições em igrejas ligava a ordem social a uma ordem sagrada que se estendia até Deus, e a repetida execução dos rituais na igreja enaltecia ainda mais a santidade do teatro cívico”²³⁰.

O cônego era proprietário de uma casa na Rua de São Cristóvão, avaliada em um conto e duzentos mil réis (1:200\$000) e uma outra na Rua de Japaratuba avaliada em um conto e quatrocentos mil réis (1:400\$000). No que diz respeito aos seus bens, identificou-se ainda

²²⁹ “O juiz de paz que conseguisse uma maioria relativa dos votos na última eleição presidia a junta de qualificação de cinco membros, tornando-se assim a “chave da eleição”.” (GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 146).

²³⁰ Ibidem, p. 156.

através do inventário²³¹ que o padre havia comprado 02 milheiros de telha e 1.200 tijolos para a construção de mais uma casa na Atalaia. Mesmo tendo esses imóveis no centro de Aracaju, Agostinho mantinha uma casa de taipa e telha velha no povoado de Santo Antônio, onde passou seus últimos dias de vida.

Das 16 crianças que batizou, 4 receberam o sacramento na Capela de Santo Antônio, localizada no povoado de mesmo nome. Isso nos mostra que o sacerdote ainda mantinha contato com aquela região. Possuía, ainda, uma casa de taipa e telha na Vila do Socorro, onde nasceu. Na Igreja Matriz daquela Vila, batizou sozinho, em 02 de fevereiro de 1868, a Adelaide, parda, filha natural de Anna Joaquina de São José²³². Quando partimos para a análise de “com quem” o padre relacionava-se, podemos dizer que, de maneira geral, ele foi compadre de pessoas livres, sejam elas da elite ou de estatuto social inferior, e de apenas uma escrava.

No testamento, o cônego, falecido em 03 de abril de 1873, deixou registradas as suas últimas vontades, inclusive a de que o seu compadre Francisco Xavier Bastos Coelho, seria um dos testamenteiros. Agostinho sofria de hipertrofia do coração e aos 56 anos deixou a vida terrena²³³. A sua morte foi noticiada com pesar na edição nº 366 do jornal oficial *Correio Sergipense*:

Ante-hontem, pelas 6 horas da tarde rendeu o espirito ao Creador o reverendo conego Agostinho Rodrigues Braga. Falleceu, victima de soffrimentos chronicos, na povoação de S. Antonio, para onde havia se transferido em busca do allivio que não pôde encontrar para os males que o acabrunhavam. Exerceu diversos cargos ecclesiasticos e civis, e era tesoureiro da alfandega d’esta cidade. Foi dado o seu corpo ao sepulchro hontem depois de meio dia, na villa do Socorro, para onde se o conduzira por ser esta recommendação de seu testamento²³⁴.

Outro casal que teve uma presença recorrente nos livros de assentos da freguesia foi Maria Custódia dos Anjos e o lavrador Luiz Francisco das Chagas. Apesar de Francisco não ter ocupado nenhum cargo administrativo, eclesiástico ou militar, ele se destacou por ser também um dos padrinhos abastados com muitos afilhados e por ser dono de grande parte dos terrenos localizados no sítio Olaria do Aracaju, onde foi construída a nova capital. Dessa forma, juntamente com outras fontes, a nossa análise nortear-se-á pelo inventário da sua esposa, Maria Custódia dos Anjos, já que na documentação referente à Comarca de Aracaju, nenhum inventário ou testamento de Luiz Francisco das Chagas foi localizado.

²³¹ Ver: Inventário de Agostinho Rodrigues Braga, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, cx. 2083, nº 310.

²³² Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 671, p. 70.

²³³ Banco de dados *Family Search*, Óbitos (1872-1874). Livro 2. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1814, pp. 44-45.

²³⁴ Jornal *Correio Sergipense*, 05 de abril de 1873, Edição nº 366, p. 2.

Natural da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Aracaju, Maria Custódia teve como genitores Manoel José Lopes Duarte e Maria Joaquina dos Anjos. Se Maria Custódia nasceu em 1834, seus pais são da época em que o local onde viria a ser construída a capital Aracaju era apenas um reduto de pescadores. Anos depois, já casada, Maria Custódia teve 4 filhos com Luiz Francisco das Chagas: Bertolina Maria das Chagas, Maria Joaquina das Chagas, João Baptista das Chagas e Anna Joaquina das Chagas. Esta última era casada com Alexandre Eusébio Borges Fagundes e morava num sítio em frente à residência dos pais na Rua de Pacatuba. As outras duas filhas casaram-se com Manoel Joaquim da Fonseca e José Teles de Góis. Mesmo sendo Francisco das Chagas homem de poucas letras, a família acumulou uma riqueza avaliada em quarenta e sete contos, cento e oitenta mil réis (47:180\$000), por isso, o prestígio deles foi elevado. Por exemplo, a forma de tratamento “Dona” foi utilizada com frequência para referir-se à Maria Custódia dos Anjos e às suas filhas. Na opinião de Paulo Cesar Nacif, “tal designação corresponde a um importante indicativo de reconhecimento de algum estatuto social”²³⁵. Em virtude da ascensão do casal, riqueza e prestígio encontravam-se indissociáveis.

Em dez anos, Luiz Francisco das Chagas participou do ritual católico do batismo 21 vezes e dentre elas, seis crianças foram batizadas ao lado da esposa. Junto com Francisco das Chagas, Maria Custódia batizou, em 05 de junho de 1870, a Eusébio, branco, filho do mesmo João José de Moura e Amélia de Carvalho Moura²³⁶. Em 1877, João José de Moura, um dos compadres de Maria Custódia e Alferes da Guarda Nacional, morava de aluguel na mesma rua que ela numa casa de José Carlos do Nascimento²³⁷. Mais uma vez, a proximidade territorial pode ter reforçado os laços estabelecidos entre eles na pia batismal.

Compadrio de Luís Francisco das Chagas e Dona Maria Custódia dos Anjos

Criança	Data Bat.	Padrinho	Nat. padrinho	Madrinha	Nat. Madrinha
Cecília	03/01/1866	José Carlos do Nascimento	não consta	não consta	não consta
José	08/11/1866	Luiz Freire de Resende	não consta	não consta	não consta
Manoel	04/10/1867	Luiz Freire de Resende	não consta	não consta	não consta

²³⁵ NACIF, Paulo Cezar Miranda. *Diante da Pia Batismal: as alianças de compadrio em Minas Gerais durante o período colonial*. (Dissertação de Mestrado). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2014, p. 17.

²³⁶ Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1235, p. 135.

²³⁷ Jornal do Aracaju, 18 de agosto de 1877, Edição nº 830, p. 4.

Isabel	13/03/1870	Luiz Freire de Resende	não consta	não consta	não consta
João	28/06/1871	Luiz Freire de Resende	não consta	não consta	não consta

Fontes: (Livros 1º e 2º de Batismo da Freguesia de N. S. da Conceição do Aracaju, 1864-1871 e Livro 2º de Batismo da Freguesia de N. S. da Conceição do Aracaju, 1871-1874)

Dos cinco registros de batismo dos filhos do casal, percebe-se que foi dada preferência a Luiz Freire de Resende, que sozinho batizou 4 crianças entre os anos de 1866 e 1871. Esse tenente morava no sítio Várzea Grande, no termo de São Cristóvão, distante aproximadamente 2,4 km de Aracaju. Por algum tempo, ele esteve nesta cidade para tratar da saúde, recebendo o apoio de algumas pessoas que, presumivelmente, poderiam ser os seus compadres. Assim, no decorrer da sua estadia na capital, Luiz Freire morou na Rua de Pacatuba, numa casa de número 648, enquanto os seus compadres Francisco e Maria moravam na casa de número 665. Um ano depois de batizar a menina Cecília, José Carlos do Nascimento, dono de quatro imóveis nesta mesma rua, tornou-se compadre de Luiz Freire de Resende e isso mostra que todos eles estavam envolvidos pelo laço do compadrio²³⁸.

Como se vê, durante o consórcio com Maria Custódia dos Anjos, Luís Francisco das Chagas teve filhos legítimos, mas os assentos batismais mostraram que o seu nome apareceu na filiação de mais três crianças, frutos de relacionamentos extraconjugais. No entanto, nos assentos, esses filhos foram registrados como “legítimos”. O primeiro filho de Luís com Rosa Senhorinha da Conceição chamava-se Liberato, branco, e foi batizado em 17 de janeiro de 1868²³⁹. O padrinho escolhido para o menino foi José Agostinho do Nascimento. A segunda filha tida com a mesma mulher foi batizada como Lydia, branca, em 21 de fevereiro de 1869²⁴⁰. Talvez fosse uma opção do pai, pois os filhos legítimos e a maioria dos ilegítimos não tiveram madrinhas, somente padrinhos. Do relacionamento com Maria Rosa de Jesus, nasceu a terceira filha, Leonila, branca, batizada em 25 de fevereiro de 1871 por Manoel de Sousa Pinto e Maria Rosa da Conceição²⁴¹.

Assim como os donos, a escrava do casal, Antônia, privilegiou o estabelecimento de relações ascendentes através do compadrio, uma vez que o padrinho da sua filha Benedita,

²³⁸ Jornal do Aracaju, 18 de agosto de 1877, Edição nº 830, p. 4.

²³⁹ Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 659, p. 68.

²⁴⁰ Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 916, p. 99.

²⁴¹ Banco de dados *Family Search*, Batismos (1871-1874). Livro 2. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1425, p. 06.

crioula, batizada em 23 de agosto de 1865, foi Guilherme José dos Santos²⁴². Eleita em 1877 como protetora do Hospital de Caridade da capital, Maria Custódia dos Anjos faleceu aos 53 anos em 20 de janeiro de 1887, em sua residência, na Rua de Pacatuba, vítima de alienação mental²⁴³.

2- A trajetória da família Guerra Fontes (1855-1889)

Sem dúvida, a história da família Guerra Fontes confunde-se com a história da nova capital, Aracaju. Esta família formou-se a partir de dois troncos familiares detentores de prestígio durante a primeira metade do século XIX. Um dos cônjuges, Joaquim Martins Fontes, era filho do prestigiado capitão-mor das Ordenanças da Vila do Lagarto²⁴⁴ Joaquim Martins Fontes com Ana Joaquina Portela. O capitão-mor, filho do fazendeiro João Martins Fontes – o fundador de Riachão do Dantas²⁴⁵ - e Ana Francisca da Silveira, além de ter sido um político de grande evidência e de ter ocupado diversos cargos, como o de deputado provincial e deputado geral, era sobrinho materno do Brigadeiro Manoel Fernandes da Silveira, primeiro Presidente da Província de Sergipe depois da independência.

A parte sul da província, mais especificamente a vila de Estância, era o local de atuação dos Silveiras, que possuíam ascendência na alta fidalguia portuguesa. Dois membros dessa família merecem destaque, sendo o primeiro o próprio Brigadeiro Manoel e o segundo o Monsenhor Silveira, fundador da imprensa sergipana. “Figura de grande talento”²⁴⁶, na década de 1820, Joaquim Martins Fontes integrava o grupo dos senhores de terra ligados à atividade

²⁴² Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 183, p. 18.

²⁴³ Banco de dados, *Family Search*, Óbitos (1882-1887). Livro 7. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 6028, p. 178.

²⁴⁴ Joaquim Martins Fontes foi nomeado Capitão-mor das Ordenanças da Vila do Lagarto por ato da Junta de Cachoeira, em nome de D. Pedro I, em 10 de janeiro de 1823. A respeito disso, Maria Thetis Nunes afirmou que “o posto de comando das Ordenanças, em cada Município era escolhido pelo Presidente da Província de uma lista de três nomes, eleitos pela Câmara local entre homens possuidores de “bens abundantes e super-abundantes”, como dizem os documentos”. (NUNES, Maria Thetis. *História de Sergipe a partir de 1820*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978, pp. 28-29).

²⁴⁵ Ver: SILVA, R. O. S.; SANTOS, C. M. A fundação de um lugar: Riachão do Dantas, suas tramas e seus sujeitos (1836-1870). *Revista do IHGSE*, Aracaju, nº 46, 2016, pp. 43-57.

²⁴⁶ DANTAS, Orlando Vieira. *A vida patriarcal de Sergipe...* op. cit., p. 31.

pastoril e, além do mais, esteve entre aqueles que num primeiro momento se posicionaram a favor da independência do Brasil.

Ao fazer uma análise sobre o baronato sergipano, o historiador Samuel Barros de Medeiros Albuquerque escreveu sobre o desejo do capitão-mor Joaquim Martins Fontes em obter um título nobiliárquico:

Se poucos rejeitaram os títulos de nobreza, muitos foram os que estiveram a cobiçá-los. Esse foi o caso de Joaquim Martins Fontes, que, mesmo já possuindo diversas agraciações, almejou o título de Barão de Lagarto pelos serviços prestados nas Províncias de Sergipe e Bahia nas lutas de independência. No entanto, o silêncio foi a resposta aos seus pedidos.²⁴⁷

As agraciações a que Samuel Albuquerque refere-se devem estar ligadas ao fato de Joaquim Martins Fontes ter sido condecorado como Cavaleiro da Ordem de Cristo e Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro. Foi nomeado três vezes como governador da província (1839, 1840 e 1841), e mais tarde, em meados da década de 1850, o capitão-mor retirou-se da política e foi morar na cidade de Laranjeiras. Na década seguinte, Joaquim Martins Fontes faleceu no Engenho São Francisco, termo de Aracaju, em 28 de agosto de 1860. Durante a carreira política, teve contato direto com a corte e a notícia da sua morte foi divulgada pelo jornal carioca *Correio Mercantil, Instructivo, Politico, Universal*:

No dia 21 de agosto proximo passado deu sua alma a Deus o capitão-mór Joaquim Martins Fontes, na idade de 63 annos, um dos distinctos collaboradores na independência do Brasil, deputado a assemblea geral pela provincia de Sergipe, sua patria, em 1834; deu os mais autenticos testemunhos de seu amor á monarchia, e durante toda sua vida provou a firmeza de character e opiniões: bom pai de família, bom e sincero amigo, bom christão, em todas as commissões de que foi encarregado pelo governo respeitou sempre a religião do dever. No dia 17 do corrente mez ás 8 horas, manda celebrar um amigo de infancia do dito falecido uma missa de setimo dia da noticia, na igreja da ordem terceira do Carmo, á qual espera que os outros amigos que cultivarão suas relações nesta corte assistão a rogar pelo seu eterno descanso.²⁴⁸

Porém, antes de morrer, o capitão-mor fez, na Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, uma escritura de legitimação e habilitação em que ele reconhece os seus filhos do relacionamento com Anna Portela e as filhas ilegítimas que teve com outras mulheres:

“[...] Como houvera aquelles ditos quatro filhos no Estado actual que se considera de solteiro, que a sua vontade era legitimar e habilitar aos mesmos Joaquim Martins Fontes Junior, José Martins Fontes Junior, Maria Francisca da Silveira e Carolina Francisca da Silveira, seos filhos, para que podessem herdar sua Fazenda, e ainda qualquer herança, que lhe podesse [ilegível] depois de sua morte, ficando em tudo habilitados para que podessem igualmente haver todas as honras, liberdades, dignidades, officios, Nobresa, e privilégios della, que por direito comum em

²⁴⁷ ALBUQUERQUE, Samuel B. de Medeiros. Aspectos do Baronato Sergipano (1848-1889). *Revista do IHGSE*, Aracaju, nº 33, 2000-2002, pp. 109-110.

²⁴⁸ *Correio Mercantil, Instructivo, Politico, Universal*. Rio de Janeiro, setembro de 1860, p. 3.

conformidade das Ley lhe permitem assim, como se de legitimo matrimonio nacidos fossem [...]²⁴⁹

Joaquim Martins Fontes Junior, natural da Vila do Lagarto, nasceu aproximadamente em 1823. Apesar de ser o primogênito, teve ainda outros irmãos do primeiro consórcio do seu pai: Carolina Martins Fontes, José Martins Fontes, Anna Joaquina Fontes, Antonio Martins Fontes e Ermelina da Silva Fontes. O segundo casamento do capitão-mor com Anna Maurícia da Silveira gerou uma extensa prole: Joana Narcisa Martins Fontes, Clara Julia da Silveira Fontes, José Guilherme da Silveira Fontes, Eugenio Teles da Silveira Fontes, Rosa da Silveira Fontes, Barnabé Francisco da Silveira Fontes, Mariana Leonor da Silveira Fontes, Francisco da Silveira Fontes e Rita de Cácia da Silveira Fontes.

Por seu pai ter sido militar e pela sua classe de origem, a trajetória esperada para Joaquim era a de que ele seguisse pelo mesmo caminho. No sentido bourdieusiano, trajetória significa uma série de posições sucessivamente ocupadas por um agente. Jovem e com um futuro promissor nas Forças Armadas, enquanto se preparava para tornar-se oficial, o cadete Joaquim Martins Fontes Junior fez diversas viagens à corte, às vezes com escravos, oportunidade que não era acessível a todos e restringia-se somente aos mais abastados. A chamada primeira praça foi alcançada em 12 de outubro de 1842 e dois anos depois ingressou no oficialato subalterno ao atingir a patente de Alferes, em 23 de julho de 1844. Mesmo depois de ter se tornado oficial, as viagens de Joaquim ao Rio de Janeiro parecem não ter cessado:

O alferes Joaquim Martins Fontes Junior retirando-se para a côrte, e não podendo despedir-se dos seus amigos, como é do seu dever, o faz por este meio, pedindo lhes desculpa, e oferece lhes o seu diminuto prestimo em qualquer parte de sua residencia. Sergipe, 9 de abril de 1853.²⁵⁰

Em 02 de dezembro de 1855, ano da mudança da capital da província sergipana, Joaquim Martins Fontes Junior recebeu mais uma promoção, tornando-se Tenente. Nesse período, o Barão de Maruim ocupava a vice-presidência e Joaquim fazia parte da companhia fixa da província. Pelos registros encontrados na imprensa, supõe-se que antes de se estabelecer definitivamente em Aracaju, Joaquim serviu em unidades localizadas em diferentes regiões do Império, como por exemplo no Paraná. Em janeiro de 1861, mudou-se repentinamente para a província da Bahia, “por ali estar seo Batalhão”²⁵¹. A graduação de capitão veio em 06 de setembro de 1861, com antiguidade de 02 de dezembro de 1860. E, finalmente, pelo decreto de

²⁴⁹ Inventário de Joaquim Martins Fontes (Capitão Major), AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2324, nº 249, p. 40-41.

²⁵⁰ Jornal Correio Sergipense, 16 de abril de 1853, Edição nº 25, p. 4.

²⁵¹ Jornal Correio Sergipense, 19 de janeiro de 1861, Edição nº 3, p. 4.

26 de outubro de 1863, Joaquim Martins Fontes passou à condição de oficial reformado de infantaria.

A noiva escolhida para Joaquim Martins Fontes foi Eufemia Pinheiro Guerra, filha do primeiro consórcio do capitão de mar e guerra José Moreira Guerra com Eufemia Antônia Pinheiro Guerra. A primogênita, Eufemia Guerra, nasceu em 25 de março de 1831 e foi batizada em São Pedro, na Província do Rio Grande do Sul. Seus avós maternos eram o carioca Leocádio Antonio Pinheiro e a gaúcha Flora de Araújo Gomes. Do lado paterno, os avós de Eufemia eram o Dr. Agostinho Moreira Guerra, português natural do Porto que no Brasil ocupou o cargo de procurador da Coroa, e a baiana Maria Joaquina de Jesus. Os padrinhos escolhidos para Eufemia foram o seu avô paterno, Agostinho Moreira Guerra, e a esposa, D. Anna Albertina Guerra. Assim como em outros exemplos já citados ao longo deste trabalho, no caso da menina Eufemia, os pais priorizaram escolher padrinhos consanguíneos para ela.

Na década de 1840, seu pai, enquanto Capitão-tenente do Imperial Corpo de Engenheiros Navais, serviu na província da Bahia e, por causa de seus bons serviços, chegou a Sergipe em 24 de maio de 1853 para assumir o cargo de inspetor das barras. Guerra foi transferido para a província sergipana e fixou-se na cidade de São Cristóvão durante a presidência do Dr. Luís Antonio Pereira Franco, que teve um governo marcado pelas acirradas disputas partidárias entre conservadores e liberais. Atuando na nova função, a cada ano trabalhado, os vencimentos de José Moreira Guerra chegavam a novecentos mil réis (900\$000). Além do soldo, Guerra também recebia gratificações anuais pelas inspeções dos rios.

José Moreira Guerra teve participação ativa na política sergipana, principalmente no processo de mudança da capital, sendo lembrado como um dos braços fortes do presidente Inácio Barbosa. Na época, vários insultos foram dirigidos aos responsáveis pela retirada da primazia da cidade de São Cristóvão, inclusive Guerra: “O povo da velha capital, esbulhada da sede do governo, desfila o seu rosário de lamentos, apelidando o presidente Inácio de **Catinga**, o capitão dos portos, José Moreira Guerra de “**Guerra do Diabo**” [...]”²⁵². Além disso, José Calasans apontou que houve o interesse de Inácio Barbosa em contrair segundas núpcias em Sergipe e uma das opções seria a própria Eufemia: “Inácio Barbosa quis também casar com a filha de José Moreira Guerra, capitão dos Portos, segundo me conta a professora Elvira Guerra Fontes, neta do aludido comandante.”²⁵³

²⁵² Jornal Gazeta de Sergipe, 17 e 18 de março de 1999, Edição nº 12.054, p. 11.

²⁵³ CALASANS, José. *Aracaju: Contribuição à História da capital de Sergipe...* op. cit., p. 55.

Como já foi dito no capítulo anterior, em 28 de maio de 1855, o capitão de mar e guerra comprou de Clemente Francisco do Valle e D. Francisca de Almeida Clemência, por vinte mil réis (20\$000), uma porção de terras cercadas de malhada e plantações no antigo Sítio Olaria, onde foi edificada parte da cidade de Aracaju. Comprou também a José Barbosa Cabeça-mole, por trinta mil réis (30\$000), uma casa de taipa coberta de palha localizada no mesmo sítio Olaria. Além disso, passou a aforar terrenos a várias pessoas as quais lhe pagavam anualmente o respectivo foro. O Barão de Maruim, proprietário de inúmeros terrenos na nova capital, “deu terras ao compadre Guerra, ao capitão Batista Sales”²⁵⁴. É evidente que não há nada de generosidade neste ato, mas a alimentação de uma rede de influências, trocando bens, supostamente públicos, pelo apoio político. Guerra foi o primeiro capitão dos portos a servir em Aracaju e, por causa da precariedade deste lugar, acabou instalando-se em Laranjeiras.

Apesar de não se ter até o momento a informação precisa de como o casal conheceu-se e nem a data e local do enlace matrimonial de Eufemia e Joaquim, tudo indica que ocorreu em meados da década de 1850, pois encontramos no *Correio Sergipense* um registro de viagem para a Bahia feita pelo casal juntamente com a sogra, Eufemia Pinheiro Guerra, no ano de 1856. Este foi o momento em que o nubente, na época tenente, assumiu o comando do Corpo de Polícia, antes ocupado pelo Capitão Manoel Agostinho Moreira, que foi afastado pelo Barão de Maruim, presidente da província, das suas atividades profissionais sob acusação de faltas, omissão e desleixo. Constatamos que o Barão foi o padrinho de casamento de Eufemia e, então, devido a essa proximidade com Joaquim Martins Fontes, podemos levantar a suspeita de que o afastamento do capitão Manoel Agostinho do cargo poderia ter ido além dos motivos profissionais, visando o favorecimento do tenente.

O capitão dos portos José Moreira Guerra também esteve envolvido na recepção do imperador Dom Pedro II e da Imperatriz Thereza Cristina em Aracaju. Certamente por causa do posto que ocupava e do prestígio que possuía, na manhã de 11 de janeiro de 1860, Guerra foi um dos primeiros a avistar a entrada da esquadilha imperial na barra do Cotinguiba e, logo em seguida, “o sr. capitão do porto fez ás pessoas de VS. MM. II. os seus respeitosos cumprimentos, indo beijar-lhe ás mãos [...]”²⁵⁵ Entre as suas visitas à capital, o imperador passou pela capitania dos portos, onde foi saudado pelos empregados e por Guerra, o

²⁵⁴ SOBRINHO, Sebrão. *Laudas para a História de Aracaju...* op. cit., p. 222.

²⁵⁵ Jornal Correio Sergipense, 11 de janeiro de 1860, Edição nº 06, p. 1.

comandante da repartição. José Moreira permaneceu no cargo até 05 de março de 1864, quando se reformou no posto de capitão de mar e guerra.

O casamento, enquanto um *investimento* importante, traria benefícios tanto materiais quanto simbólicos. Obviamente, existiu por parte das duas casas envolvidas o interesse nessa união, pois Joaquim Fontes poderia fornecer capital político e ligações possíveis ao futuro sogro, levando em consideração que seu pai teve uma carreira de prestígio no primeiro reinado, além de ter sido proprietário de engenhos e possuir um número considerável de escravos. Já Eufemia Guerra, levou para esta nova unidade familiar o peso de ser filha de um homem que, além de político, ocupava um dos cargos mais importantes da Província, visto que a dificuldade de navegação nas barras províncias era uma das prioridades do governo conciliatório de Inácio Barbosa. Uma outra variável importante era o fato de Joaquim Martins Fontes ser letrado, isso facilitaria a administração dos bens e, assim, colaboraria com a manutenção da riqueza da família. Além do mais, o matrimônio de Eufemia e Joaquim possibilitaria o convívio entre membros que ocupavam as posições mais valorizadas socialmente.

Era janeiro de 1866. Numa quinta-feira, 04, na matriz da capital, o mais novo integrante da família Guerra Fontes preparava-se para se tornar um novo membro da cristandade e da comunidade. Joaquim, branco, homônimo do pai e do avô, era o quarto filho da dona de casa Eufemia Guerra e do capitão reformado do Exército Joaquim Martins Fontes Junior. Estes, que já eram pais de Genésio, Cinésio (6 anos) e Manoel (5 anos), escolheram para batizar Joaquim (dez meses) o espanhol Thomaz Diogo Leopoldo Castanhedo e Amelina Martins Fontes²⁵⁶. Durante muitos anos, o Dr. Thomaz, formado em medicina pela Faculdade da Bahia, clinicou em Aracaju e foi professor do Atheneu Sergipense.

Aos poucos Aracaju ia se urbanizando e a prole dos Guerra Fontes não parava de crescer. Em 1º de setembro de 1867, Joaquim e Eufemia, que já eram pais de quatro filhos, celebraram o batizado de Elvira Honorina Guerra Fontes, branca, que, com seus poucos nove meses de existência, já estava em perigo de morte²⁵⁷. O batismo de Elvira mostra que seus pais também preferiram buscar compadres fora da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Aracaju, visto que o seu padrinho foi Manoel Sousa Macieira, da cidade de Maruim, e Marianna Garcez, representada mediante procuração por Marianna Freitas. Felizmente, a menina conseguiu

²⁵⁶ Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 293, p. 27.

²⁵⁷ Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 584, p. 59.

sobreviver e quando adulta foi mais além do que sua mãe e avó materna que já eram alfabetizadas, tornando-se uma das mais distintas educadoras de Aracaju.

Com apenas um mês e vinte dias, foi batizada pelo Vigário Geral José Gonçalves Barroso em oratório particular, no dia 17 de junho de 1869, Maria, branca, a sexta filha do casal. Seus pais espirituais foram o Bacharel Evaristo Ferreira da Veiga e a esposa Francisca Ferreira da Veiga²⁵⁸. Um dia após o batizado, Evaristo Ferreira da Veiga deixou o cargo de Presidente da província, ocupado desde 27 de novembro de 1868. Não restam dúvidas de que Joaquim e Eufemia escolhiam a dedo as pessoas que levaram seus filhos à pia batismal. Mais tarde, Maria, branca, com quatro meses de idade, foi batizada em 20 de agosto de 1869 e teve como padrinho ninguém menos do que Antônio Dias Coelho e Melo, o Barão da Estância:

Aos vinte d'Agosto de mil oitocentos secenta e nove Baptisou solenemente de licença minha o Coadjutor Eusebio Pires d'Almeida na Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Aracajú a Maria, branca, natural desta Freguesia, com quatro meses d'idade, filha legítima de Joaquim Martins Fontes, e Eufemia Guerra Fontes: forão Padrinhos o Excellentissimo Barão da Estancia, da Freguesia de Nossa Senhora d'Ajuda d'Itaporanga, e Maria Jovina Alves de Sampaio, desta Freguesia. Para constar faço este que assigno. O Vigario José Luiz d'Azevêdo.²⁵⁹

O Barão da Estância, dono do Engenho Escurial, já havia sido vice-presidente e em 1866 foi nomeado pela terceira vez como presidente da província. Além da evidente influência do padrinho, levantamos a hipótese de que a escolha também esteve relacionada à ligação que a família de Joaquim Fontes tinha com este município, pois o seu pai foi comandante superior da Guarda Nacional da Comarca da Estância na década de 1840. Das duas filhas que foram batizadas em 1869, uma não sobreviveu, mas por falta de informações, não se sabe qual delas.

Em 14 de agosto de 1870, Oscar, branco, foi batizado por Candido do Prado Pinto e Maria do Carmo do Prado Pinto, que na ocasião do batismo moravam em Belém, capital do Pará²⁶⁰. No caso desta escolha dos compadres, as relações de vizinhança podem ter pesado bastante, pois, ao que tudo indica, Candido e Joaquim moravam na Rua de São Cristóvão, uma das mais importantes desde os primeiros anos da cidade. No imposto predial publicado em setembro de 1873, na edição nº 429 do *Jornal do Aracaju*, o comendador Candido do Prado Pinto aparece como proprietário de um negócio nesta mesma rua. Candido, que na condição de negociante usufruía, inclusive, do trabalho de escravos de ganho, possuía um capital econômico

²⁵⁸ Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1002, p.109.

²⁵⁹ Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1031, p. 112.

²⁶⁰ Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1289, p.141.

superior ao do seu compadre militar. Candido também foi padrinho de casamento de Mariana Leonor da Silveira, irmã de Joaquim Martins Fontes, que se casou com Martinho José de Oliveira em 23 de novembro de 1878 na Capela de Santo Antônio²⁶¹. Perto deles, também morava o negociante João Martins Fontes, filho de Felipe de Carvalho Lessa e Maria Francisca da Silveira Fontes, e, portanto, sobrinho de Joaquim Martins Fontes Junior.

José, branco, o caçula da família, nasceu em 24 de dezembro de 1874 e foi batizado por estar em perigo de vida no dia 29 de abril de 1876²⁶². Seus padrinhos, Dr. Cícero Dantas Martins e Mariana da Costa Pinto Dantas, moravam na Província da Bahia e, por não estarem presentes no dia da celebração do batismo, instituíram por seus procuradores o casal José Martins Fontes e a sua esposa Francisca Xavier Gomes Fontes, da Freguesia de Itabaiana. Além de ser formado em Direito, Cícero Dantas Martins, o Barão de Jeremoabo, foi um dos mais importantes líderes conservadores e fazendeiros do sertão baiano. A mãe de Cícero Dantas Martins, Mariana Francisca da Silveira Dantas, era filha de João Martins Fontes e irmã do capitão-mor Joaquim Martins Fontes. Visando manter a coesão familiar, os Guerra Fontes escolheram parentes consanguíneos como compadres, pois Joaquim Martins Fontes Junior e Cícero Dantas Martins eram primos e netos de João Martins Fontes.

Neste caso, além das relações materiais é preciso chamar atenção, também, para a presença de procuradores que representavam os padrinhos no ato batismal. Esta “importância se daria não só para os pais das crianças, que escolhiam cuidadosamente aqueles com quem pretendiam manter a aliança, mas também para os que eram escolhidos. Estes não só aceitavam o convite, como se davam o trabalho de instituir procuradores para representá-los”²⁶³. A respeito disso, a historiadora Sheila de Castro Faria afirma que a escolha de procuradores, “demonstra o quanto o estabelecimento de relações rituais era importante naquela sociedade. Escolhia-se cuidadosamente com quem manter aliança. Visava-se aumentar o prestígio de sua casa”²⁶⁴.

José Martins Fontes, bacharel formado pela Faculdade de Direito de Olinda, era casado com Francisca Xavier Gomes Fontes e irmão de Joaquim Martins Fontes. O Dr. Fontes chegou a ser 1º vice-presidente nomeado em 30 de novembro de 1876. Administrou a província entre

²⁶¹ Banco de dados *Family Search*, Casamentos (1864-1883). Livro 2. São Salvador. Aracaju, Sergipe, nº 456, p. 81.

²⁶² Banco de dados *Family Search*, Batismos (1874-1877). Livro 4. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 2592, pp. 59-60.

²⁶³ BRÜGGER, S. M. J. *Minas Patriarcal: família e sociedade...* op. cit., p. 315.

²⁶⁴ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 215.

janeiro de 1877 e março de 1878. No tempo em que foi deputado, José Martins Fontes participou da reunião realizada em 27 de fevereiro de 1855, em Santo Antônio do Aracaju, para tratar da transferência da capital. Além destes, ocupou outros cargos importantes como o de procurador da Tesouraria Provincial, o de juiz de órfãos no termo de Itabaianinha, Lagarto e Rosário e nos termos reunidos de Pilar e Atalaia, na província de Alagoas.

Ao mesmo tempo em que escolheram, Joaquim Martins Fontes e Eufemia Fontes também foram escolhidos para batizar algumas crianças. Eles foram procuradores no batismo de Idalina, branca, filha do Capitão e farmacêutico baiano Marcelino José Jorge e de Cândida Sampaio Jorge, realizado no dia 24 de junho de 1866, na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Aracajú²⁶⁵. Eufemia e Joaquim representaram José Amâncio do Outeiro e Elisa Aguiar do Outeiro, ambos moradores da província da Bahia. Inclusive, na época do seu casamento com Eufemia, Joaquim comprou a mobília da casa onde viria morar o casal ao mesmo Marcelino José Jorge.

Entre 1864 e 1872, Joaquim Martins Fontes batizou junto com a esposa 4 crianças e, sem a companhia dela, foi padrinho de mais 4. Em maio de 1868, o casal batizou Francisca, parda, filha de João Tenório e Maria Rosa Cigana²⁶⁶. Por não possuírem nenhum qualificativo social, que indicariam caso o casal viesse de alguma família da elite, talvez João e Maria Rosa pertencessem a uma camada mais baixa da sociedade. Podemos supor, ainda, que a mãe da criança fizesse parte da comunidade cigana.

Assim como as demais famílias bem situadas socialmente, os Guerra Fontes preocupavam-se com o futuro dos filhos que, estrategicamente, se tornavam madrinhas e padrinhos desde cedo com o objetivo de formar um pecúlio imaterial baseado em relações sociais. Conforme estabelecido pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, os pais não poderiam nomear padrinhos menores de 14 anos e madrinhas menores de 12 anos, exceto em casos de licença especial. Pelo visto, esta recomendação não foi seguida, pois, aos sete anos, o segundo filho do casal, Cinésio Guerra Fontes foi um padrinho infante. O menino foi registrado como padrinho da recém-nascida Heduvige, parda, filha natural de Maria do Carmo

²⁶⁵ Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 330, p. 30.

²⁶⁶ Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 749, p. 80.

da Conceição, batizada em 20 de outubro de 1869²⁶⁷. Cinésio morreu em 11 de junho de 1882, aos 20 anos, vítima de Beribéri²⁶⁸.

O filho mais velho do casal, o funcionário público, Genésio Guerra Fontes, também apareceu em um assento de 06 de maio de 1872, ao batizar ao lado de Margarida Carneiro Leão, José, cabra, filho legítimo de Prudêncio José dos Santos e Maria de São Pedro²⁶⁹. Genésio casou-se em 17 de outubro de 1877, com Robina Oliveira de Araújo, natural da Freguesia de Laranjeiras e filha legítima de Raphael José de Araújo e Anna Pinheira do Sacramento²⁷⁰. A cerimônia foi realizada na Matriz de Nossa Senhora da Conceição e contou com a presença do Bacharel Manoel Pereira Guimarães e do comerciante Antônio Martins de Almeida. O imóvel localizado na rua São Cristóvão em que residia Genésio e a família era do negociante Paulino José Bomfim, pai do ilustre médico e escritor Manoel Bomfim.

O primeiro filho do jovem casal, Homero, branco, foi batizado em 04 de julho de 1880 e teve como padrinhos o Doutor Homero de Oliveira Ribeiro e o Vigário Olímpio de Sousa Campos²⁷¹. Um ano antes do batismo, o Bacharel Homero de Oliveira já exercia o cargo de Promotor Público da Comarca da Capital. Dessa forma, percebe-se que, assim como os seus pais, Genésio também escolheu pessoas distintas para batizarem o pequeno Homero. Em 1880, ano do apadrinhamento, Olímpio Campos foi nomeado para assumir a freguesia da capital e, com o passar do tempo, foi construindo uma brilhante carreira política.

Joaquim Martins Fontes sofreu durante alguns anos com a tuberculose e faleceu na noite do dia 25 de julho de 1878 aos 55 anos de idade. O proprietário do *Jornal do Aracaju*, o Comendador Candido do Prado Pinto, lamentou a morte do compadre exaltando as suas principais virtudes:

Coração bem formado, incapaz de abrigar qualquer sentimento mau contra o seu semelhante, pai de família extremoso, bom esposo, bom cidadão e amigo sincero e dedicado, a morte do capitão Joaquim Martins Fontes é neste momento justo motivo do sentimento profundo de quantos puderam apreciar os bellos attributos de seu excellente coração. Servira o finado por diversas vezes o lugar de ajudante de ordens da presidencia, e nessas funcções se achava quando a morte veio ceifar-lhe a

²⁶⁷ Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1072, p. 117.

²⁶⁸ Banco de dados, *Family Search*, Óbitos (1882-1887). Livro 7. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 4610, p. 14.

²⁶⁹ Banco de dados *Family Search*, Batismos (1871-1874). Livro 2. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1721, p. 45.

²⁷⁰ Banco de dados *Family Search*, Casamentos (1864-1883). Livro 2. São Salvador. Aracaju, Sergipe, nº 411, pp. 73-74.

²⁷¹ Banco de dados *Family Search*, Batismos (1880-1883). Livro 6. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 3696, p. 01.

existencia. Tinha no exercito longos annos de bons serviços, parte dos quaes foram prestados na guerra do Paraguay, e hoje, baixando á sepultura deixa exposta aos caprichos da sorte uma familia numerosa constante pela maior parte dos innocentes creancinhas.²⁷²

Como consta em seu registro de óbito, Joaquim foi sepultado no Cemitério de Nossa Senhora da Conceição vestido em hábitos militares, já que era capitão reformado do Exército²⁷³. Possivelmente, sua morte e tantas outras estavam associadas às condições anti-higiênicas de Aracaju, que sofria com as febres e epidemias. Um estudioso do assunto, Antonio Samarone de Santana, elencou uma série de moléstias que se transformaram em graves problemas de saúde em Sergipe durante o período oitocentista:

As epidemias de febre amarela (typhus d'América), malária (febre palustre), peste bubônica (peste do rato), febres intestinais (tifóide) e a temível cholera morbus eram presenças frequentes. Entre as endemias encontramos os reumatismos, afecções, cataratas, oftalmias, bronquites, disenteria, sarampo, coqueluche e sarna. A tuberculose (peste branca) ainda não era identificada claramente como problema de saúde pública, apesar da elevada taxa de mortalidade.²⁷⁴

Os registros paroquiais mostraram, portanto, que Joaquim Martins Fontes e Eufemia Guerra Fontes priorizaram as alianças horizontais, ou seja, elegeram padrinhos que faziam parte do mesmo grupo de origem e que, além disso, possuíam fortuna e status social igual ou superior ao da família. Sendo o batismo um ato irreversível, criaram e reiteraram alianças com médicos e bacharéis, os elementos brilhantes do século XIX, e com dois grandes latifundiários. Então, já que a família não tinha tanta riqueza, para obter reconhecimento social, eles souberam explorar o que Bourdieu chamou de “capital social”, ou seja, o acesso estratégico dos agentes a círculos sociais de influência e de apoio através da amizade com os grandes políticos, como por exemplo, os Barões que ostentaram títulos nobiliárquicos durante o Império.

Em síntese, através da utilização dos registros paroquiais da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Aracaju, objetivamos neste capítulo identificar e analisar as estratégias utilizadas pelos agentes da nova elite para estabelecer laços a fim de aumentar ou manter a posição social e adquirir prestígio na capital. Nas primeiras décadas de Aracaju, o comércio era uma atividade que conferia distinção àqueles que a exerciam, pois dentre os campeões de

²⁷² Jornal do Aracaju, 27 de julho de 1878, Edição nº 974, p. 2.

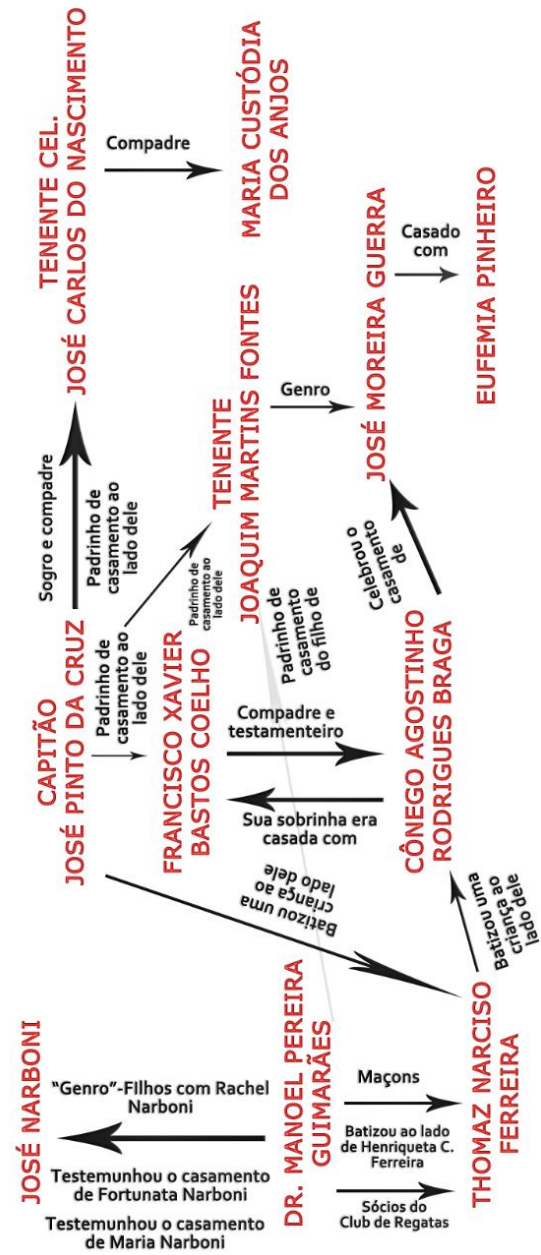
²⁷³ Banco de dados *Family Search*, Óbitos (1877-1879). Livro 4. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 3419, p. 53.

²⁷⁴ SANTANA, Antonio Samarone. *As Febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios*. Aracaju: Núcleo de Ciências Sociais/UFS, 1997 (Dissertação de Mestrado), p. 68.

batismos da Freguesia estavam os comerciantes, como Francisco Xavier Bastos Coelho e José Rodrigues Bastos Coelho.

Depois de coletados os dados referentes aos batizados e casamentos, conseguiu-se construir um esquema no qual foram explicitados os tipos de relações estabelecidas entre os doze inventariados, isto é, se foram padrinhos ou madrinhas, testemunhas de matrimônios e sócios de alguma entidade, por exemplo. No final, examinamos em particular a formação da família Guerra Fontes e como os seus membros também utilizaram-se, apesar de não ter vultosa fortuna, de estratégias para manter a posição distinta que ocupavam entre as famílias da primeira elite aracajuana.

LIGAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE OS MEMBROS DA ELITE



Fonte: Inventários do Arquivo Judiciário de Sergipe, Livros nº 1 e 2 de Batismos da Freguesia de N. S. da Conceição e Livros nº 1 e 2 de Casamentos da Igreja de São Salvador

III- RIQUEZA NA COMARCA DE ARACAJU: BENS E FORTUNAS DAS FAMÍLIAS DA ELITE LOCAL

1- A formação de um patrimônio: os agentes sociais e suas estratégias de ampliação da fortuna

Diante da impossibilidade de analisar todos os inventários da primeira elite aracajuana da segunda metade do século XIX, selecionamos doze personagens que, de acordo com alguns critérios, representam este grupo social. Inicialmente, deve-se fazer uma caracterização do grupo que está sendo estudado, pois não se define se um indivíduo fazia parte da elite apenas pela posse de bens econômicos, mas este era um critério importante. Dessa maneira, através dos legados deixados pelos indivíduos e famílias, foi traçado o perfil da riqueza e do patrimônio da “nova elite” que vivia em Aracaju. Nesse sentido, a respeito do estudo das fortunas aracajuanas e a da utilização dos inventários *post-mortem* como fonte principal para a realização desse tipo de análise, concordamos com a economista Zélia Maria Cardoso de Mello quando ela diz que:

A fortuna reflete a formação e acumulação de capital no curso da vida de um homem e muitas vezes a acumulação no de vidas pretéritas. É o resultado da atividade durante sua vida e de seus antepassados. Cada inventário contém gama enorme de notícias sobre a vida do indivíduo. Estudá-lo, significa conhecer cada pessoa em sua intimidade: como morava, os seus móveis, os livros e objetos de arte que porventura possuísse, como se apresentava na sua casa. Os bens móveis permitem precisar a diferença social no interior da sociedade, quais indivíduos possuem os mais confortáveis, mais ricos. Os bens imóveis, mais permanentes, indicam as possibilidades de rendimento; avaliados no local onde se situam, além de permitir a localização espacial da riqueza dos indivíduos, nos informam se suas receitas provêm da exploração agrícola – no caso de propriedades predominantemente rurais, se de aluguéis, quando urbanas – ou as duas coisas. Neste sentido, indicam a atividade dos indivíduos.²⁷⁵

É interessante observar que o nível de riqueza variava bastante, pois, dentre os doze inventariados, identificamos sujeitos com algumas fortunas consideráveis e outros com poucos recursos. Dos doze inventários selecionados, onze eram de pessoas casadas ou viúvas, ou seja, neles encontramos a descrição dos “bens do casal”. No que diz respeito à naturalidade dos inventariados, 3 eram de países estrangeiros, 2 de outras províncias do Império e o restante

²⁷⁵ MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da Riqueza* – São Paulo, 1845-1895. São Paulo: Editora Hucitec, 1985, p. 28.

natural da Província de Sergipe. Apenas um inventariado nasceu na capital, que na época não era um núcleo urbano, e os demais vieram de outras regiões da província.

Nos primórdios da capital, os maiores níveis de riqueza estavam nas mãos dos negociantes. Na verdade, esta é uma qualificação muito imprecisa, pois agrupa além dos negociantes, os proprietários, comerciantes e capitalistas, mas não esclarece de fato qual era a atividade do indivíduo. Outro dado importante a respeito da qualificação profissional é que alguns inventariados acumularam ofícios diversos, “prática que permitia a alguns sobreviver e a outros enriquecer para manter a sua posição.”²⁷⁶

Na segunda metade do século, com a proibição do tráfico de escravos instituída pela Lei Eusébio de Queiroz (1850), os capitais que antes eram destinados à compra de mão de obra escrava através do tráfico vão ser aplicados em outros setores provocando, assim, a diversificação do comércio e o estímulo ao desenvolvimento da indústria no país.²⁷⁷ Entretanto, apesar da vida financeira do Império Brasileiro no Segundo Reinado mostrar-se estabilizada, faltavam recursos até para o governo da província sergipana que precisava recorrer ao governo baiano ou a particulares, como já foi mencionado no capítulo anterior. Em 1855, por ocasião da epidemia de cólera que atingiu a província e que marcou negativamente a economia sergipana, o bem-sucedido negociante José Narbone emprestou dinheiro aos cofres públicos, para que o socorro aos coléricos fosse garantido.

Ao que parece, o também negociante José Teixeira da Cunha fazia o papel de uma instituição bancária, haja vista que, apesar dos esforços de particulares como Manuel Curvelo de Mendonça, não existia nenhum estabelecimento que oferecesse esse serviço na província. Prova disso é que, no inventário de José Teixeira da Cunha, foram encontradas letras de empréstimo, com valores variados que ultrapassavam a cifra de dois contos de réis (2:000\$000) e juros de 1,5% e 2 % ao mês que incidiam sobre a dívida após o seu vencimento²⁷⁸. No relatório provincial de 1859, o presidente Manuel da Cunha Galvão deixou bem claro qual era uma das maiores deficiências da província sergipana:

A necessidade hoje a mais palpitante que sente a Provincia de Sergipe é a de uma caza Bancaria, ou de uma Agencia de alguns dos Bancos constituídos. Parece impossivel que ao passo que diversas Provincias do Imperio hoje com facilidade dinheiro a juro

²⁷⁶ MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia no século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992, p. 618.

²⁷⁷ MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difel, 1982, p.138.

²⁷⁸ Inventário de José Teixeira da Cunha, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2323, nº 222, pp. 40-47.

de oito por cento ao ano, ainda na Província de Sergipe não se possa obtel-o, senão a 30 por cento, e isto com muita dificuldade.²⁷⁹

Esses negociantes buscavam tirar vantagens do comércio do dinheiro e aumentar os seus respectivos espólios e, como consequência, a partir dos seus negócios “passaram a gozar de prestígio não pelo que faziam, já que ao comércio ainda se associava um relativo desprezo [...], mas porque dispunham do maior bem escasso na Província- o capital.”²⁸⁰ Para Zélia Cardoso de Mello, “relaciona-se tal fato com a ausência de sistema creditício desenvolvido, o que tornava muitos indivíduos emprestadores particulares.”²⁸¹

Como já foi assinalado, os negociantes que faziam parte da primeira elite de Aracaju também investiram em associações que visavam o melhoramento geral da navegação, como, por exemplo, a Associação Sergipense de Reboque a Vapor, que representava “um esforço associativo de capitais particulares, exclusivamente sergipanos, para a aplicação em empresas locais”²⁸², e as Companhias Baiana e Pernambucana de Navegação. A formação de associações de capital público ou privado resultou dos incentivos verificados a partir dos anos 1850, os quais objetivavam o aumento da riqueza e o desenvolvimento da província.

Nesse contexto, é importante ressaltar que o capitão José Pinto da Cruz e José Teixeira da Cunha também foram acionistas da bem-sucedida Companhia de Refinação e Destilação Sergipense. Ambos possuíam 10 ações, que valiam cem mil réis (100\$000) cada²⁸³. A iniciativa da Companhia, “visando favorecer a indústria açucareira sergipana, partira do dinâmico português Horácio Urpia, que se radicara em Sergipe, aperfeiçoando-se a terra e à sua gente”²⁸⁴. Então, a Companhia foi organizada através do contrato lavrado em 12 de outubro de 1858 entre o vice-cônsul português e o presidente da Província João Dabney de Avelar Brotero. As reuniões desta empresa aconteciam em Aracaju no salão da Assembleia Provincial e nelas eram discutidos, por exemplo, o estatuto da Companhia e o andamento dos trabalhos.

Assim como as ações, um dos componentes da riqueza da elite local eram os imóveis comprados ou construídos em áreas urbanas, reflexo da valorização da capital. O mesmo fenômeno, observado por Zélia Cardoso de Mello em São Paulo, foi percebido também na

²⁷⁹ GALVÃO, Manuel da Cunha. Relatório com que foi aberta a 2ª sessão da duodécima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe. Bahia: Typografia de Carlos Poggetti, 1859. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1054/>> (Acessado a 13/12/2017).

²⁸⁰ ALMEIDA, Maria da Glória Santana. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente...* op. cit., p. 255.

²⁸¹ MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da Riqueza...* op. cit., p. 81.

²⁸² ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente...* op. cit., p. 166.

²⁸³ Jornal Correio Sergipense, 17 de julho de 1858, Edição nº 36, p. 4.

²⁸⁴ DÓRIA, Epifânio, *Efemérides Sergipanas*. v. 1... op. cit., p. 332.

capital sergipana, ou seja, “ao tomar os elementos constitutivos da fortuna pessoal, vemos que ao declínio da participação dos escravos corresponde ao aumento da propriedade imobiliária.”²⁸⁵ Também não podemos deixar de considerar que “a média de escravos por habitante era mais baixa em Aracaju em decorrência da própria localização litorânea da capital, onde muitos terrenos não eram aptos ao cultivo da cana, sendo por isso, utilizados para culturas de subsistência [...]”.²⁸⁶ Ainda sobre este assunto, na visão de Cristina Cancela, “a compra de imóveis pode também ser entendida dentro do contexto da situação oscilante e frágil da economia local.”²⁸⁷ Nesse sentido, “era comum a pessoa ser proprietária de várias casas e terrenos de diferentes dimensões e qualidade, o que reitera a ideia de que a compra desses imóveis era realizada para efeito de investimento”.²⁸⁸ É importante entender que o capital econômico, quando avaliado fisicamente (terras, bens imobiliários, etc.), produz rendimentos provenientes do patrimônio como aluguéis e dividendos.

Dessa maneira, os inventariados analisados priorizaram o quadrado de Pirro para edificarem a maioria de suas construções. Por exemplo, somando os imóveis que o negociante e capitão José Teixeira da Cunha possuía em Aracaju e Laranjeiras, chegamos ao número de 26 casas térreas e 4 sobrados. Além destes, o negociante também era dono de vários terrenos de diferentes tamanhos e valores. Consequentemente, a cobrança do aluguel desses imóveis a terceiros era a materialização de tal investimento como se pode comprovar no trecho seguinte:

Ao mesmo – Tendo esta presidencia contractado com o tenente José Teixeira da Cunha um Sallão da possessão d’este que fica contiguo a casa das sessões d’Assembléa Provincial a fim de nelle funcionar a administração do Correio a seo cargo, e principiando desde já o dito sallão a vencer o alluguel mensal de 30\$000 rs. que o governo imperial se dignou de approvar, cumpre que quantos antes transfira v. m. a indicada administração da pequena casa em que se acha para o sallão de que se tracta, dando-me parte de assim o ter feito.²⁸⁹

De acordo com o inventário de José Teixeira transcrito em 1862, o aluguel da casa onde estava funcionando o correio correspondia à quantia de quarenta e um mil, trezentos e cinquenta e um réis (41\$351)²⁹⁰. Ou seja, considerando a possibilidade de ser o mesmo salão alugado em 1858, verificou-se que após quatro anos houve um aumento do aluguel correspondente a aproximadamente 37,84%. Isso nos mostra que o negociante português

²⁸⁵ MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da Riqueza...* op. cit., p. 87.

²⁸⁶ AMARAL, Sharyse Piroupo. *Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe...* op. cit., p. 57.

²⁸⁷ CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém – 1870-1920)* ... op. cit., p. 254.

²⁸⁸ Ibidem, p. 252.

²⁸⁹ Jornal Correio Sergipense, 20 de janeiro de 1858, Edição nº 04, p. 4.

²⁹⁰ Inventário de José Teixeira da Cunha, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2323, nº 222, p. 135.

consolidou parte do seu patrimônio através do rendimento dos aluguéis. No entanto, os imóveis de José Teixeira da Cunha também serviam para pagar dívidas contraídas com outros negociantes:

A 21 de agosto de 1858, Luís José Ramos hipotecou-lhe sua casa, à rua de San-Cristovam, no valor de 3:500\$, por ser ele credor dessa importância, que afiançara em letras passadas a José Joaquim da Costa Pinto & c.^a e a Manuel José PEdrosa & C.^a na Bahia. Foram testemunhas: dr. Antonio da Silva Daltro e Erico Mondim Pestana.²⁹¹

Assim como no exemplo apresentado, muitos negociantes de Aracaju tornavam-se representantes dos interesses de negociantes da Praça da Bahia na província sergipana, lidando diretamente, se preciso, com os devedores. Dentre os *bens semoventes* de José Teixeira da Cunha, constavam quatro escravos: Vicente, crioulo de 18 anos, Damiana, africana de 40 anos, Zeferina, cabra de 45 anos e a mestiça Maria da Piedade, de 10 anos²⁹². Os valores variavam entre um conto e duzentos mil réis (1:200\$00) (correspondente ao escravo jovem, por isso mais caro) e quatrocentos mil réis (400\$000).

Um anúncio de viagem realizada por ele em 1861 mostrou que, além de Damiana, ele estava acompanhado de outro escravo chamado Manoel²⁹³. Porém, os referidos escravos não constavam na avaliação dos bens feita durante o processo de inventário do capitão. Meses antes, em 5 de setembro de 1861, embarcou, rumo ao Rio de Janeiro no Pataxo Nacional Três Amigos, o escravo Antônio e, da mesma maneira, o cativo também não foi relacionado a posteriori²⁹⁴. Uma possível explicação para isso pode ser encontrada nas palavras de Maria da Glória Santana de Almeida:

Escravos que acompanhavam seus senhores para servi-los a bordo, ou vendidos, e enviados para outras Províncias. Estavam sempre presentes na relação de passageiros, principalmente após os anos sessenta, por força da demanda dos mercados cafeeiros sulistas.²⁹⁵

Em consonância, Maria Thetis Nunes afirmou que no ano de 1861 foram vendidos para o sudeste 595 escravos.²⁹⁶ Basicamente, as autoras inseriram a realidade sergipana num contexto mais amplo de deslocamento do eixo econômico do Norte decadente para o Sul em pleno florescimento na segunda metade do século XIX. No domingo, dia 10 de novembro de 1861, José Teixeira da Cunha e os dois escravos embarcaram no Vapor da Companhia Baiana

²⁹¹ SOBRINHO, Sebrão. *Laudas para a História de Aracaju...* op. cit., p. 238.

²⁹² Inventário de José Teixeira da Cunha, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2323, nº 222, p. 133.

²⁹³ Jornal Correio Sergipense, 13 de novembro de 1861, Edição nº 90, p. 4.

²⁹⁴ Jornal Correio Sergipense, 11 de setembro de 1861, Edição nº 72, p. 4.

²⁹⁵ ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente...* op. cit., p. 72.

²⁹⁶ NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II...* op. cit., p.169.

Valéria do Sinimbu, comandado por Francisco Pereira e que fazia a linha Salvador/Maceió. Durante as viagens que fez às províncias do Norte, o alemão Robert Avé-Lallemant descreveu o Vapor Sinimbu como “bonito e bem proporcionado... arranjado com gosto e conforto, podendo seus possíveis oitenta e dois passageiros desfrutar do largo panorama, descortinado do último convés.”²⁹⁷

Porém, um dia depois, o negociante acabou falecendo no mar durante a viagem que fazia à Bahia. Geralmente, nesta época, uma viagem para Salvador durava no mínimo dois dias. Em 15 de novembro de 1861, desembarcaram em Sergipe trazidos pelo Vapor Nacional Gonçalves Martins, o filho do capitão, Nicolau Teixeira da Cunha, acompanhado de dois escravos e o genro do falecido, Francisco Pereira de Novaes. Provavelmente, eles devem ter ido ao sepultamento do capitão que se realizou em Salvador e depois retornaram à província sergipana. Dessa maneira, uma das disposições testamentárias não foi cumprida, pois uma das últimas vontades do capitão era que fosse distribuída a quantia de cinquenta mil réis (50\$000) entre os pobres que estivessem no seu enterro. No início do mesmo mês de novembro, Nicolau Teixeira da Cunha, acompanhado da criada Marcela, havia regressado da Bahia no Vapor Aracaju, menor em tonelagem do que o Valéria do Sinimbu, depois de 29 horas de viagem²⁹⁸.

A presença de poucos escravos entre os bens arrolados dos inventariantes estudados está ligada a dois fatores importantes. Assim como na Província de São Paulo, em Aracaju:

O tipo de atividade exercida pelos proprietários de poucos escravos é esclarecedor: donos de armazém, lojas, negociantes, ofícios artesanais, lavradores, doutores, patenteados, eclesiásticos, ou seja, representantes de vários segmentos sociais possuem escravos em pequenos números. Tal fato deve estar associado não só à capacidade de pagar o preço do escravo, o qual elevou-se constantemente no decorrer do século XIX, mas às pequenas necessidades de mão-de-obra dadas por estas atividades; possivelmente, no comércio urbano, os escravos deveriam ser utilizados para todo tipo de serviço: ajudar no atendimento das lojas, carregamento e entrega, etc.; no caso de ofícios artesanais, poderiam ser utilizados diretamente na produção. Ainda nas cidades poderiam servir aos afazeres domésticos. Deve-se lembrar também que as pessoas viviam do aluguel de escravos; é possível que fosse este o caso dos proprietários de um ou dois escravos.²⁹⁹

O outro negociante de quem tratamos no primeiro capítulo foi o comendador José Narbone, que também teve passagem destacada pela capital. Da mesma forma, o proprietário Narbone optou pelo investimento em imóveis na nova capital, porém todas elas estavam

²⁹⁷ AVÉ-LALLEMANT, Robert C. *Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859*, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951, p. 13, apud ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984, p. 73.

²⁹⁸ Jornal Correio Sergipense, 13 de novembro de 1861, Edição nº 90, p. 4.

²⁹⁹ MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da Riqueza...* op. cit., p. 110.

edificadas em terrenos foreiros pertencentes ao Dr. Antonio da Silva Daltro. Mas, ao contrário de José Teixeira da Cunha, o inventário de José Narbone mostrou que ele estava afundado em dívidas passivas.

A maior delas foi um empréstimo no valor de doze contos de réis (12:000\$000) feito na Bahia, em 12 de setembro de 1874, junto ao Capitão Reginaldo José Falcão. Como garantia, foram dadas oito casas de sua propriedade, sendo sete localizadas na Rua da Aurora e uma na Rua de São Cristóvão, obras na ponte e um trapiche. Durante os três anos de validade da escritura de hipoteca, se a cada semestre os valores fossem pagos adiantados, os juros seriam de 18%, mas caso houvesse atraso ou falta de pagamento, os juros subiriam para 24% ao ano³⁰⁰. Em 1876, ano da morte de José Narbone, a dívida chegou ao valor de quatorze contos, quatrocentos e vinte e um mil, duzentos e noventa réis (14:421\$290), ou seja, dois contos, quatrocentos e vinte e um mil, duzentos e noventa réis (2:421\$290) a mais correspondentes aos juros de 18% ao ano.

Havia, ainda, duas escrituras de hipoteca, sendo a primeira de uma casa de taipa e telha situada na Rua de São Cristóvão, no valor de quatrocentos mil réis (400\$000)³⁰¹ e a outra de uma casa na mesma rua, de um conto, quatrocentos e noventa e cinco mil, seiscentos e oitenta réis (1:495\$680)³⁰². Em uma das suas casas na Rua de São Cristóvão, havia uma armação de loja, possivelmente onde ele exercia atividades comerciais.³⁰³ Além dos aluguéis, como já foi assinalado no capítulo anterior, as outras fontes de renda de José Narbone eram uma posse de terras na Praia do Mosqueiro com casa de morar, animais e os seus escravos de ganho, sendo um deles, descrito como “artista idiota”³⁰⁴. A respeito do trabalho escravo no Brasil a partir dos anos 1870, Nelson Werneck Sodré pontua que:

No domínio dos ofícios, o advento dos africanos e dos seus descendentes já havia se fundamentado. O carpinteiro, o ferreiro, o sapateiro eram negros, em sua maior parte. Os pescadores eram negros, em grande número, não em todo o litoral mas em algumas de suas regiões. O negro da cidade afeiçoava-se a um ofício, desde os que exigiam certa habilidade manual até aqueles que requeriam tão somente a força física, o esforço muscular. Desse modo, adquiriam o necessário para a própria subsistência. Mantinham-se. Constituíam-se em elementos ativos. Favoreciam a circulação da riqueza, tão difícil, mesmo nos últimos tempos do império, tempo em que não se faziam grandes negócios senão raramente, as propriedades se transmitiam quase que

³⁰⁰ Inventário de José Narbone, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2329, nº 346, pp. 108-111.

³⁰¹ Ibidem, p. 84.

³⁰² Ibidem, p. 99.

³⁰³ Ibidem, p. 143.

³⁰⁴ Ibidem, p. 148.

taxativamente por herança e a circulação fiduciária, grandemente prejudicada, influía no ritmo financeiro e até econômico do país.³⁰⁵

Ao analisar o conjunto dos bens deixados por José Pinto da Cruz, percebemos que durante a vida o capitão da Guarda Nacional diversificou os seus investimentos, pois além de possuir terras e escravos, que correspondiam à forma tradicional de riqueza, também adquiriu muitos imóveis, pertencentes ao grupo da forma moderna de riqueza. Além destes, José Pinto da Cruz, que já havia sido comerciante, quando morava na cidade de São Cristóvão, investiu na produção de sal na região periférica de Aracaju conhecida como Jetimana, mas não conseguimos verificar o quanto essa atividade foi significativa para a geração de riqueza a este proprietário. Sabe-se que “a extração do sal era uma prática anterior à fundação da capital Aracaju [...]”.³⁰⁶ Em seu inventário constava a posse de um termo de salina nesta localidade com 16 qualhadores, 4 tanques e armazém de telha. Um outro termo de salina situado no apicum de São João com 2 tanques também fazia parte do espólio do inventariado³⁰⁷. Supõe-se ainda que a posse de canoas grandes e pequenas³⁰⁸ pelo casal servia para o transporte do sal para Aracaju, ou mesmo para alugá-las a outras pessoas.

Além disso, nos arredores da cidade, José Pinto da Cruz desempenhava um papel de pequeno agricultor, porque possuía um quinhão no sítio Jetimana e suas benfeitorias: árvores frutíferas, casa de morar e casa de farinha. Provavelmente, essa atividade de produção de farinha, um gênero alimentício fundamental para a população sergipana, servia para a subsistência da própria família ou para a comercialização em Aracaju. Dentre os bens *semoventes*, constavam no inventário de José Pinto da Cruz um cavalo e dois escravos, Benedita e João, que trabalhavam na lavoura, isto é, no sítio da família.³⁰⁹ Mais uma vez, o pequeno número de escravos arrolados nos inventários mostra-nos que esse tipo de riqueza estava em fase de progressiva eliminação. A escrava Benedita, que foi avaliada em 1867 pelo valor de setecentos mil réis (700\$000), custava quatrocentos mil réis (400\$000) no ano de 1876³¹⁰.

É importante pontuar que, nos anos 60 e 70, a produção de algodão atingiu o seu auge na província de Sergipe e em outras províncias do Império, como São Paulo. A cultura algodoeira foi impulsionada pelo início da guerra civil americana, que acarretou o aumento da

³⁰⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1998, p. 82.

³⁰⁶ AMARAL, Sharyse Piroupo. *Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe...* op. cit., p. 221.

³⁰⁷ Inventário de José Pinto da Cruz, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2328, nº 336, p. 51.

³⁰⁸ Ibidem, p. 39.

³⁰⁹ Ibidem, pp. 43-44.

³¹⁰ Ibidem, p. 272.

demanda pelo produto no mercado internacional. De acordo com Josué Modesto dos Passos Subrinho, “[...] por alguns anos, algodão em Sergipe deixará de ser uma “cultura de quintal” e passará a ser a atividade mais rentável da Província, gerando verdadeira “febre do ouro branco” [...]”.³¹¹ Uma prova disso é que, no inventário de Joana Maria de Mattos Pinto, datado do ano 1867 e arrolado junto ao inventário de José Pinto da Cruz, foram inventariadas 150 arrobas de algodão com caroço, avaliadas em trezentos e setenta e cinco mil réis (375\$000)³¹². Ademais, “oposta à cana de açúcar, na cultura algodoeira predominou a pequena propriedade, a co-existência com as culturas de subsistência e a presença do trabalhador livre.”³¹³

Não podemos deixar de ressaltar o fato de que José Pinto da Cruz também vivia dos rendimentos como funcionário público, pois, por mais de 22 anos, trabalhou na secretaria do governo. Ao que tudo indica, ele veio para Aracaju por causa da transferência da máquina administrativa e, já que era empregado público, mudou-se também para a nova capital. Os relatórios provinciais oferecem-nos informações a respeito do seu ordenado e fizeram-nos concluir que, ao longo dos anos, houve um pequeno aumento nos seus vencimentos anuais, principalmente, por causa da ascensão dentro do serviço público. Ainda residindo na cidade de São Cristóvão, em 1852, a cada mês José Pinto da Cruz recebia sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis réis (66\$666)³¹⁴, e por ano setecentos e setenta e nove mil, novecentos e noventa e dois réis (779\$992).

No relatório de 1856, publicado um ano depois da transferência da capital da província, José Pinto da Cruz ocupava o cargo de Oficial Arquivista e chefe da 2ª seção da secretaria do governo, o que lhe rendia por ano o ordenado de oitocentos mil réis (800\$000) mais a gratificação de duzentos mil réis (200\$000), totalizando a cifra de um conto de réis (1:000\$000)³¹⁵. No ano seguinte, José Pinto da Cruz solicitou licença de 60 dias com vencimentos para tratar de sua saúde fora da província.³¹⁶ Em 1858, o salário do oficial chefe da 2ª seção manteve-se o mesmo, apesar de ter sido nomeado Chefe da 1ª seção na secretaria do Governo em julho desse ano³¹⁷. Mais tarde, em 1859, os seus vencimentos chegavam a um

³¹¹ SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. *História Econômica de Sergipe...* op. cit., p. 31.

³¹² Inventário de José Pinto da Cruz, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2328, nº 336, p. 275.

³¹³ NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II...* op. cit., p. 24.

³¹⁴ Jornal Correio Sergipense, 07 de agosto de 1852, Edição nº 62, p. 4.

³¹⁵ BENEVIDES, Salvador Correia de Sá e. Relatório com que foi aberta a 1ª sessão da undécima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe. Bahia: Typ. Carlos Poggetti, 1856. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1051/>>, Mapa 1. (Acesso em 17/11/2017)

³¹⁶ Jornal Correio Sergipense, 31 de outubro de 1857, Edição nº 48, p. 3.

³¹⁷ Jornal Correio Sergipense, 24 de julho de 1858, Edição nº 38, p. 4.

conto e cem mil réis (1:100\$000)³¹⁸, pois naquele ano José Pinto da Cruz já ocupava o novo cargo, o segundo mais importante daquela repartição, ficando atrás apenas do Oficial Maior, Tenente Coronel Manoel Villas Boas.

Porém, o início da década de 1860 foi marcado pela sucessão de cargos na vida do inventariado. Primeiramente, foi nomeado subdelegado de polícia da Barra dos Coqueiros³¹⁹, depois se tornou Comissário Vacinador do município de Santo Amaro³²⁰ e, por fim, voltou a ocupar o seu posto de chefe na secretaria do governo. Novamente solicitou licença no ano de 1861 para ficar fora da província sergipana por dois meses.³²¹ Já em 1862, seus rendimentos somaram dois contos e duzentos mil réis (2:200\$000), sendo um conto e duzentos mil réis (1:200\$000) provenientes do seu cargo público ou bens de raiz e um conto de réis (1:000\$000) resultantes de atividade comercial.³²² Por estar fisicamente impossibilitado de exercer as suas funções, em 1864, aos 55 anos de idade, José Pinto da Cruz conseguiu a aposentadoria do cargo que até então ocupava, recebendo integralmente o seu ordenado.³²³

Possivelmente, a conjugação entre a melhoria salarial e a diversificação de investimentos possibilitaram ao capitão investir na construção e compra de propriedades imobiliárias em Aracaju. Só com o salário de funcionário público, seria quase impossível ter dinheiro para construir/adquirir mais de um imóvel. Edificou casas de taipa e telha em terrenos próprios e foreiros nas ruas da Aurora, Divina Pastora, Pacatuba, Itabaianinha, Maruim, Santo Amaro, Jabotiana, Japaratuba, na Praça do Rio Real e nas chamadas Rua do Topo e Rua do Araçazeiro, localizadas fora do traçado do quadrado de Pirro. Passou, assim, a viver também dos aluguéis desses imóveis. Segundo os dados do imposto predial do ano de 1873, José Pinto da Cruz tinha aproximadamente 26 casas alugadas, que possuíam o valor locativo entre vinte e quatro mil réis (24\$000) e trezentos mil réis (300\$000)³²⁴. Porém, notou-se que três anos depois algumas dessas casas alugadas não constavam na avaliação de bens do seu inventário, sendo contabilizadas apenas 15 casas e 03 terrenos em seu nome.

³¹⁸ GALVÃO, Manuel da Cunha. Relatório com que foi aberta a 2ª sessão da duodécima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe. Bahia: Typografia de Carlos Poggetti, 1859. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1054/>> (Acessado a 12/12/2017).

³¹⁹ Jornal Correio Sergipense, 24 de março de 1860, Edição nº 27, p. 4.

³²⁰ Jornal Correio Sergipense, 28 de maio de 1860, Edição nº 42, p. 1.

³²¹ JUNIOR, Thomaz Alves. Relatório apresentado a Assembleia Provincial de Sergipe. Sergipe: Typ. Provincial de Sergipe, 1861. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1058/>> (Acessado a 13/12/2017).

³²² Jornal Correio Sergipense, 13 de outubro de 1862, Edição nº 86, p. 4.

³²³ Jornal Correio Sergipense, 20 de abril de 1864, Edição nº 30, p. 2.

³²⁴ Jornal do Aracaju, Edições nº 356, 360, 364, 419, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 1873.

Obviamente que os proprietários precisavam gastar com os reparos que eram feitos em suas casas e, além disso, contar com a boa fé dos inquilinos para receber os valores em dia. Não foi assim que aconteceu com Cícero Terêncio de Mattos, filho de José Pinto da Cruz. Depois de efetuada a partilha dos bens de seu pai em 1876, Cícero herdou casas e também passou a viver dos aluguéis desses imóveis. Herdou, inclusive, duas casas na Rua de Japarutuba (antiga Rua da Conceição), uma onde morava o inventariante e outra que alugou por vinte e cinco réis mensais (25\$000) ao Dr. Salustiano J. Pedrosa³²⁵. É importante saber que em Aracaju, “entre 1875 e 1876 havia 1500 casas. Destas, 864 estavam sujeitas ao imposto da décima urbana, equivalente mais ou menos ao IPTU que os contribuintes aracajuanos pagam na atualidade.”³²⁶

Na época, Cícero ainda era menor e por isso seus rendimentos, reparos nas casas e pagamentos de impostos de décima urbana eram administrados pelo tutor José Agostinho do Nascimento. Além das casas, Cícero herdou na sua legítima materna a escrava de ganho Guilhermina, que foi vendida a quinhentos mil réis (500\$000) ao Dr. Sabino no ano de 1877³²⁷. Apesar de lucrar com o trabalho de Guilhermina, reitera-se que, paulatinamente, o escravo vai deixando de ser a principal fonte de investimento e, neste caso, a possibilidade de conseguir formação superior em outra província tornou-se mais atrativa para Cícero Terêncio.

Tempos depois, em 18 de março de 1879, com o mesmo propósito de continuar os estudos, o seu tutor solicitou a venda da casa da Rua de Japarutuba a fim de angariar recursos para a subsistência do jovem estudante na Bahia. O motivo principal para a venda do imóvel era o investimento nos estudos, mas outros fatores determinantes também foram listados por José Agostinho do Nascimento: “seu dito tutelado tem sido prejudicado no rendim^{to} de suas casas, já pela pouca consciência dos inquilinos q̃ as tem habitado, já pela falta d’elles n’esses ultimos tempos e finalme^{te} pela reducção q̃ tem ellas soffrido no valor locativo.”³²⁸

O genro e inventariante de José Pinto da Cruz, o Tenente Coronel José Carlos do Nascimento, também optou por seguir nesse tipo de investimento, inclusive comprando casas na mesma rua em que o sogro já possuía imóveis. Assim, na capital baiana, os bens imobiliários também eram predominantes na fortuna dos oficiais subalternos e superiores que residiam em Aracaju.³²⁹ Dessa maneira, José Carlos do Nascimento tornou-se proprietário de quatro casas

³²⁵ Jornal do Aracaju, 27 de setembro de 1876, Edição nº 735, p. 4.

³²⁶ SANTOS, Maria Nely. *Aracaju: um olhar sobre sua evolução*. Aracaju: Triunfo, 2008, p. 59.

³²⁷ Inventário de José Pinto da Cruz, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2328, nº 336, p. 166.

³²⁸ Ibidem, p. 177.

³²⁹ MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império...* op. cit., p. 629.

na Rua de Pacatuba que em 1873 estavam alugadas por cento e oitenta mil réis (180\$000)³³⁰ cada. No lançamento seguinte, correspondente aos anos de 1876-1877, uma das casas localizadas nessa mesma rua teve seu valor locativo reduzido, passando de cento e oitenta mil réis (180\$000) a cento e quarenta e quatro réis anuais (144\$000).

De maneira mais ampla, estabelecendo uma comparação entre os valores locativos dos seus imóveis nas décadas de 1870 e 1880, verificou-se que houve um decréscimo significativo. Esse seria um dos motivos pelos quais os inventariados, assim como ele, estariam desfazendo-se dos seus imóveis, principalmente porque estes não eram mais tão rentáveis como antes e precisavam de manutenção, o que elevava os gastos do proprietário. Aconteceu, então, um movimento inverso ao dos primeiros anos da capital, quando os valores dos imóveis estavam em ritmo crescente.

Valores locativos anuais dos imóveis de José Carlos do Nascimento			
	1872-1873	1876-1877	1879-1880
Rua de Pacatuba	180\$000	De 180\$000 a 144\$000	84\$000
Rua de Itabaiana	144\$000	(Não consta)	De 100\$000 a 72\$000
Rua de Santo Amaro	(Não consta)	196\$000	96\$000

Fonte: Jornal do Aracaju Edições nº 424, 736, 738 e Jornal de Sergipe Edições nº 84, 99 e 100.

Na década de 1860, José Carlos do Nascimento era comerciante na nova capital, dado confirmado por meio de uma petição feita por ele com a finalidade de obter-se o pagamento da dívida de trinta e sete mil e dez réis (37\$010) referente a fazendas e molhados comprados por Inácio Muniz Barreto.³³¹ Através do comércio que mantinha, o Tenente chegou a lucrar dois contos réis (2:000\$000), em 1862, valor superior ao salário do seu sogro José Pinto da Cruz, que recebeu neste ano um conto e duzentos mil réis (1:200\$000). Naquele ano, dentre os indivíduos que constavam na relação dos cidadãos moradores no Termo da Cidade do Aracaju, José Carlos do Nascimento foi um dos que mais lucrou com as atividades comerciais.³³² Na lista de qualificação de votantes de 1868³³³, José Carlos do Nascimento, que na época tinha 46 anos, foi classificado como negociante domiciliado na Rua da Aurora. De acordo com a descrição feita por Sebrão Sobrinho dos principais estabelecimentos comerciais de Aracaju no

³³⁰ Jornal do Aracaju, 29 de outubro de 1873, Edição nº 424, p. 4.

³³¹ AJU/C. 2º OF. Petição. Cx. 02/2476, Doc. nº 15.

³³² Jornal Correio Sergipense, 13 de outubro de 1862, Edição nº 86, p. 4.

³³³ BR SEAPES TE3. Relação de Votantes de Aracaju, Volume 34, 1868.

ano de 1871, José Carlos do Nascimento aparece como dono de uma padaria na Rua da Assembleia (Itaporanga)³³⁴. Não há como negar que ao longo da vida esse indivíduo foi diversificando os seus investimentos.

Constatou-se também que uma outra fonte de renda do Tenente Coronel eram os escravos de ganho Teodora e José.³³⁵ Posteriormente, em 1883, ano em que José Carlos do Nascimento faleceu, escravo José já não constava dentre os seus bens. No inventário, os escravos avaliados foram Domingos, destinado ao serviço da lavoura, Teodora e Josefa, encarregadas do serviço doméstico da casa dos seus senhores.³³⁶ Juntos, os três escravos somavam um conto, cento e cinquenta mil réis (1:150\$000), quantia que em outrora equivalia a um único escravo. É interessante perceber que nesse contexto de crescimento do movimento abolicionista e de crise da lavoura açucareira, os preços dos escravos estavam sofrendo uma queda considerável. Podemos levantar ainda, a hipótese de que José Carlos do Nascimento estivesse envolvido na produção de sal junto com o sogro, já que era dono de um saveiro de 400 arrobas, pequeno barco que servia para o transporte do produto.

Depois da morte de José Carlos do Nascimento, que vinha sofrendo com o agravamento da doença, “a família mergulharia em uma série crise financeira, advinda dos poucos recursos herdados com a morte do patriarca.”³³⁷ Os sete contos e quinze mil réis (7:015\$000), deixados pelo chefe da família, foram divididos entre a viúva e os seis filhos. Diante dessa situação, Filinto Elísio do Nascimento, na condição de filho mais velho de José Carlos e Maria dos Prazeres, desistiu da sua parte da herança, passou a dar aulas particulares e depois se tornou funcionário público para remediar a situação da família.

Em um caso, alguns dados ditados pelo indivíduo para serem colocados no testamento não condiziam com a realidade do inventário. Assim ocorreu com o Cônego Agostinho Rodrigues Braga que logo no início das suas declarações disse “que para evictar suspeitas, de que eu possuo dinheiro, affirmo que nada tenho”.³³⁸ Porém, constatou-se que ao longo da vida o Cônego acumulou diversos bens que totalizaram uma boa fortuna de seis contos trezentos e quarenta e oito mil e cem réis (6:348\$100)³³⁹. Dos 15 inventários de padres baianos da segunda

³³⁴ SOBRINHO, Sebrão. *Laudas para a História de Aracaju...* op. cit., p. 280.

³³⁵ Jornal do Aracaju, 21 de outubro de 1876, Edição nº 742, p. 4.

³³⁶ Inventário de José Carlos do Nascimento, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2333, nº 423, pp. 12-13.

³³⁷ SANTOS, Fábio Alves dos. *Elite letrada e ofício docente no século XIX*. 133 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013, p. 88.

³³⁸ Inventário de Agostinho Rodrigues Braga, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, cx. 2083, nº 310, p. 4.

³³⁹ Ibidem, p. 86.

metade do século XIX analisados por Kátia Mattoso, “dois deles deixaram dívidas, quatro deixaram menos de 2:000 de réis e dez deixaram bens avaliados entre 4:926 de réis e 47:112 de réis.”³⁴⁰ Isso quer dizer que a herança de Agostinho Rodrigues Braga se equiparava à maioria das fortunas dos sacerdotes encontradas em Salvador para este mesmo período. No quesito dívidas, o sacerdote declarou em testamento que “nada devo a pessoa alguma e nem me devem”.³⁴¹ Apesar de ter feito esta afirmação, alguns credores solicitaram quinhões para pagamento de débitos durante o processo do seu inventário.

Agostinho Rodrigues Braga exerceu cargos eclesiásticos e civis, sendo que “no Brasil, só podiam ser cônegos os integrantes dos capítulos das igrejas catedrais (havia a categoria de cônegos honorários, título com o qual eram agraciados alguns sacerdotes de destaque)”³⁴². De igual maneira, Agostinho Braga também diversificou seus investimentos, comprando imóveis, sítio e salinas. Merece ser pontuado o fato de que o religioso não adquiriu imóveis somente em Aracaju, mas também na Vila do Socorro, onde nasceu e no Povoado de Santo Antônio, onde faleceu. Provavelmente, ele já era dono desses outros imóveis quando foi oficializada a transferência da capital de São Cristóvão para Aracaju. Na nova capital, construiu casas nas ruas de São Cristóvão e Japarutuba que, juntas, foram avaliadas em dois contos e seiscentos mil réis (2:600\$000). Da mesma forma que o capitão José Pinto da Cruz, Agostinho Rodrigues Braga também era dono de um cercado de salinas nos apicuns de Aratu, em Nossa Senhora do Socorro. As suas salinas formadas por dez qualhadores, dez tanques e armazém de telha já arruinado, foram avaliadas em duzentos mil réis (200\$000). Foi encontrada ainda uma porção de sal com quarenta alqueires que valia vinte e cinco mil e seiscentos réis (25\$600).³⁴³

Era dono de três escravos: Bernardo, cabra de 60 anos, David, africano de 34 anos e Antônia Maria, crioula de 39 anos, todos trabalhadores da lavoura, possivelmente moradores do sítio do Cônego.³⁴⁴ Segundo o testador, uma de suas casas, localizadas no Povoado de Santo Antônio, foi vendida para a compra de um saveiro, barco que o conduzia até o seu sítio.³⁴⁵ Esta porção de terras estava situada na Barra do Poxim, termo da Cidade de São Cristóvão. Na

³⁴⁰ MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império...* op. cit., p. 368.

³⁴¹ Inventário de Agostinho Rodrigues Braga, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, cx. 2083, nº 310, p. 4.

³⁴² MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império...* op. cit., p. 333.

³⁴³ Inventário de Agostinho Rodrigues Braga, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, cx. 2083, nº 310, pp. 18-19.

³⁴⁴ Ibidem, pp. 17-18.

³⁴⁵ Ibidem, p. 7.

propriedade existia uma casa de vivenda nova de taipa e telha, animais quatro cabeças de gado vacum, seis ovelhas e plantação com 80 pés de coqueiros.³⁴⁶

Katia Mattoso observou ainda que na cidade de Salvador as fortunas médias dos oficiais subalternos giravam em torno de (10:719\$000)³⁴⁷, enquanto que em Aracaju os espólios dos dois inventários analisados de detentores de títulos militares do Exército ou Marinha não chegavam perto desse valor, pois eram fortunas consideradas medíocres. Em 1860, José Moreira Guerra, na qualidade de Capitão do Porto, recebeu naquele ano o valor de um conto, quatrocentos e setenta e um mil, trezentos e cinquenta mil réis (1:471\$350), somando o salário e os adicionais a que teve direito.³⁴⁸ Há de se considerar que o seu aumento salarial foi notório ao longo dos anos, chegando a embolsar em apenas doze meses a quantia de três contos de réis (3:000\$000).³⁴⁹ Apesar de ter um cargo mais prestigioso e ter um salário maior do que José Pinto da Cruz, foi proprietário apenas da casa onde morava na Rua do Geru, a antiga Rua do “Guerra”.

José Moreira Guerra também tirava rendimentos do aluguel de uma cocheira localizada dentro sua chácara, descrita como “úm terreno cercado e plantado de capim com duas cancellas com cadiados.”³⁵⁰ No ano de 1868, Guerra impetrou uma ação de despejo contra o arrendatário Manoel Francisco de Andrade, que pagava quinze mil réis mensais (15\$000) ao oficial pelo aluguel da cocheira.³⁵¹ No entanto, o réu Manoel Francisco passou a não pagar mensalmente o arrendamento que foi feito para dois anos. Além da desocupação, o autor da ação solicitou que fossem penhorados três cavalos existentes na referida cocheira para o pagamento da dívida. A cocheira feita de tijolos era rebocada e possuía quarto de guardar arreios, prateleiras e caixões para guardar capim, quartos para banhos e sala de espera com bancos.³⁵² No final do processo, José Moreira Guerra saiu vitorioso.

A meação recebida por José Moreira Guerra segundo o inventário da sua primeira esposa, Eufemia Pinheiro Guerra, foi de cinco contos, noventa e três mil, setecentos e noventa réis (5:093\$790)³⁵³. O espólio do seu inventário correspondente a quatro contos, trezentos e

³⁴⁶ Ibidem, p. 58.

³⁴⁷ MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império...* op. cit., p. 622.

³⁴⁸ GALVÃO, Manuel da Cunha. Relatório com que foi aberta a 2ª sessão da duodécima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe. Bahia: Typografia de Carlos Poggetti, 1859. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1054/>. (Acessado a 13/12/2017).

³⁴⁹ Jornal Correio Sergipense, 13 de outubro de 1862, Edição nº 86, p. 4.

³⁵⁰ AJU/C. 1º OF. Ação de Despejo. Cx. 01/2018, p.19.

³⁵¹ AJU/C. 1º OF. Ação de Despejo. Cx. 01/2018.

³⁵² AJU/C. 1º OF. Ação de Despejo. Cx. 01/2018, p.19.

³⁵³ Inventário de Eufemia Pinheiro Guerra, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, cx. 2083, nº 273, p. 90.

vinte e quatro mil réis (4:324\$000) foi menor do que o valor da meação do primeiro consórcio, visto que Guerra contraiu segundas núpcias em outubro de 1869 com a sancristovense D. Maria da Glória Távora. Além do imóvel na Rua do Geru, avaliado em três contos de réis (3:000\$000), no inventário do capitão dos portos constam bens como: oratório com cinco imagens, sofá, cadeiras, mesa, relógio de parede, revólver, uma comenda e três hábitos, tacho de cobre e escravos.³⁵⁴ No ano de 1875, Guerra foi a 3ª testemunha durante um processo de denúncia crime iniciada pelo negociante José Narbone contra Francisco das Chagas Lima. No que diz respeito à fonte principal de rendimentos, constava no documento que o oficial “vive de seu soldo”³⁵⁵. O fato é que, em nove anos, José Moreira Guerra se desfez de alguns bens que recebeu no inventário da sua primeira esposa, sendo o mais relevante o quinhão de três contos, e quinhentos mil réis (3:500\$000) que possuía na casa de vivenda localizada no sítio do casal.³⁵⁶ Neste mesmo sítio, morava Diogo Eugenio Fábio Guerra, filho do seu primeiro casamento com Eufemia Pinheiro.

Ao morrer, o tenente do Exército Joaquim Martins Fontes deixou a família numa situação financeira pior do que a do seu sogro, José Moreira Guerra. Dos oito filhos, o mais velho, Genésio Guerra Fontes abdicou da sua parte na herança para revertê-la aos irmãos menores.³⁵⁷ Todos os bens deixados por Joaquim Martins Fontes foram avaliados em um conto e trezentos mil réis (1:300\$000), que se resumiam a três escravas do serviço doméstico: Maria, preta de 48 anos, Adriana, preta de 13 anos e Valentina, preta de 19 anos, filhas da escrava Maria.³⁵⁸ A viúva alegou que os móveis da casa foram vendidos por ela durante a doença do seu marido para “servir algumas precisões”.³⁵⁹ A leitura desse trecho nos revela que a família enfrentava uma situação financeira difícil por causa da tuberculose desenvolvida pelo chefe da casa. Além do mais, diante do estado de pobreza em que se encontrava a família depois da morte de Joaquim, Eufemia Guerra Fontes solicitou a dispensa da obrigatoriedade de apresentação das certidões que comprovavam sua idoneidade para assumir a tutoria dos órfãos e, conseqüentemente, administrar os bens que lhes couberem.³⁶⁰

³⁵⁴ Inventário de José Moreira Guerra (Capitão de Mar e Guerra), AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2329, nº 360, pp. 26-28.

³⁵⁵ AJU/1ª V. CRI. Denúncia Crime. Cx. 01/2520, p. 17.

³⁵⁶ Inventário de Eufemia Pinheiro Guerra, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, cx. 2083, nº 273, p. 93.

³⁵⁷ Inventário de Joaquim Martins Fontes (Capitão Major), AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2324, nº 249, p. 6.

³⁵⁸ Ibidem, pp. 11-13.

³⁵⁹ Ibidem, p. 13.

³⁶⁰ Ibidem, p. 33.

Outro inventariado que na época da morte deixou poucos recursos foi Manoel Pereira Guimarães. No inventário não foram arrolados imóveis, porém, nos impostos de décima urbana referentes ao biênio de 1877-1878, o bacharel aparecia como proprietário e morador de uma casa na Rua da Aurora que possuía o valor locativo de duzentos mil réis anuais (200\$000).³⁶¹ Faziam parte da herança duas estantes de vinhático envidraçadas com vários livros de Direito e dinheiro. A primeira quantia de seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e sete réis (646\$487) referia-se aos vencimentos atrasados de procurador fiscal depositada no cofre da Tesouraria Provincial e a segunda, de dez mil réis (10\$000) proveniente da atividade de examinador do Ateneu Sergipense que estava guardada no cofre do Tesouro Geral.³⁶² Ao longo da vida profissional, Manoel Pereira Guimarães ocupou vários cargos como o de presidente da Câmara de Aracaju e de diretor da Escola Normal e, possivelmente, na época da sua morte, estas fossem as duas formas de rendimentos do Bacharel, além dos seus honorários. Retirados os valores das dívidas, contraídas principalmente com remédios, no total esses bens somaram oitocentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e sete réis (886\$487)³⁶³.

Diferentemente dos indivíduos analisados até agora, encontramos um casal de “proprietários” em que a maior parte da fortuna constituía-se em sítios e terrenos na região da Olaria do Aracaju e não em casas. O historiador Jorge Carvalho do Nascimento afirmou que o “Luizinho” juntamente com João “Cabeça Mole” “eram proprietários da maior parte das terras da cidade.”³⁶⁴ Sebrão Sobrinho também reiterou a importância desse indivíduo para os primeiros tempos da nova capital, já que nesta condição de principal proprietário de Aracaju, vendeu terras a diversas pessoas, inclusive ao Barão de Maruim.³⁶⁵

O inventário estudado foi o de Maria Custódia dos Anjos, casada em regime de comunhão de bens com Luiz Francisco das Chagas. Mesmo constatando que o investimento em propriedades imobiliárias tornou-se um dos preferidos dos membros da elite, não podemos deixar de considerar à luz desse exemplo, que as terras, formas tradicionais de riqueza, também apresentavam em Aracaju um valor considerável ainda na década de 80 do século XIX.

³⁶¹ Jornal do Aracaju, 17 de agosto de 1878, Edição nº 980, p. 4.

³⁶² Inventário de Manoel Pereira Guimarães, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2331, nº 379, pp. 9-10.

³⁶³ Ibidem, p. 32.

³⁶⁴ NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *A cidade no arquivo: o acervo do poder judiciário como fonte para os estudos da história de Aracaju – VI*. Disponível em: <<http://jorge-educahist.blogspot.com.br/2011/04/cidade-no-arquivo-o-acervo-do-poder-17.html>> (Acessado a 19/11/2017).

³⁶⁵ SOBRINHO, Sebrão. *Laudas para a História de Aracaju...* op. cit., p. 268.

Percebeu-se que o casal era dono da maior parte dos terrenos situados nas ruas de Arauá, Lagarto, Santa Luzia, Simão Dias, Siriri, Itabaiana, Itaporanga, Estância, Boquim e Maruim³⁶⁶ e, dessa maneira, a principal forma de investimento era a venda dos ditos terrenos desde a época da transferência da capital. Eram proprietários, inclusive, de terrenos em ruas que ainda não haviam sido abertas. Assim, o casal garantia a subsistência da família com a cobrança de foros destes diversos terrenos que eram donos. No entanto, viver de tais rendimentos também gerava conflitos entre Luiz Francisco das Chagas, considerado “muito rico”, e os foreiros dos seus terrenos, como se destaca no trecho abaixo, retirado do Jornal *O Guarany*:

Nunca prometi perturbar o direito do sr. Luiz Francisco das Chagas, nen tão pouco vender ou aforar terrenos que elle diz, pertencer-lhe. Sou hereo nos terrenos da Olaria do Aracajú; como provo com os títulos que tenho; entre os quaes, um de venda feita pelo mesmo sr. Luiz das Chagas e sua senhora, a meu finado sogro, Major José Joaquim Ludovice nas referidas terras, o qual abaixo transcrevo; Como não ha demarcação legal, tenho vendido posses, e aforo muito legitimamente, por quanto me julgo com direito como hereo que sou. Não quero prejudicar ao sr. Luiz das Chagas, nem meu intento é apossar-me daquillo que não tenho. O sr. Chagas, que é muito rico, e que diz ter por si todos os advogados e toda a justiça, requeira o tombamento das terras da Olaria, demarque-as, e me mostre então onde e a posse que vendeu a meo sogro, e que hoje me pertence; ao contrario disto continúo muito legitimamente a vender posses e aforar, e protesto contra qualquer esbulho que me possa fazer o sr. Luiz das Chagas, antes de demarcar as terras, de que somos cohereos, pelos meio legaes. Aracajú 12 de Março de 1884. Jose Placido da Silveira Rocha³⁶⁷

Foram descritos no inventário de Maria Custódia dos Anjos cinco sítios, sendo um cercado por apicuns e localizado no “Padre Soares” (atual Bairro Grajeru), um outro contendo 39 pés de coqueiros, e finalmente mais dois também com plantação de coqueiros³⁶⁸. A propriedade em que morava a família na Rua de Pacatuba contava com uma morada de casa, mais de 200 pés de coqueiros e foi avaliada em quatro contos de réis (4:000\$000).³⁶⁹ Um aspecto interessante é que não foram descritos no mesmo inventário os móveis e que, levando em conta a extensão das propriedades do casal, somente foram relacionados como bens semoventes a escrava Luzia e um cavalo castanho velho³⁷⁰.

Contudo, os documentos referentes ao imposto da décima urbana de Aracaju revelaram que em meados dos anos 1870 Luiz Francisco da Chagas também usufruía do aluguel de setenta e dois mil réis (72\$000) anuais de um imóvel situado na Rua de Estância, uma das mais

³⁶⁶ Inventário de Maria Custódia dos Anjos, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2333, nº 451, pp.12-22.

³⁶⁷ Jornal O Guarany, 02 de abril de 1884, Edição nº 52, p. 4.

³⁶⁸ Inventário de Maria Custódia dos Anjos, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2333, nº 451, pp. 10-12.

³⁶⁹ Ibidem, p. 10.

³⁷⁰ Ibidem.

importantes da cidade. Porém, em 1879, esta mesma casa encontrava-se arruinada³⁷¹, talvez pelo pouco interesse do proprietário em manter aquele tipo de investimento.

Para pagar as despesas médicas e do funeral do português Thomaz Narciso Ferreira, a sua esposa, Henriqueta Carolina Ferreira, precisou recorrer às formas modernas de riqueza as quais o casal tinha investido como se pode perceber no trecho abaixo:

Diz Henriqueta Carolina Ferreira, cabeça do casal de seu finado marido Thomaz Narciso Ferreira, que já tendo obtido de V.S. licença para liquidar e receber umas cadernetas da Caixa Economica da Bahia, no valor de duzentos e dez mil reis e seus respectivos juros, pertencentes a Supp.^o e a seus filhos menores, por ocorrer às despesas feitas com o tractamento e funeral do mesmo, na provincia do Rio de Janeiro, e tendo-lhe sido apresentadas ultimamente as contas, no valor de mais de um conto de reis, precisa que V.S. se digne de dar-lhe uma nova licença para transigir tres apólices da Associação Sergipense, de cem mil reis cada uma, pertencentes ao casal, para a fim de amortizar aquella divida, preferivel a qualquer outra por sua natureza. Nestes termos. Aracajú, 22 de Novembro de 1886, Henriqueta Carolina Ferreira.³⁷²

Só com o funeral de Thomaz Narciso, realizado em Niterói-RJ, foram gastos trezentos e oito mil réis (308\$000)³⁷³. Além de um confortável mobiliário, uma casa na Rua de São Cristóvão e mais duas de taipa e telha, uma posse de terras no termo de São Cristóvão, terreno na Rua de Itabaianinha, Thomaz Narciso também possuía bens herdados de sua mãe na Vila de Arouca, Reino de Portugal. Durante o processo de inventário, foi solicitada no ano de 1888 a avaliação de um campo de plantação com fruteiras e uma casa na mesma vila, porém os avaliadores afirmaram que “n’esta villa nunca existio mulher alguma com o nome de Dona Maria Ignacia Ferreira, nem homem algum com o nome de seu filho Thomaz Narciso Ferreira: o que nos foi informado pelas pessoas mais antigas d’esta dita villa e freguezia.”³⁷⁴ Note-se que o número de imóveis de Thomaz Narciso são poucos se comparados aos dos indivíduos que faleceram nas décadas de 60 e 70.

Através de alguns indícios encontrados na imprensa, supõe-se que antes de exercer as atividades consulares, Thomaz Narciso também se envolveu com o comércio na província sergipana. Um anúncio de 1861, publicado no *Correio Sergipense*, mostra que o português teve negócios na cidade de Laranjeiras, mas acabou falindo:

O abaixo assignado administrador da massa falida de Thomaz Narciso Ferreira na cidade de Laranjeiras faz sciente ao Repeitavel Publico, que no dia 19 do Corrente tem de se faser Leilao de uma Canôa aberta, que pega 12 a 14 Caixas; está em muito

³⁷¹ Jornal de Sergipe, 04 de outubro de 1879, Edição nº 97, p. 4.

³⁷² Inventário de Thomaz Narciso Ferreira (Vice-Cônsul), AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2334, nº 447, p. 05.

³⁷³ Ibidem, p. 22.

³⁷⁴ Ibidem, p. 79.

bom estado, tem todos os inserados e tudo mais que é preciso para o trabalho, ou costeiro da mesma. Laranjeiras, 10 de Setembro de 1861. José Lopes de Souza.³⁷⁵

Anos mais tarde, em 1879, Thomaz Narciso foi nomeado agente da Companhia Baiana de Navegação a Vapor em Sergipe³⁷⁶. Um acontecimento que marcou a economia sergipana nessa década foi a autorização dada a embarcações estrangeiras para fazerem o comércio costeiro na província. Outro dado interessante indica que Thomaz Narciso Ferreira somente assumiu o cargo de vice-cônsul em fins dos anos 1870, por causa de um pedido feito pelos portugueses que moravam na Zona da Cotinguiba:

Justo pedido – os portugueses residente n'esta Capital, Laranjeiras e Maroim acabão de enviar para a Bahia um pedido ao consul de Portugal ali, para que seja nomeado o sr. Thosmaz Narrciso Ferreira vice-consul nesta provincia. E'nos agradavel publicar essa importante acção praticada pelos dignos subditos portuguezes nesta provincia, porque reconhecemos no sr. Thomaz Narciso as qualidades precisas para occupar tão importante cargo.³⁷⁷

Dentre as trajetórias aqui analisadas, esse foi o único caso em que não foi registrada a posse de escravos pelo inventariado. Uma explicação para a inexistência de bens *semoventes* pode ser uma petição de 08 de maio de 1885 em que Maria Inês, crioula de 43 anos, escrava de Thomaz Narciso Ferreira, solicitou, a através de um curador, a sua inclusão na lista de qualificação do Fundo de Emancipação de Escravos. Maria Inês possuía um pecúlio de cem mil réis (100\$000), o qual serviu para o pagamento da sua liberdade conseguida através do Fundo.³⁷⁸ Muitas dívidas de natureza diversa foram arroladas no inventário do vice-cônsul, desde empréstimos tomados ao negociante Aristides da Silveira Fontes que resultaram em hipoteca da casa onde morava a família, a dívidas com o próprio consulado português, que alcançaram a significativa cifra de doze contos, quinhentos e oitenta e oito mil, duzentos e sessenta réis (12:588\$260).

2- Herança: composição da partilha

Durante o processo de inventário, a partilha era o momento em que se designava quais os bens comporiam os quinhões de cada interessado. Inicialmente, analisaremos como foi feita

³⁷⁵ Jornal Correio Sergipense, 14 de setembro de 1861, Edição nº 73, p. 4.

³⁷⁶ Jornal de Sergipe, 10 de março de 1879, Edição nº 54, p. 4.

³⁷⁷ Ibidem.

³⁷⁸ AJU/C. 2º OF. Petição. Cx. 04/2478.

a divisão dos bens daquele que possuía a maior fortuna dentre os indivíduos estudados, o negociante José Teixeira da Cunha. Além disso, será observado de que forma os bens que compuseram a partilha foram distribuídos e, dessa maneira, perceber se houve a preocupação em manter a equidade entre os seus herdeiros.

Como já foi dito, mesmo José Teixeira da Cunha tendo imóveis em Aracaju, um dos seus herdeiros, Nicolau Teixeira da Cunha, morava da cidade de Laranjeiras. Durante o processo de inventário do seu pai, Nicolau e os escravos começaram a passar necessidades, pois o herdeiro era menor de idade e os seus escravos, com exceção da escrava Marcela, estavam em “tenra idade”, por isso não tinham condições de prover o sustento do grupo. Então, depois da petição feita pelo inventariante, Nicolau passou a receber uma mesada diária de quatro mil réis (4\$000) como pode ser comprovado no trecho a seguir: “Recibi duzentos e quarenta e oito mil rs. de minha mizada desde 1 de julho ate ultimo de Agosto corrente. Laranjeiras 1 de Agosto de 1862. Nicoláo Teixeira da C^a.”³⁷⁹

Alegando em uma petição de julho de 1862 que os “direitos hereditarios são iguaes e q um herd^{to} não deve levantar do cazal um quinhão maior, do q outro”³⁸⁰, o baiano Francisco Pereira Novaes, pai da outra herdeira, solicitou que sua filha, enquanto neta do negociante português, também deveria receber uma mesada até a conclusão da partilha. Segundo Francisco, Silvana Leocádia necessitava do subsídio para cobrir suas despesas fora da província Sergipana, já que a menina estudava no Colégio de Santa Isabel, na cidade de Salvador. Poucos dias depois, a menor foi atendida com uma diária de igual valor a de Nicolau. Além disso, seu pai e tutor recebeu o valor retroativo do mês de janeiro ao mês de julho de 1862, totalizando a cifra de setecentos e noventa e seis mil réis (796\$000). Este caso é bem ilustrativo para percebermos a preocupação com a manutenção da igualdade entre os herdeiros durante a partilha dos bens. Além disso, como os herdeiros eram menores, dificilmente os negócios de José Teixeira da Cunha continuariam.

Fazia parte do espólio de setenta e dois contos, setecentos e vinte cinco mil, e setenta e um réis (72:725\$071) deixado por José Teixeira da Cunha, bens móveis e imóveis existentes nas cidades de Aracaju e Laranjeiras. Considerando a classificação das fortunas em Salvador (1801-1889) feita por Katia Mattoso Queirós, a fortuna de José Teixeira da Cunha entraria na sexta classe, equiparando-se às grandes fortunas baianas (50:100 a 200:000)³⁸¹. Ao todo, as

³⁷⁹ Inventário de José Teixeira da Cunha, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2323, nº 222, p. 172.

³⁸⁰ Ibidem, pp. 173-174.

³⁸¹ MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia no século XIX: uma província no Império...* op. cit..., p. 608.

fortunas foram classificadas pela autora em oito categorias ou classes. A primeira classe correspondia às fortunas muito pequenas de até duzentos mil réis (200\$000), nas quais predominavam os bens de uso pessoal como roupas e móveis e raramente eram arrolados escravos. Já as pequenas fortunas, pertencentes à segunda categoria, abrangiam as faixas de duzentos e um mil réis (201\$000) a um conto de réis (1:000\$000).

Na terceira categoria estavam as fortunas médias, resultantes da diversificação dos bens que somavam entre um conto e cem mil réis (1:100\$000) e dois contos de réis (2:000\$000). Desse nível em diante os donos de casas térreas passavam a adquirir prestígio de verdadeiros proprietários. Os sobrados, imóveis de mais valor, estavam presentes nas fortunas da quarta classe, ou seja, entre os que tinham dois contos e cem mil réis (2:100\$000) e dez contos de réis (10:000\$000). Segundo Katia Mattoso, poderiam ser encontradas nos inventários dos possuidores dessas pequenas fortunas excesso de dívidas ou empréstimos concedidos. Na quinta categoria, concentravam-se as fortunas de maior vulto sustentadas pela posse de bens imóveis, apólices do Tesouro, depósitos bancários e dívidas ativas e passivas. Com exceção de José Teixeira da Cunha, a maioria das fortunas dos doze inventariados da Comarca de Aracaju enquadrava-se nesta categoria, com espólios entre dez contos e cem mil réis (10:100\$000) e cinquenta contos de réis (50:000\$000). E por fim, as três últimas classes representavam as fortunas grandes baixas, as fortunas grandes médias e as fortunas grandes.

Assim como em Aracaju, as grandes riquezas da cidade de Salvador eram de negociantes que tinham atividades diversificadas. Segundo Katia Mattoso, na capital baiana “quem tinha mais de 10:100 de réis em bens de todos os tipos era, tanto no início como no final do século, ‘rico’.”³⁸² Retirando-se o valor das custas, nove contos oitocentos e sessenta e nove mil, trezentos e dezessete réis (9:869\$317), ficou líquido partível o montante de sessenta e dois contos oitocentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e quatro réis (62:855\$754). Já a terça parte ficou em vinte contos novecentos e cinquenta e um mil, novecentos e dezoito réis (20:951\$918). Para os dois herdeiros, Nicolau e Silvana, ficou a quantia de quarenta e um contos, novecentos e três mil, oitocentos e trinta e seis réis (41:951\$836). Dessa maneira, a legítima a ser recebida em partes iguais por cada um deles foi de vinte contos, novecentos e cinquenta e um mil, novecentos e dezoito réis (20:951\$918)³⁸³.

³⁸² Ibidem, p. 615.

³⁸³ Inventário de José Teixeira da Cunha, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2323, nº 222, p. 239.

No seu quinhão, Nicolau Teixeira da Cunha herdou além das casas, terrenos, sobrados, materiais de construção, móveis, itens de uso pessoal do finado pai, como o fardamento de Capitão da Guarda Nacional da Reserva, avaliado em duzentos mil réis (200\$000)³⁸⁴. Com base nos dados, concluiu-se que o negociante José Teixeira da Cunha contraiu poucas dívidas e soube promover a ampliação do seu patrimônio a partir dos rendimentos dos imóveis que possuía e dos empréstimos tomados junto a ele, além das ações que já foram mencionadas.

Em testamento, José Teixeira da Cunha legou para a sua cunhada, Dona Maria dos Anjos e Souza, oito moradas de casa de taipa e telha, sendo três localizadas na Rua do Meio, duas na Rua do Cangaleixo, duas nos fundos destas e uma no Beco do Bitão, todas sitas na cidade de Laranjeiras. Além das casas, legou também as escravas Damiana e Zeferina, com a condição de que estas a serviriam até a morte e depois passariam as mãos dos herdeiros do testador e um oratório³⁸⁵ com seis imagens: a do Crucificado, a da Conceição, a de Santa Anna, a de São José e a de São Joaquim, todas com seus adornos de prata, e a de Santo Antônio sem adornos³⁸⁶. Em dinheiro, o negociante deixou para ela a quantia de cento e sessenta mil réis (160\$000). Até tomar posse desses bens, Maria dos Anjos solicitou o recebimento da quantia de quatro mil réis (4\$000) semanais desde a morte do cunhado, para que seu direito mantivesse-se garantido.

Os outros beneficiários na partilha foram os irmãos portugueses de José Teixeira da Cunha, o Hospital de Caridade de Laranjeiras e Nossa Senhora da Conceição. Além da posse de oratório com imagens e de quadros de vários santos, esta última verba testamentária atesta a forte religiosidade do inventariado, que deixou para essas entidades uma quantia bem generosa de quatro contos, quatrocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e seus réis (4:474\$486).³⁸⁷

As partilhas de bens também propiciaram a ocorrência de situações familiares interessantes entre os membros da elite. A priori, podemos citar dois casos representativos: a desigualdade da herança entre os herdeiros do capitão José Pinto da Cruz e os conflitos familiares decorrentes da composição do dote de Eufemia Pinheiro Guerra, por ocasião do seu

³⁸⁴ Ibidem, p. 257.

³⁸⁵ “Nas casas ricas havia os oratórios particulares. À noite, antes de se recolherem ao quarto, passavam ali alguns momentos, os membros da família. As velhas à frente. Depois a gente jovem. Os pretos, escravos domésticos, mais longe. Desfiavam-se os rosários enquanto velinhas de chamas trêmulas faziam mexer a cabeça dos santos. Esses oratórios eram ricos, muita vez. No comum apareciam mais simples: uma cômoda coberta com toalha branca, os santos de dentro de redomas. Sem bancos, sem cadeiras, sem degraus. Havia os ricos e bem cuidados, semelhando capelinhas.” (SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império...* op. cit., pp. 111-112).

³⁸⁶ Inventário de José Teixeira da Cunha, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2323, nº 222, p. 179.

³⁸⁷ Ibidem, p. 254.

enlace matrimonial com Joaquim Martins Fontes. Vamos debruçar-nos no primeiro caso, ocorrido no ano de 1876.

Como já foi assinalado no capítulo anterior, José Pinto da Cruz foi casado em primeiras núpcias com Maria José da Lapa. Por terem contraído matrimônio em regime de comunhão de bens, depois da morte da esposa, o funcionário público recebeu a quantia de cinco contos, novecentos e cinquenta e seis mil, trezentos e noventa e nove réis (5:956\$399) referente à meação, ou seja, a metade dos bens³⁸⁸. Quase uma década depois, José Pinto da Cruz morreu vítima de cranco e, como já foi dito, legou aos seus herdeiros o monte-mor de dezessete contos trezentos e vinte e três mil réis (17:323\$000), sendo que, após extraídas as dívidas, a vintena do testamenteiro e a terça, restou o monte partilhável de dez contos, quatrocentos e oitenta e um mil, quinhentos e cinquenta e um réis (10:481\$551). Depois das contestações, a cada um dos quatro herdeiros tocava a importância de dois contos, seiscentos e vinte mil, trezentos e oitenta e sete réis (2:620\$387).³⁸⁹

Porém, em seu testamento, ele deixou clara a preferência pelas duas filhas em detrimento dos outros, já que Anna Angélica da Lapa Pinto e Maria dos Prazeres do Nascimento cuidaram com desvelo do pai enfermo. O filho mais velho, Elisiário Prudêncio da Lapa Pinto, sentiu-se lesado com a preferência do pai, alegando através de José Agostinho do Nascimento, seu curador, que:

O finado Capitão José Pinto da Cruz, despendera quantia superior a dois contos de reis (2:000\$000) com o casamento de sua filha herdeira D. Maria dos Prazeres Nascimento, mulher do Ten.^e C^{el} José Carlos do Nascimento. Que elle, além do que também despendera em não pequena quantia com a herdeira sua filha D. Anna Angelica da Lapa Pinto, comprara em nome desta uma casa edificada na rua de Japarutuba. Decorre que em favor das duas herdeiras acima a terça conforme trata em seu testamento o que acha justo pelos bons serviços que lhe prestarão tanto em sua saúde como em sua doença. Que além de ter concertado o mesmo finado a sua custa uma casa que a seu filho menor Cicero Terencio da Lapa Pinto coubera na legitima materna, na antiga rua da Conceição e hoje de Japarutuba, cuja casa era então edificada de telha e taipa e acha-se hoje reconstruida com a frente de pedra e cal, assim como o oitão do lado do sul, dera-lhe mais antes de sua morte a q.^{ua} de quinhentos mil reis (500\$000), que se acha em poder de sua mana D. Anna Angelica, quantia q fôra dada com o fim de ser applicada com a continuação de seus estudos [...]³⁹⁰

Pelo que se vê, para justificar o apelo feito, Elisiário utilizou-se de informações que serviram para mostrar os benefícios recebidos pelos seus irmãos, como o dote significativo dado pelo casamento de Maria dos Prazeres com José Carlos do Nascimento. Argumentou também

³⁸⁸ Inventário de José Pinto da Cruz, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2328, nº 336, p. 259.

³⁸⁹ Ibidem, pp. 89-90.

¹¹⁶ Ibidem, pp. 77-81.

que no seu quinhão, Anna Angélica da Lapa Pinto herdou o imóvel mais valioso do pai, avaliado em seis contos de réis (6:000\$000). Além dos cuidados que dispendia com a saúde do genitor, Anna Angélica, foi sua companheira em muitos batizados realizados ao longo dos anos, como foi apresentado no capítulo II deste trabalho. No entanto, em testamento, José Pinto da Cruz declarou que na época do casamento de Maria dos Prazeres foi dada a quantia de um conto e vinte mil réis (1:200\$000) correspondente à sua legítima materna. Como dotar uma filha estava tornando-se uma prática cada vez menos frequente, “seus valores raramente ultrapassavam a legítima e os pais não necessitavam utilizar a terça para completar ou melhorar o dote da primeira filha, como ocorria anteriormente.”³⁹¹

Da mesma forma, segundo o capitão Elisiário Prudêncio, que na época morava na Província da Bahia, também recebeu igual valor.³⁹² Por ter nascido na cidade de São Cristóvão em 1839³⁹³ e ter ficado lá até boa parte da adolescência, Elisiário foi, nas palavras do curador, “o que menos proveito tirara dos recursos pecuniarios de seu pai.”³⁹⁴ Ao longo da sua estadia no Rio de Janeiro, entre os anos de 1860 e 1861, o filho mais velho, que já era funcionário público, solicitou diversas vezes auxílio financeiro a José Pinto da Cruz que prontamente o ajudou. Por desejo do pai, todas as dívidas contraídas por este filho junto a ele seriam descontadas em seu quinhão hereditário. Diante da situação, Elisiário mostrou-se inconformado, já que receberia um valor menor que o dos seus irmãos e, por isso, solicitou que os seus débitos fossem relevados:

A vista dessas ponderações me parece q o finado devera ter mais equidade, com o meu curatellado, q é cercado de familia e pobre, exigindo em seu testamento para se lhe digo se levar em conta da herança deste herdeiro similhante quantia quando dependêra com os outros seus filhos herdeiros, quantias superiores e por isso requeiro por julgar de justiça, para que apenas seja levada a conta de meu curatellado a quantia de quinhentos mil réis (500\$000) proveniente da letra que por elle pagara o finado seu pai, e de que esta tratara na citada declaração de seu testamento. Nestes termos o supplicante.³⁹⁵

Finalmente, durante a execução da partilha dos bens, ao invés de receber dois contos, seiscentos e vinte mil, trezentos e oitenta e sete réis (2:620\$387) da legítima paterna, Elisiário Prudêncio da Lapa Pinto herdou apenas um termo de salinas e suas benfeitorias na Jetimana, avaliado em trezentos mil réis (300\$000).³⁹⁶

³⁹¹ MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa...* op. cit., p. 48.

³⁹² Inventário de José Pinto da Cruz, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2328, nº 336, p. 23.

³⁹³ SANTOS, Fábio Alves dos. *Elite letrada e ofício docente no século XIX...* op. cit., p. 17.

³⁹⁴ Inventário de José Pinto da Cruz, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2328, nº 336, pp. 77-81.

³⁹⁵ Ibidem, pp. 77-81.

³⁹⁶ Ibidem, p. 93.

Por causa de problemas cardíacos, a baiana Eufemia Pinheiro Guerra, primeira esposa de José Moreira Guerra, faleceu em Aracaju no dia 19 de setembro de 1867 aos cinquenta anos, sendo sepultada no cemitério de Nossa Senhora da Conceição do Aracaju. Consta em seu registro de óbito: “foi involta em habito de seo uso, e encomendada solennemente por mim e mais quatro sacerdotes. Para constar faço este, que assigno. O Vigário José Luiz d’Azevêdo”³⁹⁷. O fato de Eufemia Pinheiro ter sido enterrada com hábito mostra que a roupa mortuária estava ligada diretamente à fortuna do defunto ou a de seus familiares.

No processo de inventário de Eufemia Pinheiro Guerra, houve um impasse entre sogro e genro que provavelmente abalou as relações familiares naquele momento. Tudo começou quando, em 31 de janeiro de 1868, Joaquim Martins Fontes entrou com uma petição para que se determinasse o dia e a hora do início do inventário dos bens da sogra, já que os bens do casal estavam em posse do viúvo José Moreira Guerra. Talvez o genro nutrisse uma certa desconfiança em relação às atitudes do sogro e, então, ele agiu para garantir a legítima materna da sua esposa, já que era o representante do casal.

Entre os bens deixados por Eufemia Pinheiro Guerra figuravam: prataria, joias, tachos de cobre, móveis de jacarandá e vinhático, piano, louças e vidros, escravos, gado e roça³⁹⁸. A finada devia, inclusive, quarenta mil réis (40\$000) a Thomaz Narciso Ferreira, personagem já analisado neste trabalho.³⁹⁹ O patrimônio da primeira esposa de José Moreira Guerra foi avaliado em dez contos, cento e oitenta e sete mil, quinhentos e oitenta réis (10:187\$580)⁴⁰⁰. A polêmica começou em fevereiro de 1868, quando Joaquim escreveu uma declaração pública a respeito da conduta do seu sogro:

E não é um grande pezar meo, que levanto a ponta do véo, que até hoje tem ocultado factos que o se teem dado no seio da familia os quaes deverião continuar ocultos, ou ignorados do publico á bem do prestigio de meo sogro e Coronel José Moreira Guerra e do de nossa familia; mas há momentos na vida Illustrissimo Snr Doutor Juiz Municipal, em que o homem não pode, ainda que para isso tenha de fazer um esforço quazi sobre natural, deixar de trazer a luz da publicidade, certos factos e acontecimentos, que a modestia, o dever, a honra mesmo da familia exigirão continuar nas trevas em que jazião involtos. Eu os vou por tanto patentias, mas com o coração transpassado de dor e obrigado pela necessidade e dever que tenho de não deixar passar por verdade um prejuizo á meos filhos. Sou pois forçado a impugnar a maior

³⁹⁷ Banco de Dados *Family Search*, Óbitos (1864-1872). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 460, p. 44.

³⁹⁸ Inventário de Eufemia Pinheiro Guerra, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, cx. 01/2083, nº 273, pp. 11-15.

³⁹⁹ Ibidem, p. 36.

⁴⁰⁰ Ibidem, p. 81.

parte das declarações por meo sogro feitas no presente inventario at.9, assim como á declarar bens que forão ocultados e que se não descreverão, como era dever do inventariante [...].⁴⁰¹

As afirmações de Joaquim Martins Fontes diziam respeito à ocultação de bens e ao dote que lhe foi conferido na ocasião do seu enlace matrimonial. Joaquim recebeu dos genitores da noiva o valor de um conto e quinhentos mil réis (1:500\$000) referente ao dote. Este era considerado um importante meio de sustento inicial para a família que iria formar-se, além de ser um adiantamento da herança de uma filha.

Foram recebidos pelo coerdeiro Joaquim Martins Fontes três escravos e objetos, como joias, prataria e um piano usado, que compuseram o enxoval da noiva. Joaquim reiterou que, apesar de o sogro lhe ter oferecido “objetos velhos”, não precisava deles e defendeu-se dizendo que: “quando me casei encontrei minha mulher uma caza mobiliada descentemente e com todo o necessario p^a seo serviço até o da cozinha.”⁴⁰²

Na partilha dos bens da falecida sogra, Joaquim levou metade do que recebeu à colação, setecentos e cinquenta mil réis (750\$000). Isso quer dizer que o valor referente ao dote seria adicionado ao espólio líquido antes da divisão entre os herdeiros. Pelo discurso de Joaquim, percebe-se que o dote já não tinha a mesma função dos séculos XVI e XVII, já que no século XIX o sustento da nova família passou a depender do trabalho do marido. A historiadora norte-americana Muriel Nazzari pontua que as “alterações no conteúdo dos dotes refletem a transformação da função da família, que de unidade de produção, passa a ser unidade de consumo”.⁴⁰³

Além disso, Joaquim Martins Fontes reclamou a dívida de oitocentos mil réis (800\$000) do casal referente à doação de um terreno feita pelo Barão de Maruim, padrinho de casamento da sua esposa. O sogro, ofendido com as declarações, respondeu que deu os objetos ao genro e que o Barão de Maruim não fez a doação e caso esta fosse comprovada, ele pagaria a dívida. Durante a réplica, o Capitão dos portos revelou ainda a sua contrariedade a respeito do casamento entre Joaquim Martins Fontes e Eufemia Guerra:

[...] porem o unico pezar q.~ me acompanha e q.~ sempre me [ilegível] a consciencia [ilegível] e de ter, contra minha vontade, consentido no casamento de minha filha com o coherdeiro, e q.~ annuí á instancias do Ec.^{mo} Barão de Maroim, mas ao publico

⁴⁰¹ Ibidem, pp. 23-24.

⁴⁰² Ibidem, p. 25.

⁴⁰³ NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 196.

sensato deixo a apreciação da importante pessoa de meo genro, e que nos julgue a ambos [...].⁴⁰⁴

Talvez a confissão de José Moreira Guerra tenha sido provocada pelo momento de desavença que vivia com o genro e, de fato, as fontes parecem confirmar a versão difundida por José Calasans e Sebrão Sobrinho. Segundo o primeiro intelectual, “Inácio Barbosa quiz também casar com a filha de José Moreira Guerra, capitão dos Portos, segundo me conta a professora Elvira Guerra Fontes, neta do aludido comandante”.⁴⁰⁵ Já Sobrinho insinuou que esta união foi “obra” do seu padrinho, o Barão de Maruim, pois casou o tenente com “a garotinha baianinha de nove anos, de quem, em ledão, doce engano, se afirma haver querido casar-se o dr. Barbosa, u’a maturidade, em aurora da velhice, a caminho da Morte!”.⁴⁰⁶ O “Dr. Barbosa” a que ele se refere é Inácio Joaquim Barbosa, presidente da província de Sergipe, que junto com o Barão de Maruim transferiu a capital de São Cristóvão para Aracaju.

Outro genro que não concordou com a partilha dos bens foi Alexandre Eusébio Fagundes Borges, casado com a filha de Luís Francisco das Chagas e Maria Custódia dos Anjos. Depois de partidos os quinhões referentes ao monte-mor de quarenta e sete contos, cento e oitenta mil réis (47:180\$000) deixado pela sogra, Alexandre Borges entrou com uma petição em 31 de agosto de 1889 destinada ao juiz de Órfãos:

Alexandre Euzebio Fagundes Borges, herdeiro de sua finada sogra Maria Custodia dos Anjos achando-se prejudicado na partilha feita ultimamente pelo inventariante seu sogro Luis Fran^{co} das Chagas visto ter elle deixado de incluir na mesma partilha os terrenos da rua de Pacatuba, os quaes confrontão com o sitio do peticionario pede a VS^a se digne mandar intimar o citado inventariante a fim de completar o mesmo inventario com os bens que foram deixados a margem talvez por mero esquecimento, correndo as necessarias despesas pelo monte mór. Neste sentido o Supp^e espera que VS^a se dignara a ordenar o que determina a lei, afim de que não seijão ditos terrenos considerados sobnegados.⁴⁰⁷

Então, na visão de Alexandre, o “esquecimento” do sogro estaria prejudicando os herdeiros e principalmente a ele, que enquanto representante dos interesses do casal, não havia recebido a herança de maneira igualitária por existirem bens que foram ocultados. Depois das notificações aos herdeiros, os terrenos das Ruas de Pacatuba e Aurora foram avaliados em (627\$000).⁴⁰⁸ Na primeira partilha, coube a cada herdeiro (5:796\$555) e depois de realizada a

⁴⁰⁴ Inventário de Eufemia Pinheiro Guerra, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, cx. 2083, nº 273, p. 25.

⁴⁰⁵ CALASANS, José. *Aracaju: contribuição à história da capital de Sergipe...* op. cit., p. 55.

⁴⁰⁶ SOBRINHO, Sebrão. *Laudas para a História de Aracaju...* op. cit., p. 267.

⁴⁰⁷ Inventário de Maria Custódia dos Anjos. AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2333, nº 451, p. 76.

⁴⁰⁸ Ibidem, p. 82.

sobrepertilha com os bens que faltavam, retirados os valores das custas e da meação de Luiz Francisco das Chagas, cada um herdou a quantia de (65\$937).⁴⁰⁹

3- Legados deixados a afilhados

Em alguns casos, os padrinhos ou madrinhas preocupavam-se em deixar um pecúlio material para os seus afilhados. Dos doze inventários pesquisados, apenas quatro vieram acompanhados de testamento, sendo difícil, portanto, identificar os legados deixados pelos padrinhos aos seus afilhados. Mesmo assim, duas ocorrências encontradas na documentação merecem destaque.

Já viúvo, José Teixeira passou os últimos momentos de vida em Laranjeiras na sua casa localizada à rua direita do comércio. Falecido⁴¹⁰ em 11 de novembro de 1861, deixou registrado no testamento que uma de suas últimas vontades era a doação da quantia de cinquenta mil réis (50\$000) para suas afilhadas e vinte cinco mil réis (25\$000) para os afilhados, desde que apresentassem antes da partilha dos bens, a certidão que comprovasse o apadrinhamento. Desse modo, o seu compadre Dionísio Pereira Rabello, visando à garantia do valor deixado para a sua filha Maria, entrou com uma petição destinada ao Juiz municipal de Órfãos em fevereiro de 1862:

Diz Dionizio Pereira Rabello, que tendo o finado Capitão José Teixeira da Cunha em uma das verbas de suas disposições testamentarias deixado a quantia de cincoenta mil réis a cada uma de suas afilhadas, que se mostrasse competentemente habilitada com certidão de Baptismo em cujo numero se acha Maria da Solidade Rabello Leite, filha legítima do Spp^e., como prova com a Certidão junta requer a VS^a que se sirva por seo respeitavel despacho mandar juntar aos autos de Inventario que se está procedendo p^a este juizo dos bens deixados pelo dito finado a fim de na partilha ser contemplada a dita sua filha nestes tr^o⁴¹¹

Como já foi dito anteriormente, a filha do capitão Dionísio Rabello foi batizada em Aracaju na Matriz de São Salvador, no ano de 1859. Algum tempo depois, em agosto de 1862, Francisco Pereira Novais, genro de José Teixeira da Cunha, também solicitou a parte da sua

⁴⁰⁹ Ibidem, p. 88.

⁴¹⁰ A respeito disso, constatou-se que as informações não convergem, pois Sebrão Sobrinho na obra *Laudas para a História de Aracaju* (1955), nos faz entender que o negociante voltou rico para Portugal e, no entanto, as fontes até aqui consultadas não fazem menção ao retorno José Teixeira da Cunha ao seu país de origem.

⁴¹¹ Inventário de José Teixeira da Cunha, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2323, nº 222, p. 202.

filha Silvana, que além de neta, foi batizada pelo capitão na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, província da Bahia:

Aos vinte oito de janeiro de mil oito centos e cincoenta e cinco baptisei solenimmente e pus os Santos Oleos a Silvana, branca, nascida a quatorze de Dezembro pp, filha legitima de Francisco Pereira Novaes, e D. Maria Teixeira da Cunha: forão padr.^{os} Jose Teixeira da Cunha, viúvo, d'esta Freg.^a, e pos a corôa de N. Snr Nicolão Teixeira da Cunha, soltr.^o da Freg.^a do Coração de [?] das Laranjeiras: do q' m^{dei} faser este assento, que assignei Conego Francisco Per.^a de Sousa, Vigr^o Coll^o.⁴¹²

Antônio José Martins, morador na cidade de Laranjeiras, também tratou de anexar aos autos do processo a certidão de batismo da sua filha Escolástica, de 12 anos de idade:

José Joaquim de Campos, Presbitero secular, e Parocho collado na Freguezia do Santissimo Coração de Jesus da Cidade de Laranjeiras, Provincia de Sergipe d'ElRey por S.M.P. e Constitucional [ilegível] Certifica que revendo um dos livros findos dos assentos de Baptisados desta Freguezia, nelle á f. 91 achei o de que faz menção a petição retro pelo theor seguinte = Aos dezesete dias do mez de Agosto do anno de mil oito centos e secenta, digo, oitocentos e cincoenta e um, nesta Matriz do Santissimo Coração de Jesus Baptizei solennemente a Escolastica, com idade de cinco mezes, filha legitima de Antonio Jozé Martins e de Maria Pastôra. Foi Padrinho Jozé Teixeira da Cunha. E para constar faço este assento. Nada mais se continha nem declarava em o dito assento, que fielmente copiei do proprio original, ao qual me reporto. Laranjeiras 28 de Novembro de 1861, O Vigr^o José Joaquim de Campos.⁴¹³

A informação a respeito desta verba testamentária do falecido capitão também foi divulgada na imprensa oficial, através de um anúncio publicado no *Correio Sergipense*:

Pelo Juizo de orphãos deste Termo se faz publico que tendo o Capitão José Teixeira da Cunha, deixado em seo testamento a quantia de cincoenta mil reis a cada uma de suas afilhadas, e vinte e cinco mil réis a cada um de seos afilhados, devem aquelles que se considerarem como taes, e quizerem receber este beneficio, apresentar-se a este Juizo no praso de tres dias contados de hoje munidos dos competentes títulos de habilitação. Aracajú 22 de Agosto de 1862. O Escrivão no empedimento do de Orphãos. Barnabé José do Couto.⁴¹⁴

Assim como os casos citados anteriormente, vários outros representantes de afilhados (as) do capitão apresentaram certidões que comprovaram o laço estabelecido na pia batismal. A partir dessas informações contidas no testamento de José Teixeira da Cunha, podemos identificar os lugares por onde ele passava e com quem mantinha relações.

Outro caso que merece ser destacado aqui, apesar de não se configurar em legado material, foi uma carta escrita em 17 de agosto de 1878 por Cícero Terêncio de Matos Pinto, filho do capitão José Pinto da Cruz. O destinatário daquela missiva era o seu Padrinho e

⁴¹² Ibidem, p. 229.

⁴¹³ Ibidem, pp. 198-199.

⁴¹⁴ Jornal Correio Sergipense, 28 de agosto de 1862, Edição nº 71, p. 4.

cunhado que não teve o nome revelado, mas ao que tudo indica se tratava de José Carlos do Nascimento. Naquele ano, o jovem de dezoito anos encontrava-se estudando na província baiana, pois pretendia ingressar no curso de Farmácia da Faculdade de Medicina da Bahia. Cícero deveria manter-se com o rendimento dos seus bens, mas, por causa de dificuldades financeiras, o “reconhecido afilhado e cunhado”⁴¹⁵ pediu ajuda ao seu pai espiritual. Num trecho da carta, Cícero Terêncio descreve qual era sua situação:

Padrinho, a minha despeza aqui é excessivam^{te} grande. Minha mesada mal chega para pagar casa, comida, ama, roupa lavada e gomada e quinse mil reis de aulas Estou sem botinas e sem chapas de sol; portanto Vm^{ce} tenha paciencia, pois ninguém sabe mais de minhas circunstances do que eu mesmo; porem são despesas estas indispensáveis; portanto ordene ao Snr’ Porto para dar-me o dinheiro necessario para isto. Espero, pois, que Vm^{ce} mandará a ordem ao Snr’ Porto, pelo primeiro vapor, pois que preciso d’isto já.⁴¹⁶

Infere-se, portanto, que, por causa do prestígio de José Carlos do Nascimento, o afilhado pede ao padrinho que interceda a seu favor dando “ordens” ao Dr. Porto. Ainda não conseguimos identificar qual era a relação existente entre eles. Apesar do pedido, o jovem demonstrou ter ligações próximas com a família através das suas saudações: “Recommende-me á Sinhá e aos meninos. [...] Neneu ficou satisfeita com a musica que foi pelo Semião?”⁴¹⁷

4- A cidade como espaço de legitimação de um *habitus* de classe

Consagrou-se na historiografia brasileira que a transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808 foi o estímulo necessário para o progresso econômico do país e para a entrada maciça de produtos estrangeiros na colônia, especialmente ingleses, os mais beneficiados com a abertura dos portos às nações estrangeiras amigas e com os tratados de 1810.⁴¹⁸ Segundo Caio Prado Júnior, depois de um longo período de crise na balança comercial brasileira, o saldo positivo do comércio exterior a partir dos anos 1860 permitiu o crescimento das importações e

⁴¹⁵ Inventário de José Pinto da Cruz, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2328, nº 336, p. 168.

⁴¹⁶ Ibidem.

⁴¹⁷ Ibidem, p. 169.

⁴¹⁸ Ver: FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1967; JÚNIOR, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994; SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil* (1500-1820). Brasília: Senado Federal, 2005; SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1983.

“uma ascensão sensível do padrão de vida da população – pelo menos de certas classes e regiões – [...]”.⁴¹⁹

Na segunda metade do século XIX, Aracaju ainda não era uma cidade tão comercial e urbanizada como as vilas florescentes de Laranjeiras, Estância, Maruim e Propriá. Apesar do “tímido” comércio, os membros da primeira elite aracajuana foram adotando, ao longo do período estudado, hábitos cada vez mais burgueses. Tais comportamentos e práticas estimulados pelo contato externo constituíam-se em elementos de distinção entre os habitantes da recém-criada capital. As novidades recebidas através dos vapores vinham, sobretudo, de países europeus como França e Inglaterra, que eram os modelos a serem seguidos pelos brasileiros de gosto mais refinado daquela época. Até mesmo durante a Guerra do Paraguai (1864-1870) a influência inglesa parecia incontestada, mas “pelas alturas de 1870, uma nova potência comercial e industrial se levanta, a neutralizar a ação britânica no Brasil: os Estados Unidos da América do Norte.”⁴²⁰ É um equívoco pensar que os aracajuanos letrados do período oitocentista fossem alheios ao que acontecia nas outras partes do Império e principalmente, na Europa.

Lidamos neste trabalho com agentes possuidores de *habitus* compatíveis, ou seja, estudamos pessoas que se aproximavam pelo gosto por artigos finos importados e pelo esmero na educação dos filhos, por exemplo. Para entender por que isso acontece, retomaremos um dos conceitos básicos da teoria do sociólogo Pierre Bourdieu: *habitus de classe*. Nos seus trabalhos, Bourdieu vai além da definição de classe social e concentra-se em mostrar que há uma relação entre a posição que as pessoas ocupam no espaço social e o seu estilo de vida. Assim, o *habitus de classe* é o princípio gerador e unificador das práticas, “uma forma incorporada da condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe”.⁴²¹ Em resumo, é no espaço social aracajuano que o *habitus* particulariza os grupos e classes, diferenciando-os entre si e coloca os agentes em relação com o mundo.

Além de constar na relação dos bens arrolados por membros da elite, objetos de luxo como joias de prata e ouro, roupas e móveis, encontram-se também dívidas passivas que “constituídas a partir de compras a negociantes de lojas, retalhistas, tornaram-se seguramente oriundas da compra desses objetos, alguns dispensáveis e descapitalizadores.”⁴²² Portanto, a

⁴¹⁹ JÚNIOR, Caio Prado. *História Econômica do Brasil...* op. cit., p. 168.

⁴²⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império...* op. cit., p. 158.

⁴²¹ BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento...* op. cit., p. 97.

⁴²² ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente...* op. cit., p. 166.

análise dos inventários nos permite conhecer aspectos da realidade econômica e social de Aracaju. A introdução desses valores burgueses está intimamente relacionada à vinculação dos mercados sergipanos aos centros internacionais a partir dos anos 1850. De maneira geral, a mudança nas estruturas permitirá que “se forme uma incipiente burguesia, que não ameaçará a liderança dos proprietários de terra, mas será capaz de alterar os níveis sociais e ser reconhecida pelas forças políticas.”⁴²³

Verificou-se durante esse período a presença e difusão dos valores de domesticidade e individualidade, que se refletiam na definição dos espaços da casa burguesa, tema já estudado por historiadores como Cristina Cancela. A partir dos inventários, percebeu-se que nas casas da elite, paulatinamente vão se identificando os lugares de convívio social utilizados pelos seus membros, como as salas de jantar, mobiliadas com grandes mesas de jacarandá e vinhático, e com um número considerável de cadeiras. Geralmente, a maioria do mobiliário dos inventariados estudados era confortável, uma vez que era composto por sofás, escrivaninhas, marquesas, baús, guarda-roupas, guarda-vestidos, camas francesas, cadeiras com encosto, lavatórios, bancas, obras de arte, lustres, castiçais, etc. Também faziam parte do conjunto dos bens, artigos elegantes de uso pessoal como espelhos de parede e espelhos de mesa.

No tocante às residências situadas no espaço urbano mais valorizado de Aracaju, encontramos informações sobre a caracterização das fachadas (comprimento, quantidade de portas e janelas), o tipo de material construtivo (pedra e cal, taipa), a existência de quintais e cômodos internos. O “conforto” proporcionado pelo tamanho das moradias está associado à posse de capital econômico e é um indicador da posição econômica de um indivíduo ou casal, vinculado a outras formas de capital. No inventário de Joanna de Mattos Pinto, executado em 1867 e anexado junto aos autos do inventário de José Pinto da Cruz, seu marido, consta que na casa do referido casal existia uma sala de visita mobiliada⁴²⁴, o que nos faz supor a existência de recepções de pessoas de igual prestígio e status social nessas residências localizadas no “coração” da cidade. José Pinto da Cruz possuía uma casa na Rua de Propriá avaliada em seis contos de réis (6:000\$000), mas apesar de ser uma propriedade bem valorizada, o que chama atenção é o fato dela ser assoalhada e de pedra e cal, evidenciando que houve uma evolução na estrutura das casas daqueles que possuíam mais recursos⁴²⁵.

⁴²³ Idem. p. 194.

⁴²⁴ Inventário de José Pinto da Cruz, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2328, nº 336, p. 199.

⁴²⁵ Ibidem, p. 45.

Em 1861, foi oferecido pelo Oficial da Marinha José Moreira Guerra em sua casa, na Rua do Geru, um jantar ao presidente da província Dr. Thomaz Alves Júnior. Cerca de 200 pessoas estiveram presentes na reunião que “esteve muito animada, e principiando às 4 horas da tarde terminou às nove horas da noite⁴²⁶. Participante da política local desde a época da transferência da capital de São Cristóvão para Aracaju, o capitão dos portos necessitava permanecer dentro do campo político e, para isso, deveria estabelecer e reforçar alianças. Na cozinha da casa, encontravam-se, além das diversas panelas, uma máquina de fazer azeite e outra de fazer café.⁴²⁷ Sem dúvida, objetos indicadores de opulência, como copos e garrafas de cristal e objetos de porcelana eram utilizados pela senhora nesses jantares requintados que contavam com a presença indivíduos ilustres.

Existiam nas casas de José Moreira Guerra e do Tenente Coronel José Carlos do Nascimento, pianos já usados. Este instrumento apresentava-se “como objeto de desejo dos lares patriarcais, porque comprando um piano, as famílias introduziam um móvel aristocrático no meio de um mobiliário doméstico incharacterístico [...]”⁴²⁸ Assim, além de determinar a classe que os membros dessas famílias faziam parte, estes objetos ostentatórios serviam também como elementos distintivos no mundo social. Foi através das páginas do *Correio Sergipense* que se teve notícia da passagem de retratistas pela cidade nos idos de 1861: “Na rua do Barão, ao lado de cima da Igreja, casa de propriedade de Mm^e. Jozefina, se tira retratos por diversos sistemas, somente até o dia 3 de Novembro.”⁴²⁹

O Cônego Agostinho Rodrigues Braga, falecido em 1873, construiu em terrenos próprios uma casa na Rua de São Cristóvão que na fachada tinha uma porta e duas janelas, e que internamente apresentava sala de jantar, três quartos, cozinha, além do quintal e uma fonte de água para o consumo.⁴³⁰ Na mesma rua, existia a casa de taipa e telha em que morava José Narbone, composta por três portas, três janelas, além de duas cozinhas de telha que poderiam ser encontradas nos fundos da casa. Uma parte deste imóvel foi avaliado em dois contos e cem mil réis (2:000\$100) e serviu para pagar algumas dívidas passivas do negociante.⁴³¹ A medida em que a cidade transformava-se, começaram a surgir novos espaços de convivência e

⁴²⁶ Jornal Correio Sergipense, 02 de abril de 1861, Edição nº 26, p. 4.

⁴²⁷ Inventário de Eufemia Pinheiro Guerra, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, cx. 2083, nº 273, p. 27.

⁴²⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.) *História da Vida Privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 47.

⁴²⁹ Jornal Correio Sergipense, 30 de outubro de 1861, Edição nº 86, p. 4.

⁴³⁰ Inventário de Agostinho Rodrigues Braga, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, cx. 2083, nº 310, p. 18.

⁴³¹ Inventário de José Narbone, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2329, nº 346, p. 135.

sociabilidade. Nessa época já atuava na capital o teatro particular São Salvador, que com certeza atraía pessoas da elite tanto para os espetáculos quanto para serem sócios auxiliares.⁴³²

Após os anos 1870, a jovem Aracaju “vivenciou graças à iniciativa particular uma febre de construções”⁴³³, que paulatinamente começaram a apresentar novas divisões internas. Essas moradas de diversos tamanhos e cômodos conferiam certo prestígio ao seu dono. Por exemplo, na Rua São Cristóvão localizava-se a casa térrea do casal de proprietários Thomaz Narciso Ferreira e Henriqueta Carolina Ferreira, que em 1886 foi descrita com a seguinte estrutura: frente de pedra e cal, um portão, quatro janelas e um sótão⁴³⁴. Até então, não haviam aparecido nos inventários estudados outras construções que possuísem esse mesmo tipo de cômodo. Em Salvador, no Recife e no Rio de Janeiro, “alugava-se o sobrado, a casa térrea, o primeiro ou o segundo pavimento ou mesmo o sótão para famílias inteiras [...]”⁴³⁵, opção que até o momento se desconhece a existência em Aracaju nessa época.

Muitos gêneros que passaram a entrar nas casas da elite de Aracaju eram provenientes da Bahia. Grosso modo, os negociantes que atuavam em terras sergipanas adquiriam estes produtos com credores da província vizinha, a Bahia. A importação sergipana era considerável. De acordo com Maria da Glória:

As mercadorias chegavam à Sergipe pela navegação de cabotagem, depois de passar por mercados nacionais, particularmente o baiano. A importação direta nunca chegou a se desenvolver. Vindos de passagem por outros portos brasileiros, os gêneros estrangeiros passaram a ser vendidos a retalho, caríssimos e de qualidade inferior.⁴³⁶

Uma das soluções pensadas na época, para diminuir a ligação com a Bahia, foi o estabelecimento de relações comerciais diretas com o estrangeiro, mas acabou sendo uma tentativa frustrada, pois em terras sergipanas havia um mercado consumidor bem limitado. Pela chamada importação estrangeira de cabotagem, chegavam à província sergipana vários tipos de alimentos e bebidas, máquinas, tecidos e perfumes. De certa maneira, “a província nunca satisfizera as suas necessidades alimentares e passará a acrescentá-las quando desenvolver hábitos requintados. Nas mesas dos senhores mais abastados não faltarão queijo suíço, passas, cerveja, chá, biscoitos e manteiga.”⁴³⁷ De certo, muitos desses produtos chegavam a Aracaju e

⁴³² Jornal do Aracaju, 29 de janeiro de 1873, Edição nº 347, p. 4.

⁴³³ SANTOS, Maria Nely. *Aracaju: um olhar sobre sua evolução...* op. cit., p. 24.

⁴³⁴ Inventário de Thomaz Narciso Ferreira (Vice-Cônsul), AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2334, nº 447, p. 14.

⁴³⁵ ARAGÃO, Solange de. Fontes documentais para o estudo da casa brasileira do século XIX. *Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*. 2010, p. 89.

⁴³⁶ ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente...* op. cit., p. 154.

⁴³⁷ Idem. p. 161.

eram postos à venda nas padarias e armazéns de secos e molhados das Ruas da Aurora e de São Cristóvão. Assim, em oposição às compras realizadas nas feiras, locais destinados aos pobres, “os ricos satisfaziam as exigências gustativas comprando nos armazéns atacadistas e varejistas.”⁴³⁸

Ao investigar as transformações urbanas da cidade de São Paulo na segunda metade do século XIX, Maria Luiza Ferreira de Oliveira observou que os armazéns ou casas de secos e molhados marcaram a paisagem paulistana a partir dos anos 1870. Similarmente ao que aconteceu em São Paulo, é bem provável que em Aracaju os armazéns também fossem “espaços em que a esfera do público e do privado se misturavam: locais de trabalho e de residência das famílias ao mesmo tempo que apropriados pelo público. Ali as pessoas passavam, paravam para conversar, bebiam algo, procuravam dinheiro, encomendavam a compra e ficavam sabendo de histórias.”⁴³⁹

Somente no mês de março de 1873, ano em que se iniciaram os trabalhos do Legislativo Municipal na cidade de Aracaju, o Cônego Agostinho Rodrigues Braga comprou ao seu compadre e negociante Francisco Xavier Bastos Coelho, dono do armazém de secos e molhados “Estrela”, uma caixa de charutos, passas, garrafas de vinho do Porto e Figueira, que juntos custaram cinco mil, quinhentos e vinte réis (5\$520)⁴⁴⁰. O hábito de fumar charutos revela-nos aspectos do comportamento do Cônego, pois este apresentava um costume que se generalizou entre a elite no Brasil Império. Desde o ano de 1862, já se verificava em Aracaju a venda de charutos vindos da Bahia por comerciantes como José Carlos do Nascimento⁴⁴¹ e Conrado Carneiro de Menezes.⁴⁴² Hábitos como estes também eram adotados por José Moreira Guerra, que comprou em meados dos anos 1870, para o consumo familiar, mercadorias como vinho do porto, bacalhau, manteiga inglesa em lata, açúcar refinado, azeite⁴⁴³, queijo flamengo, passas, café e azeitonas.⁴⁴⁴ Figurava ainda nessa lista velas de espermacete e latas de gás, que talvez fossem utilizadas na iluminação da casa através dos candeieiros.

Situação semelhante à encontrada por Zélia Cardoso de Mello em São Paulo na segunda metade do século XIX, verificou-se em Aracaju no mesmo período que era a prática comum do

⁴³⁸ SANTOS, Maria Nely. *Aracaju: um olhar sobre sua evolução...* op. cit., p. 26.

⁴³⁹ SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila (orgs.) *O Brasil Imperial*, volume III: 1870-1889... op. cit., p. 187.

⁴⁴⁰ Inventário de Agostinho Rodrigues Braga, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, cx. 2083, nº 310, p. 80.

⁴⁴¹ Jornal Correio Sergipense, 05 de março de 1862, Edição nº 18, p. 4.

⁴⁴² Jornal Correio Sergipense, 05 de abril de 1862, Edição nº 29, p. 4.

⁴⁴³ Inventário de José Moreira Guerra (Capitão de Mar e Guerra), AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2329, nº 360, p. 40.

⁴⁴⁴ Ibidem, p. 45.

“fiado” e “venda por contas” nas casas comerciais. A respeito da sua pesquisa, Zélia Mello indicou que “em muitos processos encontramos indícios de tais práticas: juntava-se a estes, no final, para verificação das despesas incorridas pelo inventariante durante o tempo do processo, a relação das compras feitas em determinados estabelecimentos, que deveriam ser pagas pela herança.”⁴⁴⁵ Dessa maneira, esses documentos que eram incluídos nos autos do processo, são fontes que podem contribuir para o estudo dos gostos e hábitos da elite aracajuana.

Cada vez mais, estavam disponíveis às mãos dos compradores objetos valiosos destinados aos consumidores mais ricos. Nos anos 1860, Eufemia Pinheiro Guerra, a primeira consorte do Coronel José Moreira Guerra, portava pulseiras e brincos de ouro e prata. Inclusive, durante a ocorrência de um conflito familiar já mencionado neste capítulo, Joaquim Martins Fontes, genro de Eufemia Pinheiro, revelou que a sogra havia trocado com um joalheiro da Bahia que estava de passagem por Aracaju, suas argolas de diamante por pulseiras e trancelim, um cordão fino de ouro.⁴⁴⁶ Já José Moreira Guerra fazia uso há muitos anos de um relógio de algibeira com cadeia de ouro. O chamado “cebolão” era “vendido por ambulantes em todos os cantos do Império, trazendo a hora certa ao Brasil oitocentista.”⁴⁴⁷ Outro homem abastado que viveu em Aracaju até 1876 foi o negociante José Narbone, dono de dois relógios, sendo um de ouro e de fabricação inglesa e um segundo de prata.⁴⁴⁸ Os “cebolões” não eram unanimidade, pois um relógio de parede também poderia ser encontrado na casa do capitão José Pinto da Cruz.

Ao analisar o modo de vestir dos aracajuanos da elite, percebemos como a “roupa expressa nossa personalidade e atitude, mas ainda nos insere num grupo que, provavelmente, terá os mesmos anseios que nós teremos.”⁴⁴⁹ O negociante José Teixeira da Cunha, que viveu nos meados do século, utilizava acessórios típicos da vestimenta masculina, como bengala e abotoaduras que deveriam ser colocadas nas camisas e chapéu.⁴⁵⁰ No auge da juventude, Cícero Terêncio de Matos Pinto, filho de José Pinto da Cruz, vestia-se em 1878 de acordo com o padrão para a época: calça, sobrecasaca e colete.⁴⁵¹ Já o capitão dos Portos José Moreira Guerra

⁴⁴⁵ MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da Riqueza...* op. cit., p. 81.

⁴⁴⁶ Inventário de Eufemia Pinheiro Guerra, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, cx. 2083, nº 273, p. 26.

⁴⁴⁷ ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.) *História da Vida Privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional... op. cit., p. 38.

⁴⁴⁸ Inventário de José Narbone, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2329, nº 346, p. 59.

⁴⁴⁹ PUELLES, Alice A. L. *O vestuário e seus acessórios em São Paulo em meados do século XIX: uma construção de vocabulário para compreender indumentária*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da USP, 2014, p. 9.

⁴⁵⁰ Inventário de José Teixeira da Cunha, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2323, nº 222, pp. 101-102.

⁴⁵¹ Inventário de José Pinto da Cruz, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2328, nº 336, p. 165.

costumava comprar tecidos como chita e brim, possivelmente para fazer calças, além dos lenços e sapatos de trança.⁴⁵²

Décadas depois, em 1884, dentre as compras do vice-cônsul de Portugal Thomaz Narciso Ferreira feitas na loja 24 de junho, localizada na Rua da Aurora, constavam casimira inglesa, provavelmente para fazer casacos, alpaca⁴⁵³ preta, camisas americanas por encomenda, gravata, botinas de veludo para menino e luvas. Também faziam parte da lista, objetos como ferro a vapor, tintas, papel, envelopes, cabos, cadernos de papel, etc.⁴⁵⁴ Talvez pela atividade que desempenhava, Thomaz Narciso precisasse gastar com artigos de papelaria, o que não se verificou na relação dos produtos comprados em 1887 por Luiz Francisco das Chagas a Antonio José da Silva Cardoso. Em tal lista encontram-se peças de vestuário e acessórios como chapéu de feltro para rapaz, baeta, gravatas, lenço, meias, calça de algodão americano, xales de merinó, tecidos como brim, sapatos de trança, dentre outros⁴⁵⁵.

As famílias da classe média urbana de Aracaju também buscavam investir em formas institucionalizadas de capital cultural, como a aquisição de diplomas escolares, a título de exemplo. Por isso, é importante frisar que a família “tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais.”⁴⁵⁶ A importância da instrução era, por sua vez, o reflexo desse novo *habitus* social que passou a ser adotado pela elite aracajuana. Dessa forma, os diplomas emitidos pelas instituições escolares, é um dos modelos de distinção apontados por Pierre Bourdieu. Os dois filhos do capitão José Pinto da Cruz saíram da província sergipana em busca de uma melhor formação. O primeiro, Elisiário Prudêncio da Lapa Pinto, partiu cedo para a Corte e lá se tornou funcionário público. Já o mais novo, Cícero Terêncio Pinto, começou seus estudos na Bahia no ano de 1878 e, para manter-se na província vizinha, recebia uma mesada de cinquenta mil réis mensais (50\$000) do seu tutor⁴⁵⁷. No ano seguinte, Cícero preparou-se para começar o Curso de Farmácia na Faculdade de Medicina da Bahia.

⁴⁵² Inventário de José Moreira Guerra (Capitão de Mar e Guerra), AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2329, nº 360, pp. 45-48

⁴⁵³ “Tecido feito da lã da alpaca, um ruminante da América do Sul. Muito utilizado na confecção de paletós.” (PUELLES, Alice A. L. *O vestuário e seus acessórios em São Paulo em meados do século XIX...* op. cit., p. 52)

⁴⁵⁴ Inventário de Thomaz Narciso Ferreira (Vice-Cônsul), AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2334, nº 447, p. 113.

⁴⁵⁵ Inventário de Maria Custódia dos Anjos, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2333, nº 451, p. 34.

⁴⁵⁶ CATANI, Afrânio Mendes [et al]. (Orgs.) *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 106.

⁴⁵⁷ Inventário de José Pinto da Cruz, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2328, nº 336, p. 167.

Na tese “*Elite letrada e ofício docente em Sergipe no século XIX*”, defendida em 2013, Fábio Alves dos Santos analisou as trajetórias percorridas por professores sergipanos citados no Dicionário Biobibliográfico de Armindo Guaraná e, dentre eles, citou traços importantes da vida do intelectual Filinto Elísio do Nascimento, filho do tenente coronel José Carlos do Nascimento e Maria dos Prazeres do Nascimento. Filinto Elísio iniciou seus estudos em Aracaju onde frequentou o Atheneu Sergipense e “possivelmente em busca de uma melhor colocação na concorrida economia intelectual da época, sua família o transferiu para o Rio de Janeiro.”⁴⁵⁸ Fábio Alves ressalta que as trajetórias de intelectuais como Filinto Elísio e tantos outros são exemplos de que o diploma em Direito não era condição única para fazer parte de um conjunto distinto de pessoas. Como já foi dito, até ingressar na burocracia, Filinto exerceu a profissão de professor particular.

Mesmo com pouquíssimos recursos, após a morte do marido Joaquim Martins Fontes, Eufemia Guerra Fontes assinou o termo de tutoria dos seus filhos órfãos em 29 de outubro de 1878. O que se esperava de Eufemia, em relação aos menores, era que ela “administrasse exatamente os seus bens, cuidasse excrupulosamente de suas educações, defendendo suas pessoas e bens, tanto em juízo, como fóra d’elle” [...] ⁴⁵⁹ E assim ela fez, principalmente investindo na educação dos filhos menores. Sua filha Elvira Honorina Guerra Fontes tornou-se professora e já no período republicano, além de dar aulas na capital e no interior, integrou na qualidade de vice-presidente a Liga Sergipense contra o Analfabetismo.⁴⁶⁰ Genésio Guerra Fontes tornou-se funcionário público e Cinésio Guerra Fontes ingressou, antes de morrer, no batalhão de linha da capital. Os filhos mais novos, Manoel e José, iniciaram seus estudos no Atheneu Sergipense. Além do Atheneu, nos anos 1880, atuava na capital o Colégio de Nossa Senhora da Conceição, encarregado de instruir e educar meninas.⁴⁶¹

Em resumo, constatou-se que dentre os membros que estudamos da primeira elite aracajuana, os negociantes eram os que detinham as fortunas mais consideráveis. A variedade de profissões ocupadas ao longo da trajetória dos inventariados mostrou-nos que para estabelecer-se na nova capital era preciso diversificar os investimentos e não apenas sobreviver com o soldo de funcionário público ou contar com os honorários de advogado. É por isso que, na maioria dos casos estudados, a atividade comercial fez-se presente em alguma fase da vida

⁴⁵⁸ SANTOS, Fábio Alves dos. *Elite letrada e ofício docente no século XIX*... op. cit., p. 88.

⁴⁵⁹ Inventário de Joaquim Martins Fontes, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 22/2329, nº 361, p. 20.

⁴⁶⁰ Cadastro Comercial, Industrial e Agrícola: Informativo do Estado de Sergipe. Edição nº 01, 1933, p. 441.

⁴⁶¹ Jornal Gazeta do Aracaju, 4 de dezembro de 1880, Edição nº 77, p. 3.

desses indivíduos, indicativo também da mudança de valores e da adoção de novos costumes durante o Segundo Império.

Em estudo já mencionado, Sharyse Piroupo do Amaral concluiu que os inventariados mais ricos da província não moravam em Aracaju, mas esta foi a localidade que “apresentou a melhor distribuição de renda, pois das duas faixas mais pobres detinham 11,5% da riqueza, contra 2,7% em Laranjeiras e 4,7% em Maruim.”⁴⁶² Em suma, verificamos que os níveis de riqueza dos doze indivíduos estudados eram variados e que as maiores fortunas estavam nas mãos dos negociantes que atuaram na capital durante as suas primeiras décadas de existência.

Apresentamos ao longo do capítulo as principais atividades econômicas exercidas pelos inventariados e os bens que constituíam suas fortunas. Na sequência, analisou-se como foi feita a divisão dos bens de José Teixeira da Cunha, o mais rico do grupo estudado, e os conflitos familiares que aconteceram durante as partilhas de bens. Essas tensões demonstraram que os agentes sociais e suas famílias estavam em processo de esgotamento da riqueza, principalmente por causa dos pequenos espólios deixados pelos chefes dos domicílios e pelo fracionamento do monte-mór entre vários herdeiros. E finalmente, tomamos a nova capital como espaço onde se desenvolveu um estilo de vida influenciado pelos valores burgueses que entraram na cidade através do contato externo.

⁴⁶² AMARAL, Sharyse Piroupo. *Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe...* op. cit., p. 57.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as principais transformações sofridas pela província de Sergipe na segunda metade do século XIX, podemos destacar a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, realizada durante o governo de Inácio Joaquim Barbosa. A transferência provocou um deslocamento populacional que resultou no aumento do número de habitantes da capital, provenientes do interior da província, de outras províncias do Império e até de outros países. A partir daí, constatamos que os indivíduos estudados não vieram em sua maioria da Zona da Cotinguiba como se pressupôs no começo da pesquisa. Por falta de informações, não foi possível determinar todos os troncos familiares a que pertenciam os inventariados. É importante pontuar que no século XIX, predominou na economia da província o cultivo da cana-de-açúcar e, particularmente, na década de 1860 houve um crescimento considerável da atividade algodoeira graças aos estímulos externos, como a Guerra Civil Americana. Apesar da expansão econômica, nesse quesito, Sergipe continuava dependente da província da Bahia.

Entre os anos de 1855-1889, a nova capital, que nos primeiros anos de fundação sofreu com a grave epidemia de *Cholera Morbus*, passou por um processo de urbanização que envolveu a construção de casas e de prédios públicos, a alteração do traçado de ruas e avenidas, além da ampliação da estrutura dos serviços. Acompanharam a transferência da máquina administrativa para Aracaju os funcionários públicos, que à revelia ou não, instalaram-se na cidade a partir das facilidades dadas pelo governo provincial. Vieram os profissionais liberais e os negociantes, indivíduos abastados que no princípio tomaram a iniciativa de pedir aforamentos de terrenos e construir diversas casas em Aracaju. Paulatinamente, os integrantes das melhores famílias da província também trataram de erguer e adquirir seus imóveis no quadrado de Pirro, a região mais nobre da cidade.

Por causa do porto, Aracaju tornou-se um centro urbano para onde convergiam os principais produtos agrícolas de exportação da província e, atrelado a isso, o comércio na capital começou a se desenvolver de maneira mais dinâmica depois da integração de Sergipe aos mercados internacionais na década de 1850. Como se pôde demonstrar no mapa ao final do Capítulo I, aos poucos, as ruas da cidade começaram a receber além das residências particulares, lojas de comércio, hotéis e escritórios.

Junto às transformações ocorridas nos âmbitos político e econômico, veio a construção da primeira casa de oração durante os primórdios da capital e, posteriormente, a criação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Aracaju. Tais mudanças refletiram nas relações familiares e na constituição da nova elite da capital, inclusive na diversidade de origem dos migrantes nacionais e estrangeiros que chegaram à nova Freguesia. Foi nesse espaço social que estas pessoas passaram a conviver e aproximar-se, possibilitando a formação de uma rede de sociabilidade que já foi descrita durante o Capítulo II do trabalho. Dessa maneira, pudemos compreender como as trajetórias individuais e familiares entrecruzaram-se através dos batismos e matrimônios, sacramentos da Igreja Católica que serviam para a preservação de fortunas e de *status*.

Desvendar quais eram as estratégias sociais e econômicas dos agentes da primeira elite de Aracaju para manter-se na posição social que ocupavam foi uma das propostas deste trabalho. Sendo assim, descobrimos que se fizeram presentes arranjos familiares diferentes entre homens e mulheres que chegavam a Aracaju, comprovando aquilo que os estudos recentes sobre família vêm constatando: existiam outros modelos de família além do patriarcal nas diversas regiões do Brasil. No que diz respeito à capital, é só observarmos os casos do viúvo José Narbone, que viveu em concubinato com Felipa Josefa da Conceição, do advogado Manoel Pereira Guimarães que teve dois filhos legitimados sem contrair matrimônio com Rachel Ester Narbone e do negociante José Rodrigues Bastos Coelho, irmão de Francisco Xavier Bastos Coelho, que se relacionou e teve um filho com uma mulher liberta.

Contribuiu para o entendimento dessa complexidade das relações, o cruzamento da documentação judicial com as fontes paroquiais, porque se utilizarmos isoladamente os inventários e testamentos ou os registros de batismo, encontraremos informações incompletas, que podem acabar empobrecendo a análise e incorrer no risco de tornar estática a população que se pretende estudar. Além da flexibilidade verificada nas práticas conjugais, concluímos também que o sustento dos núcleos familiares dependia, quase que exclusivamente, do cargo que o chefe da família ocupava no funcionalismo público, como vimos nas trajetórias de José Moreira Guerra e Joaquim Martins Fontes.

Os registros mostraram que, embora fossem eleitos com frequência padrinhos que ocupavam posição igual ou superior à dos pais, foi importante perceber que alguns membros da elite não restringiram suas relações de compadrio aos agentes que possuíam o mesmo *habitus*, uma vez que aceitaram batizar filhos de pais que não pertenciam ao seu grupo social de origem. Esta era uma importante estratégia principalmente para aqueles inventariados que

circulavam no campo político, como o cônego Agostinho Rodrigues Braga e o já citado Manoel Pereira Guimarães. Neste cenário, ter uma vasta clientela obediente e fiel ao compromisso estabelecido na pia batismal, poderia ser muito útil na época das eleições.

Revelamos também no Capítulo III, as estratégias econômicas dos agentes para aumentar as fortunas individuais e, conseqüentemente, das famílias. Uma delas foi a aposta na diversificação dos investimentos, como a compra ou construção de imóveis, os quais estavam presentes em quase todos os espólios analisados. Quem apresentava muitas propriedades imobiliárias acabava usufruindo dos rendimentos provenientes deste patrimônio. Porém, com relação ao preço dos imóveis indicamos a existência de duas fases distintas: na primeira, entre 1855-1870, o preço dos imóveis só aumentava e como consequência o dos aluguéis também, talvez pelo pequeno número de opções e na segunda, entre 1870-1880, os preços dos aluguéis foram diminuindo, fazendo com que este deixasse de ser um rendimento muito lucrativo. Os inventários feitos neste último período comprovaram que os indivíduos estavam desfazendo-se da maioria dos seus imóveis. Mais uma vez, sem a justaposição dos inventários com as matérias de jornais referentes ao pagamento da décima urbana, não seria possível chegar a essa conclusão.

Da mesma forma, alguns inventariados mais abastados aplicaram dinheiro em Associações Comerciais. Apesar de serem proprietários de imóveis na nova capital, alguns indivíduos não se desvincularam de suas propriedades rurais localizadas no entorno da cidade. Possivelmente completavam a subsistência da família com os rendimentos que os sítios e as salinas proporcionavam-lhes. Investiram também na aquisição de capital cultural, ou seja, na formação profissional dos filhos, porque a educação acabou tornando-se um elemento de distinção entre os que faziam parte desta primeira elite.

Procurou-se demonstrar, através de alguns casos, a preocupação com a igualdade entre os herdeiros e as tensões familiares ocorridas durante as partilhas dos bens, os legados deixados pelos padrinhos aos seus afilhados e no final tentamos resgatar, ainda, um pouco do *habitus* compartilhado pelas pessoas desse segmento social, no que diz respeito às práticas distintivas como os hábitos alimentares, o vestuário e as moradias. Isso significa que a primeira elite de Aracaju cultivou costumes burgueses e que estava conectada com o que acontecia na Província de Sergipe e fora dela.

No entanto, os dois anos de mestrado não foram suficientes para responder algumas questões que ficaram pendentes: será que podemos continuar chamando este grupo de “nova

elite” ou à medida que forem analisadas outras trajetórias, passaremos a denominá-lo de classe média urbana? Se esmiuçarmos todos os inventários, conseguiremos identificar quais foram as pessoas mais ricas da Comarca de Aracaju na segunda metade do século XIX? E, além disso, quais foram os principais elementos que compuseram as fortunas dos aracajuanos entre 1855 e 1889? Só um futuro estudo poderá esclarecer melhor essas interrogações e levantar novas possibilidades de pesquisa.

FONTES

Banco de dados

Family Search

Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe.

Banco de dados *Family Search*. Batismos (1871-1874). Livro 2. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe.

Banco de dados *Family Search*, Batismos (1872-1877). Livro 4. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe.

Banco de dados *Family Search*, Batismos (1880-1883). Livro 6. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe.

Banco de dados *Family Search*, Casamentos (1860-1865). Livro 1. São Salvador. Aracaju, Sergipe.

Banco de dados *Family Search*, Casamentos (1864-1883). Livro 2. São Salvador. Aracaju, Sergipe.

Banco de dados *Family Search*, Óbitos (1844-1877). Itens 3-4. Santíssimo Sacramento do Paço. Salvador, Bahia.

Banco de dados *Family Search*. Óbitos (1864-1872). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe.

Banco de dados *Family Search*. Óbitos (1872-1874). Livro 2. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe.

Banco de dados *Family Search*, Óbitos (1874-1877). Livro 3. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe.

Banco de dados *Family Search*, Óbitos (1877-1879). Livro 4. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe.

Banco de dados *Family Search*. Óbitos (1879-1886). Livro 5. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe.

Banco de dados, *Family Search*, Óbitos (1882-1887). Livro 7. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe.

Banco de dados *Family Search*, Óbitos (1885-1889). Livro 1. São João Batista. Niterói, Rio de Janeiro.

Presidência da Província:

BARBOZA, Inácio Joaquim. Relatório com que foi aberta a sessão ordinária no dia 1º de março de 1855. Sergipe: Typografia Provincial, 1855. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1050/>>

BENEVIDES, Salvador Correia de Sá e. Relatório com que foi aberta a 1ª sessão da undécima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe. Bahia: Typ. Carlos Poggetti, 1856. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1051/>>

BROTERO, João Dabney d'Avellar. Relatório com que foi aberta a 1ª sessão da duodécima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe. Bahia: Typografia de A. Olavo de França Guerra, 1858. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1053/>>

GALVÃO, Manuel da Cunha. Relatório com que foi aberta a 2ª sessão da duodécima legislatura da Assembleia Legislativa de Sergipe. Bahia: Typografia de Carlos Poggetti, 1859. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1054/>>

JUNIOR, Thomaz Alves. Relatório apresentado a Assembleia Provincial de Sergipe. Sergipe: Typ. Provincial de Sergipe, 1861. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1058/>>

Arquivo Público do Estado de Sergipe

BR SEAPES EFD, Vol. 25, Documento 4106.

BR SEAPES TE3. Relação de Votantes de Aracaju, Volume 34, 1868.

Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe

Inventários post-mortem

Inventário de Agostinho Rodrigues Braga, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, cx. 2083, nº 310.

Inventário de Eufemia Pinheiro Guerra, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 1º Ofício, cx. 2083, nº 273.

Inventário de Joaquim Martins Fontes (Capitão Major), AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2324, nº 249.

Inventário de José Carlos do Nascimento, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2333, nº 423.

Inventário de José Moreira Guerra (Capitão de Mar e Guerra), AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2329, nº 360.

Inventário de José Narbone, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2329, nº 346.

Inventário de José Teixeira da Cunha, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2323, nº 222.

Inventário de José Pinto da Cruz, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2328, nº 336.

Inventário de Manoel Pereira Guimarães, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2331, nº 379.

Inventário de Maria Custódia dos Anjos, AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2333, nº 451.

Inventário de Thomaz Narciso Ferreira (Vice-Cônsul), AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2334, nº 447.

Processos judiciais

AJU/C. 1º OF. Ação de Despejo. Cx. 01/2018.

AJU/C. 1º OF. Embargo. Cx. 01/2066.

AJU/C. 1º OF. Libelo Cível. Cx. 01/2139.

AJU/1ª V. CRI. Denúncia Crime. Cx. 01/2520.

AJU/1ª V. CRI. Processo Crime: Responsabilidade. Cx. 01/2603.

AJU/C. 2º OF. Petição. Cx. 02/2476, Doc. nº 15.

AJU/C. 2º OF. Petição. Cx. 04/2478.

Jornais

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ) – 1844 a 1885.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ), 1859, Edição nº 16.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ), 1861, Edição nº 18.

A Reforma, 24 de março de 1889, Edição nº 114.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil. Edição 02-03, 1873 a 1877.

Cadastro Comercial, Industrial e Agrícola: Informativo do Estado de Sergipe. Edição nº 01, 1933.

Correio Mercantil e Instrutivo, Político, Universal (RJ). 31 de dezembro de 1855, Edição nº 359.

Correio Mercantil, e Instrutivo, Político e Universal (RJ), 27 de dezembro de 1858, Edição nº 350.

Correio Mercantil, Instrutivo, Político, Universal. Rio de Janeiro, setembro de 1860.

Correio Sergipense, 27 de julho de 1842, Edição nº 31.

Correio Sergipense, 18 de dezembro de 1847, Edição nº 97.

Correio Sergipense, 13 de setembro de 1851, Edição nº 66.

Correio Sergipense, 07 de agosto de 1852, Edição nº 62.
Correio Sergipense, 16 de abril de 1853, Edição nº 25.
Correio Sergipense, 23 de maio de 1855, Edição nº 22.
Correio Sergipense, 30 de maio de 1855, Edição nº 24.
Correio Sergipense, 06 de junho de 1855, Edição nº 26.
Correio Sergipense, 27 de junho de 1855, Edição nº 32.
Correio Sergipense, 17 de outubro de 1855, Edição nº 47.
Correio Sergipense, 12 de dezembro de 1855, Edição nº 58.
Correio Sergipense, 29 de dezembro de 1855, Edição nº 61.
Correio Sergipense, 19 de março de 1856, Edição nº 14.
Correio Sergipense, 7 de maio de 1856, Edição nº 26.
Correio Sergipense, 31 de maio de 1856, Edição nº 32.
Correio Sergipense, 11 de junho de 1856, Edição nº 34.
Correio Sergipense, 21 de junho de 1856, Edição nº 36.
Correio Sergipense, 10 de maio de 1856, Edição nº 27.
Correio Sergipense, 12 de julho de 1856, Edição nº 37.
Correio Sergipense, 02 de agosto de 1856, Edição nº 40.
Correio Sergipense, 09 de agosto de 1856, Edição nº 41.
Correio Sergipense, 27 de agosto de 1856, Edição nº 45.
Correio Sergipense, 03 de setembro de 1856, Edição nº 47.
Correio Sergipense, 20 de setembro de 1856, Edição nº 51.
Correio Sergipense, 15 de outubro de 1856, Edição nº 58.
Correio Sergipense, 05 de novembro de 1856, Edição nº 62.
Correio Sergipense, 19 de novembro de 1856, Edição nº 65.
Correio Sergipense, 18 de fevereiro de 1857, Edição nº 10.
Correio Sergipense, 11 de julho de 1857, Edição nº 31.
Correio Sergipense, 15 de julho de 1857, Edição nº 34.
Correio Sergipense, 09 de outubro de 1857, Edição nº 45.
Correio Sergipense, 31 de outubro de 1857, Edição nº 48.
Correio Sergipense, 20 de janeiro de 1858, Edição nº 04.
Correio Sergipense, 30 de janeiro de 1858, Edição nº 6.
Correio Sergipense, 27 de fevereiro de 1858, Edição nº 10.
Correio Sergipense, 13 de março de 1858, Edição nº 11.
Correio Sergipense, 17 de julho de 1858, Edição nº 36.
Correio Sergipense, 24 de julho de 1858, Edição nº 38.
Correio Sergipense, 4 de setembro de 1858, Edição nº 45.
Correio Sergipense, 18 de setembro de 1858, Edição nº 47.
Correio Sergipense, 23 de outubro de 1858, Edição nº 52.
Correio Sergipense, 15 de dezembro de 1858, Edição nº 61.
Correio Sergipense, 23 de fevereiro de 1859, Edição nº 9.
Correio Sergipense, 23 de março de 1859, Edição nº 17.
Correio Sergipense, 11 de maio de 1859, Edição nº 30.
Correio Sergipense, 21 de maio de 1859, Edição nº 33.
Correio Sergipense, 08 de outubro de 1859, Edição nº 65.

Correio Sergipense, 11 de janeiro de 1860, Edição nº 06.
 Correio Sergipense, 21 de janeiro de 1860, Edição nº 9.
 Correio Sergipense, 24 de março de 1860, Edição nº 27.
 Correio Sergipense, 28 de maio de 1860, Edição nº 42.
 Correio Sergipense, 19 de janeiro de 1861, Edição nº 3.
 Correio Sergipense, 02 de abril de 1861, Edição nº 26.
 Correio Sergipense, 11 de setembro de 1861, Edição nº 72.
 Correio Sergipense, 30 de outubro de 1861, Edição nº 86.
 Correio Sergipense, 14 de setembro de 1861, Edição nº 73.
 Correio Sergipense, 13 de novembro de 1861, Edição nº 90.
 Correio Sergipense, 05 de março de 1862, Edição nº 18.
 Correio Sergipense, 05 de abril de 1862, Edição nº 29.
 Correio Sergipense, 28 de agosto de 1862, Edição nº 71.
 Correio Sergipense, 13 de outubro de 1862, Edição nº 86.
 Correio Sergipense, 20 de abril de 1864, Edição nº 30.
 Correio Sergipense, 05 de abril de 1873, Edição nº 366.
 Gazeta de Notícias, 13 de dezembro de 1922, Edição nº 293.
 Gazeta de Sergipe, 17 e 18 de março de 1999, Edição nº 12.054.
 Gazeta do Aracaju, 4 de dezembro de 1880, Edição nº 77.
 Jornal do Aracaju, 26 de outubro de 1872, Edição nº 320.
 Jornal do Aracaju, Edições nº 356, 360, 364, 419, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 1873.
 Jornal do Aracaju, 29 de janeiro de 1873, Edição nº 347.
 Jornal do Aracaju, 09 de outubro de 1873, Edição 418.
 Jornal do Aracaju, 29 de outubro de 1873, Edição nº 424.
 Jornal do Aracaju, 27 de setembro de 1876, Edição nº 735.
 Jornal do Aracaju, 21 de outubro de 1876, Edição nº 742.
 Jornal do Aracaju, 18 de agosto de 1877, Edição nº 830.
 Jornal do Aracaju, 22 de agosto de 1877, Edição nº 831.
 Jornal do Aracaju, 27 de julho de 1878, Edição nº 974.
 Jornal do Aracaju, 17 de agosto de 1878, Edição nº 980.
 Jornal de Sergipe, 10 de março de 1879, Edição nº 54.
 Jornal de Sergipe, 04 de outubro de 1879, Edição nº 97.
 Jornal de Sergipe, 29 de outubro de 1879, Edição nº 104.
 O Conservador. 18 de fevereiro de 1873. Edição nº 195.
 O Guarany, 02 de abril de 1884, Edição nº 52.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Samuel B. de Medeiros. Aspectos do Baronato Sergipano (1848-1889). *Revista do IHGSE*, Aracaju, nº 33, 2000-2002, pp. 109-110.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.) *História da Vida Privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

_____. Atividades Produtivas. In: DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (Coord.) *Textos para a História de Sergipe*. 2. ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

ALMEIDA, Pe. Aurélio Vasconcelos de. *Esboço Biográfico de Inácio Barbosa*. v. 2, Aracaju: FUNCAJU/Sercore, 2002.

_____. *Esboço Biográfico de Inácio Barbosa*. v. 3. Aracaju: J. Andrade, 2003.

AMARAL, Sharyse Piroupo. *Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888*. 273 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

ANDRADE, Péricles. *Sob o olhar diligente do pastor: a Igreja Católica em Sergipe*. São Cristóvão: Editora UFS: 2010.

ANDRADE, Péricles apud OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. *Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985

ARAGÃO, Solange de. Fontes documentais para o estudo da casa brasileira do século XIX. *Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*. 2010.

ARAÚJO, Ricardo Teles. *Genealogia Sergipana*. v. 1. Aracaju: Typografia Editorial, 2010.

AVÉ-LALLEMANT, Robert C. *Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859*, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951, p. 13, apud ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

BARRETO, Luís Antonio. *Estrangeiros em Aracaju I*. Disponível em: <http://clientes.infonet.com.br/serigysite/ler.asp?id=3&titulo=Estrangeiros_Sergipe>

_____. *Um argelino em Aracaju o comerciante José Narboni*. Disponível em: <http://clientes.infonet.com.br/serigysite/ler.asp?id=441&titulo=Estrangeiros_Sergipe>

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Tradução de Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

_____. *O Senso Prático*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Condecorações*. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/htms/museu-espacos/condecoracoes/ImperioRosa.asp>>

BRÜGGER, S. M. J. *Minas Patriarcal: família e sociedade (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

CALASANS, José. *Aracaju: Contribuição à História da capital de Sergipe*. Aracaju, 1942.

- CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém – 1870-1920)*, 343 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem/Teatro de sombras: a elite política imperial*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- CATANI, Afrânio Mendes [et al]. (Orgs.) *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- DANTAS, Orlando Vieira. *A vida patriarcal de Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- DINIZ, Dora Neuza Leal. *Aracaju: a construção da imagem da cidade*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP, 2009.
- DÓRIA, Epifânio. *Efemérides Sergipanas*. v. 1. Organização de Ana Maria Fonseca Medina. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 2009.
- _____. *Efemérides Sergipanas*. v. 2. Organização de Ana Maria Fonseca Medina. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 2009.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FORTES, Bonifácio. *Evolução Humana da Paizagem do Aracaju*. Aracaju, 1955.
- FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. *Historia de Sergipe (1575-1855)*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. 15. ed. rev. São Paulo: Global, 2004.
- _____. *Vida Social no Brasil nos meados do século XIX*. 4. ed. revista. São Paulo: Global, 2009.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1967.
- GANDON, Tania Risério d’Almeida. *Portugueses na Bahia na segunda metade do século XIX – Emigração e comércio*. Salvador: Eduneb, 2010.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Biobibliográfico Sergipano*. Edição do Estado de Sergipe, 2003.
- GUEDES, Roberto; FRAGOSO, J. L. R. (Org.). *História social em registros paroquiais (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX)*. 1. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.
- JÚNIOR, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- KUZNESOF, E. A. A família na Sociedade Brasileira: Parentesco, Clientelismo e Estrutura Social (São Paulo, 1700-1980). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 9, nº 17, set. 1988/ fev. 1989.

HAMEISTER, Martha. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1863)*. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2006.

HEINZ, Flávio. (Org.) *Por outra História das Elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

IBGE. *Censo Demográfico 1872*. Província de Sergipe, Paróquia de N. S. da Conceição do Aracajú, IBGE, 1872. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/Recenseamento_d_o_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf

MALAGUIAS, Carlos de Oliveira. *Remediados senhores: pequenos escravistas na Freguesia de São José do Rio das Mortes (c. 1790 - c. 1844)*. (Tese de Doutorado). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2014.

MARX, Murillo. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Nobel, 1991.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia no século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.

_____. *Família e Sociedade na Bahia do Século XIX*. São Paulo: Corrupio: Brasília: CNPq, 1988.

MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da Riqueza – São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: Editora Hucitec, 1985.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difel, 1982.

MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

NACIF, Paulo Cezar Miranda. *Diante da Pia Batismal: as alianças de compadrio em Minas Gerais durante o período colonial*. (Dissertação de Mestrado). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2014.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *A cidade no arquivo: o acervo do poder judiciário como fonte para os estudos da história de Aracaju – VI*. Disponível em: http://jorge-educacahist.blogspot.com.br/2011/04/cidade-no-arquivo-o-acervo-do-poder_17.html

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NETO, Amâncio Cardoso. *Sob o signo da peste: Sergipe no tempo do cholera (1855-1856)*. (Dissertação de Mestrado). Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 2001.

NETTO, Rangel Cerceau. *As formas do concubinato diante do viver de “portas adentro” na antiga Comarca do Rio das Velhas*. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A021.pdf

NUNES, Maria Thetis. *História de Sergipe a partir de 1820*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978.

_____. *Sergipe Provincial II (1840-1889)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

PORTO, Fernando. *A cidade do Aracaju* (1855-1865) – Ensaio de Evolução Urbana. Aracaju: Livraria Regina, 1945 (Coleção de Estudos Sergipanos, II).

PUELLES, Alice A. L. *O vestuário e seus acessórios em São Paulo em meados do século XIX: uma construção de vocabulário para compreender indumentária*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da USP, 2014.

SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila (orgs.) *O Brasil Imperial*, volume III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

SANTOS, Fábio Alves dos. *Elite letrada e ofício docente no século XIX*. 133 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

SANTOS, Maria Nely. *Aracaju: um olhar sobre sua evolução*. Aracaju: Triunfo, 2008.

SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. *Modernidade e moradia: aspectos do pensamento sobre a habitação popular no processo de modernização das cidades sergipanas (1890-1955)*. *Revista do IHGSE*, Aracaju, nº. 40, 2010.

SANTANA, Antonio Samarone. *As Febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios*. Aracaju, 2005.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. A Historiografia do *Cambridge Group*: contribuições ao estudo da população, da família e do grupo doméstico. *Revista Estudos Amazônicos*, vol. 9, nº 1, 2013, pp. 01-31.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portuguesa*. 8. ed. Rio de Janeiro: Lisboa: Emp. Litteraria Fluminense, 1890. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242523>

SILVA, José Calazans Brandão da. *Aracaju e outros temas sergipanos*. 2. ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

SILVA, R. O. S.; SANTOS, C. M. A fundação de um lugar: Riachão do Dantas, suas tramas e seus sujeitos (1836-1870). *Revista do IHGSE*, Aracaju, nº 46, 2016, pp. 43-57.

SILVA, Sheyla Faria. *Notas sobre divórcios em Sergipe oitocentista*. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300872854_ARQUIVO_NotassobredivorcioemSergipe.pdf

SILVA, Valdinei Santos. *“Written in black and White”*: O ensino de língua inglesa no Atheneu Sergipense (1870-1877). (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. São Cristóvão, 2017.

SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil* (1500-1820). Brasília: Senado Federal, 2005.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 19, n. 39, 2011, p. 115-137.

SOBRINHO, Sebrão. *Laudas para a História de Aracaju*, Aracaju: Prefeitura Municipal de Aracaju, 1955.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. *Panorama do Segundo Império*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1998.

SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. *História Econômica de Sergipe (1850-1930)*. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Feitas e Ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor... 1720, Liv. I, Tit. XVIII.